



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

JORGE RAFAEL RAMIREZ

**PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DE JOVENS
AFRODESCENDENTES NO PERU:
ANALISE DA EXPERIÊNCIA DA ASHANTI PERU REDE
PERUANA DE JOVENS AFRODESCENDENTES**

Londrina
2017

JORGE RAFAEL RAMIREZ

**PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DE JOVENS
AFRODESCENDENTES NO PERU:
ANALISE DA EXPERIÊNCIA DA ASHANTI PERU REDE
PERUANA DE JOVENS AFRODESCENDENTES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina-UEL, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social e Política Social.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Cássia Maria Carloto.

Londrina
2017

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

Ramirez, Jorge Rafael .

Political Partipation of Young Afroperuvian People in Peru : analysis of the experience of Ashanti-Peru Network of Young Afroperuvian People / Jorge Rafael Ramirez. - Londrina, 2017.
167 f. : il.

Orientador: Cássia Maria Carloto.

Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social, 2017.

Inclui bibliografia.

1. Ashanti Perú Rede Peruana de Jóvenes Afrodescendientes. - Tese. 2. Juventude Atividades políticas. - Tese. 3. Jovens negros Atividades políticas. - Tese. 4. Participação política. - Tese. I. Carloto, Cássia Maria. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Estudos Sociais Aplicados. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social. III. Título.

JORGE RAFAEL RAMIREZ

**PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DE JOVENS AFRODESCENDENTES NO
PERU:
ANALISE DA EXPERIÊNCIA DA ASHANTI PERU REDE PERUANA DE
JOVENS AFRODESCENDENTES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina-UEL, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social e Política Social.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Cássia Maria Carloto
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof.^a Dr.^a. Márcia Pastor
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof.^a Dr.^a. Maria Nilza da Silva
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Londrina, 06 de fevereiro de 2017.

A presente dissertação está dedicada a meu pai, o Dr. Jorge Ramirez Reyna, quem é sempre motivação e inspiração para conseguir todos os meus objetivos. O seu exemplo de luta contra o racismo no Peru e a ajuda ao desenvolvimento da população afroperuana tem-me acompanhado sempre e me acompanhará pelo resto da vida.

AGRADECIMENTOS

Às Professoras Dra. Jolinda de Moraes Alves, Dra. Márcia Pastor e Dra. Olegna Guedes, pelos seus esforços ao fazer possível minha presença no Brasil e no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social na Universidade Estadual de Londrina, iniciando com isso, uma das maiores experiências da minha vida.

À minha orientadora, Professora Dra. Cassia Maria Carloto, pela sua experiência e porque me permitiu observar a pesquisa acadêmica como uma ferramenta de militância e demanda social política.

Aos professores do programa de Pós-graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina pelo seus ensinamentos e atenções durante todo o meu período do mestrado, especialmente à professora Dra. Márcia Pastor e ao professor Dr. Wagner R. Amaral pelas suas orientações e cuidadosas leituras do meu trabalho na minha banca de qualificação, além do apoio dentro e fora das aulas.

À minha banca de defesa, especialmente à Professora Dra. Maria Nilza da Silva pelo ensino e inserção ao problema da questão racial no Brasil.

À minhas amigas Mariana Killner e a Julieth Rodriguez pela revisão acadêmica do português neste trabalho.

Às amigas do mestrado que me proporcionaram momentos agradáveis e prazerosos.

Aos amigos que conheci em Londrina, Irati e Curitiba pelo carinho e troca de experiências.

Aos jovens lideranças da Ashanti Peru que participaram nesta pesquisa.

Aos meus pais, Jorge Ramirez Reyna e Lili Shupingahua Hoyos e a meu irmão Marco Antonio Ramirez, obrigado pelo amor e apoio de sempre.

À Angie Edell Campos, obrigado por todo o amor, apoio e por ser uma grande companheira de vida.

Meus agradecimentos dirigem-se também à Organização dos Estados Americanos (OEA), o Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras (GCUB), ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil e à Universidade Estadual de Londrina (UEL), à CAPES pela ajuda econômica, sem o seu apoio este trabalho não teria se concretado.

RAMIREZ, Jorge Rafael. **Participação política de jovens afrodescendentes no Peru:** análise da experiência da Ashanti Peru Rede Peruana de Jovens Afrodescendentes. 2017. 167 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2017.

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo analisar e compreender a influência da Ashanti Peru a Rede Peruana de Jovens Afrodescendentes na participação política das juventudes afroperuanas. O problema da ausência de lideranças jovens afroperuanos e afroperuanas que possam contribuir na luta das e dos afroperuanos em espaços políticos esta motivando o movimento afroperuano para importância de promover uma renovação geracional para que as e os jovens afroperuanos continuem a luta pelos direitos humanos das e dos afrodescendentes, os procedimentos metodológicos do estudo, de natureza qualitativa, incluíram revisão bibliográfica, pesquisa documental e de campo e os principais instrumentos de coleta de dados de campo foram: a elaboração de um grupo focal aplicado às lideranças da Ashanti Perú em Lima, e a aplicação de um questionário dirigido às lideranças e jovens afroperuanos e afroperuanas em processo de liderança da Ashanti Peru de diversas regiões no III Congresso Nacional de Jovens Afroperuanos. A revisão bibliográfica contemplou temas como: democracia, participação política, movimentos sociais, racismo, afrodescendentes no Peru e na América Latina e juventudes no Peru. Em relação à pesquisa documental foram consultados documentos de autores peruanos, brasileiros, entre outros clássicos que possam se aproximar à discussão dos objetivos desta pesquisa, também utilizou-se da consulta no material bibliográfico e eletrônico da Ashanti Peru.

Palavras-chave: Participação política. Direitos humanos. Afrodescendentes. Jovens afroperuanos.

RAMIREZ, Jorge Rafael. **Political Partipation of Young Afroperuvian People in Peru:** analysis of the experience of Ashanti-Peru Network of Young Afroperuvian People 2017. 167 p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2017.

ABSTRACT

The present research aims to analyze and understand the influence of Ashanti Peru the Peruvian Network of Young Afrodescendants in the political participation of the Afro - Peruvian youth. The problem of the lack of Afro-Peruvian young and Afro-Peruvian leaderships that contribute to the struggle of Afro-Peruvians in political spaces is motivating the Afro-Peruvian movement to promote generational renewal so that Afro-Peruvians young continue the struggle for the Human rights of Afro-descendants. The methodological procedures of the study, of a qualitative nature, included bibliographical review, documentary and field research, and the main instruments of field data collection were: the elaboration of a focus group applied to Ashanti Peru leaders in Lima, and the application of a questionnaire addressed to the leaders and afro - peruvian young in the leadership process of Ashanti Peru from different regions in the III National Congress of Afro - peruvian youth. The bibliographic review included topics such as democracy, political participation, social movements, racism, Afro-descendants in Peru and Latin America, and youth in Peru. In relation to the documentary research, documents of Peruvian and Brazilian authors were consulted, among other classics that could be approached to the discussion of the objectives of this research, also it was used of the consultation in the bibliographic and electronic material of Ashanti Peru.

Keywords: Political participation. Human rights. Afro descendants. Afro-peruvian youth.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	- Organograma da Ashanti Peru	85
Gráfico 2	- Moradia	86
Gráfico 3	- Sexo.....	86
Gráfico 4	- Idade	87
Gráfico 5	- Percepção étnico-racial.....	88
Gráfico 6	- Máximo nível educativo alcançado	88
Gráfico 7	- Participação num espaço de tomada de decisão.....	89
Gráfico 8	- Participa num partido político.....	90
Gráfico 9	- Participa em outras organizações e coloca as demandas da juventude afroperuana	90
Gráfico 10	- O Peru de hoje, é um país, muito, bastante, pouco ou nada	91

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Akuaba Ashanti	Bem-vindos Jovens
Ashanti Peru	Rede Peruana de Jovens Afrodescendentes
ASONEDH	Associação Negra de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos
CONAPA	Comissão Nacional de Povos Andinos Amazônicos e Afroperuanos
ECOSOC	Conselho Econômico e Social das Nações Unidas
INDEPA	Instituto Nacional de Desenvolvimento dos Povos Andinos, Amazônicos e Afroperuanos
MRTA	Movimento Revolucionário Tupac Amaru
NMS	Novos Movimentos Sociais
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
SENAJU	Secretaria Nacional da Juventude do Peru
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	RACISMO E DESIGUALDADES SOCIAIS NA AMERICA LATINA	18
2.1	O RACISMO NO PERU	24
2.2	ATUALIDADE E SITUAÇÃO DOS AFRODESCENDENTES NO PERU.....	31
3	DEMOCRACIA, PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E MOVIMENTOS SOCIAIS	37
3.1	DEMOCRACIA.....	37
3.2	PARTICIPAÇÃO POLÍTICA	43
3.3	MOVIMENTOS SOCIAIS	50
4	SURGIMENTO DO MOVIMENTO AFROPERUANO E A JUVENTUDE PERUANA	56
4.1	O MOVIMENTO AFROPERUANO.....	56
4.2	ESTADO RESPONDEU: AÇÕES QUE O ESTADO FEZ COM A POPULAÇÃO AFROPERUANA.....	59
4.3	PARTIPAÇÃO POLÍTICA DAS JUVENTUDES NO PERU	65
5	A PARTICIPAÇÃO POLITICA DA JUVENTUDE AFROPERUANA E A ASHANTI PERU	75
5.1	ASHANTI PERU – CARACTERISTICAS, SURGIMENTO E HISTÓRIA.....	75
5.2	AS JUVENTUDES DA ASHANTI PERU	85
5.3	A VISÃO DOS JOVENS AFROPERUANOS SOBRE A PARTICIPAÇÃO POLITICA NA ASHANTI PERU	93
5.3.1	Processo de inserção.....	93
5.3.2	A participação na Ashanti Peru influencia e motiva à participação política da juventude afroperuana.....	114
5.3.3	Avanços, dificuldades e desafios da participação política na Ashanti Peru.....	132
6	CONCLUSÕES	145
	REFERÊNCIAS	152
	APÊNDICES	159

1 INTRODUÇÃO

O tema deste trabalho é a importância da participação política das e dos jovens afroperuanos numa perspectiva de construção de uma esfera democrática e de consolidação dos direitos humanos. Nosso objeto no tema é a influencia da organização não governamental, Ashanti Peru, na participação política de jovens afrodescendentes no Peru. Nosso objetivo geral é analisar e compreender a influencia da Ashanti Peru na participação política das juventudes afroperuanas.

Segundo o site da organização, a Ashanti Perú é uma rede de jovens afroperuanos a nível nacional que surgiu no ano 2004 pela iniciativa da Associação Negra de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos ASONEDH, a qual agrupa jovens lideranças das comunidades afrodescendentes no Peru. Esta organização tem como propósito combater o racismo, a discriminação e a pobreza afrodescendente, mediante a participação ativa e efetiva no exercício da cidadania e os direitos humanos, por meio da execução de ações que fortaleçam a identidade, liderança, direitos humanos, e incidência política para jovens de localidades afroperuanas. Também tem por proposta de contribuir para a promoção de políticas públicas de inclusão social que empoderem à juventude afroperuana a um desenvolvimento comunitário e o seu posicionamento em postos e espaços de tomada de decisões a nível local, regional e nacional¹.

No Peru como em todos os países da América Latina há uma significativa presença da população afrodescendente. Esta população chegou trazida forçosamente pelos espanhóis e portugueses desde o continente Africano ao continente Americano através do tráfico de escravos durante o século XV até o século XIX. Foram quatro séculos de exploração e sofrimento dos africanos e seus descendentes servindo como escravos e trabalhando na agricultura, na ganadaria, nas labores domésticos e em trabalhos menores, sendo o principal motor de desenvolvimento da América Latina e em primeiro lugar da população branca e europeia.

Na atualidade, a população afrodescendente na América Latina segundo a OEA (2011) representa aproximadamente 200 milhões, quase um tercio da população geral do continente. Além de ter uma presença importante na região, as e os afrodescendentes nunca conseguiram se desligar da herança perversa que

¹ Disponível em www.ashantiperu.org acessado em 06 de setembro de 2016.

deixou a escravatura, o qual repercutiu em fenômenos mais complexos e cotidianos como a discriminação, o racismo e a pobreza até os dias de hoje.

O Peru tem também uma presença significativa de afrodescendentes, representando segundo RAMIREZ (2006) por aproximadamente 8% da população nacional. Estes sofrem problemas complexos como o racismo e a discriminação afetando drasticamente sua qualidade de vida e seu desenvolvimento social, econômico e cidadão.

Além do racismo e a discriminação que afeta profundamente as e os afrodescendentes, uma das realidades evidentes no Peru e também na América Latina é a escassa participação política destes grupos. Esta sub-representação nos espaços sociais e políticos é um obstáculo que impede enfrentarem a dura situação econômica que vivem, ademais, as e os limita como cidadãos. Somando a esta situação se destacam os baixos indicadores sociais associados à renda, trabalho e educação.

Por outra parte, o governo do Peru tem reconhecido há algumas décadas que a diversidade étnica no país tem um valor fundamental e importante na construção da sociedade, porém, os obstáculos reais que enfrentam as e os afrodescendentes na sua qualidade de vida e no seu desenvolvimento social, econômico e político, dão como resultado que os sistemas democráticos no país não cheguem a alcançar os níveis mínimos de representação.

Mas, a população afroperuana não permaneceu passível, ante esta realidade ela tem se organizado ativamente ao longo da história peruana e principalmente nas últimas três décadas com o movimento afroperuano, reagindo a estes problemas e se mobilizando para exigir direitos. Algumas coisas têm avançado, mas ainda não se tem mudanças significativas que possam direcionar à população afroperuana a um verdadeiro desenvolvimento.

A grande maioria do movimento afroperuano e suas lideranças vêm passando dos 60 anos de idade, e a preocupação deles e delas para continuar a luta dos direitos humanos das e dos afroperuanos é enfocar em uma renovação geracional para que sejam as e os jovens afroperuanos quem continuem a luta que começaram, com novas lideranças e com novas perspectivas para participar nos espaços sociais, culturais e principalmente políticos.

A proposta desta pesquisa é focalizar a experiência da Ashanti Perú como parte do movimento de jovens afroperuanos e como a maior organização de

jovens afroperuanos que estão participando já nos espaços sociais e políticos a nível nacional e internacional, resistindo na luta contra o racismo, na discriminação e propondo ações para a população afroperuana.

As juventudes afroperuanas organizadas existentes ao longo da sua história têm lutado para ganhar espaços dentro dos movimentos de jovens e nos movimentos sociais, para participar nas estruturas de poder tanto sociais como políticas. Além de todos os obstáculos que passam, as organizações juvenis como a Ashanti Peru entendem que uma das formas de romper com o círculo da exclusão é buscando espaços públicos e políticos, para visibilizar-se e serem protagonistas dos processos de construção democrática.

São as e os jovens afrodescendentes quem têm que assumir o desafio de visibilizar com maior força a população afrodescendente no país, são suas organizações que devem trabalhar em melhorar a vinculação nacional com as populações etnicamente vulneráveis, a fim de inserir com força suas visões e contribuição ao desenvolvimento do país assumindo toda a diversidade e riqueza que tem.

A juventude afroperuana se encontra hoje num foco de varias tensões e, tem muitas demandas que são entre elas: a maior visibilidade e inclusão social nos espaços a todo nível, o pleno acesso ao desenvolvimento e exercício dos seus direitos, e ante a sociedade adulta, demandam maiores espaços de participação e decisão.

Em relação a motivação pessoal do pesquisador sobre esta pesquisa, o pesquisador esteve envolto com os direitos da população afroperuana desde os últimos anos antes de terminar a escola, quando o pai dele, considerado pelas organizações afroperuanas como uma das lideranças do movimento afroperuano e presidente da Associação Negra de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos ASONEDH, o convidou para participar numa oficina com outros e outras jovens afrodescendentes, organizada pela ASONEDH. Nesta organização falavam da identidade, da liderança, da participação, e pensar numa democracia participativa e inclusiva. Foi que o pesquisador conseguiu encontrar um espaço com as e os jovens afroperuanos que atravessavam por situações similares à dele, e foi nesse evento onde se compartilhou um espaço de intercambio de conhecimentos. O pesquisador decidiu continuar participando das oficinas que serviram para que se pudesse reconhecer como afrodescendente, e, saber a luta que se tinha que

seguir.

Na universidade o pesquisador estudou Serviço Social porque sentia uma necessidade e motivação de contribuir com políticas sociais no desenvolvimento das pessoas e particularmente com a população afroperuana, mediante a elaboração de ferramentas de gestão e de direção de projetos e atividades que encaminhem ao melhoramento da qualidade de vida e a inclusão social. Ademais de contribuir à luta contra a invisibilidade, a discriminação, a pobreza e a falta de lideranças que possam representar à população afroperuana nos espaços de tomada de decisões, e ao mesmo tempo exigir políticas inclusivas.

Foi assim que, o pesquisador com o seu irmão e com amigos que participavam como Ashanti Peru nas oficinas da ASONEDH, e sabendo das dificuldades e problemas da comunidade afroperuana, fundaram formalmente no ano 2011 a Rede Peruana de Jovens Afrodescendentes Ashanti Peru, retomando um espaço organizativo que tinha começado com uma turma de jovens afroperuanos no ano 2005. Ademais de ter um processo de renovação geracional nas lutas de antigos dirigentes do movimento afroperuano.

Atualmente, o pesquisador como um dos dirigentes da Ashanti Peru, tem participado em diferentes espaços de tomada de decisões locais, regionais, nacionais e internacionais lutando contra o racismo, a invisibilidade das juventudes afroperuanas e propondo políticas inclusivas e ações afirmativas que possam contribuir nos processos de desenvolvimento para jovens afroperuanos e jovens de outras comunidades vulneráveis como os indígenas e a comunidade LGBTI.

No âmbito acadêmico, o pesquisador desenvolveu um trabalho de conclusão de curso intitulado “Racismo e Participação Política dos Jovens Afrodescendentes no Peru”, onde começou a discutir academicamente estes assuntos evidenciando os fatos de racismo e discriminação que passaram as e os jovens afroperuanos e o processo organizativo para lutar nos espaços políticos.

Depois de terminados os seus estudos na graduação o pesquisador foi selecionado pela Organização de Estado Americanos OEA; a Universidade Estadual de Londrina e o Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras para continuar os seus estudos em nível de Mestrado em Serviço Social e Política Social na UEL. O pesquisador considerou necessário continuar pesquisando sobre a situação e a participação das e dos jovens afroperuanos, tendo como questionamento e objeto a influência da Ashanti Perú na motivação pela

participação política da juventude afroperuana, e pela defesa dos seus direitos humanos. O pesquisador acredita que pesquisar sobre a participação política e as lutas das e dos jovens afrodescendentes é muito importante para continuar promovendo uma renovação geracional no movimento afrodescendente na América Latina e ter organizações jovens afrodescendentes mais fortes que possam lutar contra todo tipo de exclusão.

A delimitação de nosso problema partiu das seguintes questões: Qual é a influencia da Ashanti Perú na participação política dos jovens afroperuanos? Em que medida as ações da Ashanti Perú mobiliza a participação das e dos jovens afroperuanos nos espaços políticos? Como é o processo organizativo das e dos jovens afroperuanos na Ashanti Perú?

A partir destas questões definimos nossos objetivos específicos que referem-se: a) Identificar as ações desenvolvidas pela Ashanti Perú com as e os jovens afroperuanos, b) Compreender as dificuldades, avanços e desafios da participação das e dos jovens afroperuanos da Ashanti Perú, c) Discutir as percepções de racismo, discriminação e violência que vivenciam as e os jovens da Ashanti Peru, d) Conhecer as dificuldades de participação política das e dos jovens afroperuanos da Ashanti Perú, e) Conhecer o processo de inserção das e dos jovens afroperuanos na Ashanti Perú, f) Constituir um perfil das e dos participantes da Ashanti Perú.

A Ashanti Peru, foi o lócus para desenvolvimento da pesquisa, a escolha foi pautada por ser uma organização que ao longo da sua trajetória tem se consolidado em promover a participação política das juventudes afroperuanas, sendo identificada e reconhecida tanto a nível nacional e internacional pelo compromisso e a sua luta pelos direitos humanos das e dos jovens afrodescendentes, ao mesmo tempo por ser uma organização na qual o pesquisador é parte da liderança.

Os procedimentos metodológicos do estudo, de natureza qualitativa, incluíram revisão bibliográfica e pesquisa documental. A revisão bibliográfica contemplou temas como: democracia; racismo, racismo no Peru e a população afrodescendente, participação política, participação política das juventudes no Peru e novos movimentos sociais. Em relação à pesquisa documental foram consultados documentos no material bibliográfico e eletrônico da Ashanti Perú como informação institucional, missão, visão, linhas de ação, objetivos, atividades

e dados das e dos jovens. Os principais instrumentos de coleta de dados de campo foram: a elaboração de um grupo focal aplicado às lideranças da Ashanti Perú em Lima e a aplicação de um questionário dirigido a jovens afroperuanos lideranças e jovens afroperuanos em processo de liderança da Ashanti Perú de diversas regiões presentes no III Congresso Nacional de Jovens Afroperuanos.

A coleta de dados teve início com uma pesquisa para a construção do perfil das e dos jovens afroperuanos membros da Ashanti Peru. A fim de atingir esse objetivo, selecionou-se uma listagem dos membros da organização que tivessem entre 16 e 29 anos de idade, participantes do III Congresso Nacional de Jovens Afroperuanos organizado em novembro do 2015 pela Ashanti Peru, e que fossem lideranças ou em processo de formação como lideranças da organização. Escolhem-se o III Congresso Nacional de Jovens Afroperuanos por ser o evento que reúne as lideranças da Ashanti Peru a nível nacional.

Neste congresso onde compareceram 39 jovens afroperuanos e afroperuanas da Ashanti Peru foi aplicado um questionário a estes 39 participantes de nove cidades (Lima, Pisco, Chincha, Huaraz, Chiclayo, Morropon, Ica, Zarumilla e Cajamarca) pertencentes a sete regiões do país (Lima, Ica, Ancash, Lambayeque, Piura, Tumbes e Cajamarca), regiões que contam segundo os mapas geoéticos com presença de uma porcentagem significativa da população afrodescendente no país.

O pesquisador sabendo que o Congresso aconteceria na mesma data das suas aulas de Mestrado e por tanto sabendo do seu impedimento para poder voltar ao Peru para a aplicação do questionário, fez parte e uso das novas Tecnologias de Informação e Comunicação TIC's se comunicando com uma equipe de duas voluntárias da Ashanti Peru que participariam no Congresso para explicar-lhes sobre a importância da pesquisa e a possibilidade delas aplicarem o questionário às e os participantes do evento. Foi assim que o pesquisador por meio do programa de vídeo-chamadas Skype fez contato com as duas voluntárias e as capacitou para aplicar o questionário. No dia do evento apresentou-se a proposta de pesquisa e o seu objetivo, esclarecendo-se que a mesma referia-se a uma condição para a conclusão do Mestrado em Serviço Social e Política Social, podendo, portanto, contribuir com as discussões sobre o tema. A equipe de voluntárias aplicou o questionário às e os participantes do evento.

O questionário teve um roteiro de perguntas sobre dados gerais, a

percepção sobre a política e sobre as políticas públicas, os direitos humanos e a participação na Ashanti Peru e a percepção do país. Os dados foram coletados em novembro de 2015.

Num segundo momento, para poder ter uma maior interação coletiva e reveladora entre o pesquisador e as e os jovens da Ashanti Peru em Lima com a intenção que as e os participantes expressem acordos e desacordos sobre suas percepções de totalidade da sua participação e militância na organização, foi interessante para os objetivos da pesquisa a realização de um grupo focal para colher os dados, se desenvolvendo sob as mesmas condições entre as e os participantes de maneira horizontal e direta.

Foram selecionados membros da organização que tivessem entre 16 e 29 anos de idade e que tivessem no mínimo dois anos de participação ativa como membros da Ashanti Peru em Lima. Foi escolhida a cidade de Lima por ser a cidade onde se encontra a maioria de membros da organização e ser local do escritório da Ashanti Peru. A escolha dos nomes dos participantes do grupo focal foi dada pelo diretório da organização de forma aleatória e de acordo com o tempo disponível que tiveram para participar na reunião.

As e os sujeitos da pesquisa – jovens lideranças da Ashanti Peru -, foram escolhidos por serem quem participam nos processos políticos defendendo os direitos humanos das juventudes afroperuanas. Após este, um total de 15 jovens foram convidados a participar da pesquisa. Do total, a soma de 10 jovens chegaram para integrar o estudo, e cinco não conseguiram participar.

Ao entrar em contato com as e os jovens, apresentou-se por parte do pesquisador a proposta de pesquisa e seu objetivo.

O grupo focal foi previamente marcado e os participantes consentiram na participação, na gravação e na transcrição na íntegra de todo conteúdo, coletado mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Foi aplicado um pré-teste com a finalidade de identificar possíveis falhas na elaboração das questões. A partir destes, realizou-se os ajustes no roteiro para prosseguir com o grupo focal.

A identidade das e dos participantes foi preservada, utilizando-se, para tanto, letras alfabéticas no intuito de discernir cada um dos sujeitos da pesquisa.

A organização do trabalho está dividida da seguinte maneira. No primeiro momento introduz uma reflexão teórica sobre o racismo e desigualdades sociais

na América Latina, onde abordamos o debate do seu surgimento e suas diversas expressões na contemporaneidade, finalizando com o debate do racismo no Peru e a situação socioeconômica e política das e dos seus afrodescendentes.

No segundo momento se introduz um debate teórico sobre a democracia, a participação política e os movimentos sociais.

No terceiro momento introduz um olhar nas últimas três décadas sobre o surgimento do movimento afroperuano e a suas características e demandas para depois aprofundar nas Ações do Estado peruano com a população afrodescendente e a necessidade de um movimento de jovens afroperuanos.

No quarto momento se faz um debate sobre o panorama da realidade da participação política das juventudes no Peru nas três últimas décadas.

No quinto momento introduz uma análise sobre a participação política da juventude afroperuana e a Ashanti Perú pegando o seu surgimento, perfil, desafios, atividades e características da organização abordando a análises dos dados da pesquisa qualitativa desenvolvida no questionário e no grupo focal com as e os jovens afroperuanos.

2 RACISMO E DESIGUALDADES SOCIAIS NA AMERICA LATINA

A história e presente das e dos afrodescendentes, como abordamos na introdução, está vinculada profundamente ao racismo. No Peru, o racismo e a discriminação vão persistir ao longo dos séculos, mas antes de aprofundar ainda mais nesta parte sobre como foi abordado o racismo no Peru, é preciso abordar concepções teóricas do racismo.

É importante ressaltar e mencionar que foi com a expansão do capitalismo que se descobriu e invadiu o continente africano e se fez a implantação do processo de escravidão no mundo, que permitiu abrir as portas para desenvolver o racismo.

A branca ainda está se camuflando como um fator de superioridade. Porém, Que tipo de superioridade é essa e como se expressa? O racismo e suas múltiplas expressões de desigualdade está ainda no debate das relações sociais. Por isso é necessário ampliar esta discussão para ter maior clareza sobre o assunto.

No caso das e dos afrodescendentes, por ter um passado de escravidão na América Latina e por outros fatores de racismo e subordinação histórica, se pensava que, com a abolição dessa escravidão que durou séculos, era possível se solucionar os problemas do racismo e os problemas das desigualdades étnico-raciais.

Este fato histórico da abolição, que teve como eixo principal implantar um sistema capitalista de exploração econômica, não cumpriu com a descolonização cultural sobre as percepções do que significava o negro na sociedade.

Segundo Jaccoud (2008, p. 47), “a abolição não significou o início da desconstrução dos valores associados às ‘designações de cor’. Não apenas se observou a continuidade dos fenômenos do preconceito e da discriminação racial, como esses foram fortalecidos com a difusão das teses do chamado ‘racismo científico’”².

² O racismo científico é uma teoria que propõe a existência de raças humanas, esta teoria afirma que as raças humanas apresentariam relevantes diferenças culturais, econômicas e políticas. Ver MUNANGA, Kabengele. Teoria social e relações raciais no Brasil contemporâneo. Revista Cadernos Penesb. N. 12. Niterói. Rio de Janeiro. 2010.

Pode-se considerar esta abolição como uma falsa ilusão tanto do grupo opressor como do grupo oprimido ao pensar finalmente que o negro vai se incluir numa sociedade dominada por uma resistência e rechaço a quem era diferente.

O componente final desta abolição reforçou o racismo, empregado historicamente como princípio de dominação social através do qual se tem um grupo visto como inferior ou diferente em termos de supostas características biológicas que é explorado, controlado e oprimido por um grupo que se coloca como superordenado.

Pode-se evidenciar que as condições do negro na entrada forçosa a um sistema colonial escravocrata foram tremendamente desfavoráveis e inumanas, os quais não permitiram a sua integração e participação na sociedade.

Hasenbalg (1979, p. 113) afirma que, com a abolição do escravismo, o racismo, como construção ideológica e como um conjunto de práticas um pouco articuladas, foi preservado, e em alguns casos e países até mesmo reforçado.

É claro afirmar que todos estes fatores mencionados afetaram diretamente a percepção do negro sobre sua condição, sua identidade e sua humanidade, deixando à sorte seu futuro e aspirações, condicionadas às bondades dos brancos opressores.

Nesta linha, para Gonçalves (2010, p. 374) “o fenômeno perverso do racismo influencia não apenas os indicadores sociais de forma desfavorável para negros e negras, como também prejudica sua autoestima e projetos de vida, sendo, dessa maneira, objeto de estudo essencial para o campo da educação transformadora”.

Essa concepção foi se inserindo na sociedade e contribuiu para assegurar o status do branco nas relações sociais como a raça com maior virtude em questões intelectuais, de beleza e de desenvolvimento em todas as suas áreas em comparação com outras raças consideradas inferiores.

Conforme Munanga (2010, p.187),

Assim, os indivíduos da raça branca, por definição, portadores da pele mais clara, dolicocefalos, etc., foram considerados, em função dessas características, como os mais inteligentes, mais inventivos, mais honestos, mais bonitos etc. e, conseqüentemente, os mais aptos para dirigir e até

dominar as populações de raças não brancas – negra e amarela –, principalmente negra de pele escura que, segundo pensavam, tornava-as mais estúpidas, menos inteligentes, mais emotivas e, conseqüentemente, sujeitas à escravidão, colonização e outras formas de dominação e exploração.

Sob um olhar teórico e crítico sobre o que significou para o negro a escravidão e proximamente o processo da abolição, vamos enriquecer o debate colocando uma perspectiva marxista que vai trazer estas desigualdades no marco do capitalismo e de uma luta de classes.

Sob esta perspectiva, segundo Hasenbalg (1979, p. 113), capitalismo, escravismo e racismo são e estão indubitavelmente relacionados ao processo de expansão internacional européia no mundo e à ascensão da classe burguesa ao poder, embora as relações sejam mais complexas que as de causa e efeito. Concordamos com o argumento que o escravismo produziu o racismo. Assim, o preconceito racial na América Latina surgiu de várias fontes e influencias que tinham condicionado os europeus capitalistas a uma visão negativa do negro muito antes do desenvolvimento do escravismo nessa região.

Além disso, nessa naturalidade de práticas de marginalidade, para Jaccoud (2008, p. 58), “a discriminação racial e o racismo, atuou de forma a restringir a igualdade de oportunidades, alimentando o processo de manutenção da população negra nas piores posições da sociedade”.

É por tudo isso que não é casualidade que nossa sociedade atual na América Latina seja hoje em dia uma das sociedades com maiores desigualdades sociais no mundo. Estes processos marcaram fortemente a história e a realidade das e dos afrodescendentes quanto ao desenvolvimento social, igualdade de oportunidades, reconhecimento e justiça.

Quais são os efeitos desta desigualdade social na América Latina e como se expressam nas relações étnico-raciais no cotidiano? Vamos acompanhar um pouco esta discussão nas seguintes linhas.

Para Hasenbalg (1979, p. 92), se a desigualdade social na América Latina é um traço inevitável e funcionalmente necessário da sociedade, então é lógico e razoável focalizar as formas de desigualdade e não a explicação dela.

Consequentemente, para o autor, a desigualdade social pode ser tratada também como uma estrutura autônoma e não problemática, cuja existência é independente de outras estruturas e processos sociais.

Conforme Dantas (2010, p. 143), “a despeito dessas críticas, o que a população negra viu nas primeiras décadas republicanas foi a consolidação de projetos sociopolíticos excludentes e da ideia de raça como critério de classificação social e justificativa para a desigualdade”.

Ante esta justificativa da desigualdade colocada pela autora, podemos nesse sentido colocar a seguinte pergunta: Quais são os fatores que ocasionam estas desigualdades sociais e raciais e como se expressam?

Continuando com a linha argumentativa de Hasenbalg (2005, p. 174), uma explicação poderia ser que as desigualdades raciais e a concentração de negros e negras na base do sistema de estratificação social deveriam ser atribuídas não amplamente à operação de princípios racistas de seleção, mas também às diferenças no ponto de partida. A abolição de escravidão deixou na América Latina uma massa de ex-escravos nas posições mais baixas da hierarquia socioeconômica.

Podemos dizer nessa análise que a falta de políticas do Estado que possam inserir o negro à sociedade depois da escravidão e afastá-lo do último bloco da hierarquia social e econômica não permitiu romper com essa desigualdade imposta pelo Estado burguês. Por outro lado, é preciso afirmar que nenhum poder do Estado se interessou por isso, pelo contrário, uma vez liberto o ex-escravo o deixaram a sua sorte fazendo que muitas vezes ele regressasse a seu trabalho escravo.

Para concluir este ponto das desigualdades sociais e raciais, conforme Hasenbalg (2005, p. 176), as considerações apresentadas sugerem o caminho necessário para apreciar as causas históricas das desigualdades raciais contemporâneas. Conforme o autor, tais desigualdades históricas não são somente o produto dos diferentes pontos de partida de brancos e negros, herança do escravismo, mas também refletem as oportunidades desiguais de ascensão social após a abolição.

Afirmamos que não é possível poder entender as desigualdades que atravessam a América Latina na atualidade sem antes voltar ao passado e analisar

os fatos transcendentais que marcaram a realidade dos considerados vulneráveis da sociedade, entre eles e elas os milhões de negros e negras nas Américas.

Conforme Hall (2003, p. 82), em uma perspectiva liberal, a dupla demanda por igualdade e diferença das organizações negras parece exceder os limites dos nossos atuais vocabulários políticos.

A perspectiva liberal e sua falta de validade do reconhecimento de igualdade e diferença das raças subordinadas vai contra a cultura e a reparação histórica por justiça e garantia dos direitos destas raças.

Além do liberalismo, para Hasenbalg (1979, p. 110), a perspectiva marxista ortodoxa, por sua vez, também subestima a questão de raça e racismo. O autor coloca que, nessa abordagem, a situação e realidade das e dos negros e outros grupos racialmente subordinados pela sociedade tende a ser explicada quase exclusivamente pela sua posição econômica como parte da classe trabalhadora.

Segundo este mesmo autor, situações como pré-conceito e discriminação racial vividos na sua grande maioria pela população negra, são mecanismos manipuladores utilizados pelas classes dominantes capitalistas com o objetivo de explorar as minorias raciais e dividir o proletariado.

Também, para este mesmo autor, o racismo e o preconceito, como epifenômenos de relações econômicas, na perspectiva marxista, são inerentes e necessários à preservação do capitalismo.

Por último, na linha de este mesmo autor, com o movimento das áreas de plantação agrícola para favelas, bairros e guetos cotidianos, as e os negros, longe de penetrarem no cerne da classe trabalhadora industrial, aglomeravam-se em torno de mercados instáveis e irregulares de trabalho não qualificado.

Sobre estes acontecimentos, Guerreiro (2008, p. 78) aponta que,

Mas não é o racismo em si que posiciona os negros na emergente sociedade industrial de classes, sua situação é herdada da ordem anterior. O racismo é um obstáculo à redistribuição dos negros. Sua presença é um sinal de atraso cultural, uma "sociopatia", é um elemento arcaico e irracional incompatível com a nova ordem e que será vencido e suprimido pela racionalidade imposta por esta, ainda que isso demore a ocorrer.

Ao contrário da posição de este autor, pensamos que efetivamente o racismo é um dos fatores que coloca o negro na base da pirâmide social, política e econômica, e que este racismo vem carregado de uma história de opressão, desigualdade e preconceito. E o seu combate contribuirá para cumprir essa nova ordem social.

Finalmente, Hasenbalg (1979, p. 118) aponta que, como traço fenotípico e historicamente elaborado, a raça é um dos critérios mais relevantes nas instituições para regular os mecanismos de recrutamento, a fim de ocupar diversas posições na estrutura de classes e no sistema de estratificação social.

Para este mesmo autor, o racismo, apesar de suas diferentes formas e determinações existentes através do tempo e espaço, caracteriza todas as sociedades capitalistas multirraciais contemporâneas.

O racismo, para este autor, como uma ideologia baseada num conjunto de práticas cuja eficácia estrutural manifesta-se numa divisão racial e social do trabalho, é muito mais do que um reflexo epifenomênico da estrutura econômica ou “um instrumento conspiratório usado pelas classes dominantes para dividir os trabalhadores”.

Além disso, segundo Hasenbalg (2005, p. 191), também se soma a limitada participação histórica da população negra no processo educacional formal, o qual é marcado por contradições. Segundo o autor, em acréscimo aos mecanismos de marginalização e discriminação de classe no sistema educacional – cujos efeitos são especialmente sentidos fortemente por negros e negras devido à sua maior concentração nos setores baixos e subordinados da estrutura de classes – a cor da pele opera como um elemento fundamental que afeta negativamente o desempenho escolar da criança e o tempo de permanência na escola.

Embora, conforme este mesmo autor, a educação na América Latina tenha sido o principal fator e canal de ascensão social para a população negra, há boas razões para afirmar que, quanto maior for o nível educacional alcançado por uma pessoa negra, maior será a discriminação experimentada por ela no mercado de trabalho e em outros espaços de ascensão social. Em outras palavras, conforme

Hasenbalg (2005, p. 191), “o retorno de anos adicionais de escolaridade, em termos de ganhos ocupacionais e de renda, tende a ser proporcionalmente menor para os negros do que para os brancos”.

Tendo realizada a nossa primeira discussão teórica sobre as concepções do racismo é necessário nos aprofundar particularmente sobre o racismo no Peru e as suas particularidades.

2.1 O RACISMO NO PERU

As abertas e complexas formas de racismo no Peru como parte também da abordagem deste capítulo torna-se um aspecto interessante de análise sócio histórico, mediante o qual é preciso abordar algumas considerações importantes que nos ajudem a nos aproximar a esta realidade. Nesta parte vamos trazer as concepções e teorias de alguns autores peruanos e peruanas pesquisadores sobre as questões do racismo no Peru e sobre a realidade das e dos afrodescendentes peruanos.

Segundo o INEI³ a população peruana chega aproximadamente aos 31 milhões de pessoas nos quais a maioria delas mora no litoral peruano, numa superfície territorial de 1, 285 215.6 Km² e com uma esperança de vida de 74.8 anos.

Sobre as e os afrodescendentes peruanos, em primeiro lugar a maneira de nos aproximar a sua realidade sócio histórica é preciso contextualizar sua quantidade populacional e a sua localização geográfica no Peru que nos levarão a entender que efetivamente correspondem a uma minoria em relação a outros países da região.

Para Sánchez (2012, p. 105),

La población afroperuana representa, según José Carlos Luciano Huapaya en su libro Los Afroperuanos, entre un 10% y un 15% del total de la población mientras otros indican el 3% ó 4%. Estas son estadísticas dadas

³ Instituto Nacional de Estadística e Informática: <https://www.inei.gob.pe/> Acceso 09 de setembro de 2016.

de acuerdo a indicios y datos bibliográficos encontrados. La mayor concentración de afroperuanos se halla en el Callao. Departamentos como Ica, Lambayeque, Lima y Piura albergan el resto de la población afroperuana.

A população afroperuana se localiza principalmente no litoral peruano. Os dados atuais de quantidade populacional correspondem a estudos e aproximações que variam em geral a uma população entre o 4% a 10% da população peruana, estes estudos não são considerados estudos oficiais já que o ultimo Censo Nacional que colocou a variável de identificação negra foi no ano 1940 e se espera que o próximo Censo Nacional do ano 2017 tenha essa variável.

Em segundo lugar, sobre as e os afroperuanos e as práticas racistas podemos deixar esclarecido que o sentido das práticas racistas no Peru se justificou pela mesma ambição de expansão sócio econômica dos europeus na América Latina estabelecendo uma pirâmide estrutural que deixava no chão os considerados inferiores como as e os indígenas, africanos e seus descendentes.

Esta pirâmide social fortaleceu o ideal de uma estatura racista e colonial que facilitou a conquista espanhola e permitiu a chegada à América Latina de milhões de africanos trazidos forçosamente para o trabalho escravo.

Segundo Pro Santana (2006, p. 12),

El racismo fue un elemento indispensable para la conquista de América, para la construcción de las colonias y, sobre todo, para la ejecución del que puede considerarse el mayor de los genocidios en la historia de la humanidad, la trata de esclavos, esa migración forzada que sufrieron los africanos y que siguen sufriendo la población de descendencia africana, sean estos los afro latinos, afro americanos; el racismo y la discriminación es la misma en cualquier lugar, porque, en su esencia es ideológica, y muy por el contrario, recrea diversas formas para ser más eficiente .

O comércio de escravos, sem dúvida, impactou fortemente na história e no âmbito psicossocial das e dos africanos e seus descendentes até hoje, deixando um sem número de danos sociais, econômicos, culturais e políticos de forma que foram alimentando as expressões e práticas do racismo no Peru.

No caso das e dos africanos no Peru, esta escravidão foi apagando e matando a sua cultura e as suas tradições ancestrais fazendo que seja o Peru uns dos poucos países onde se perdeu não só a língua africana, senão também a prática cultural africana propriamente dita.

Os danos ocasionados pela invasão dos espanhóis fizeram acreditar aos africanos que não tinham alma, nem nenhum poder para sair da sua condição, o qual foi se refletindo em séculos posteriores sob distintas modalidades psicossociais.

Conforme Ramirez (2006, p.75),

Bajo estas consideraciones los conquistadores limitaron a los conquistados y los esclavizados africanos en las diversas actividades menores, así como los trabajadores de mando medio. En ese sentido los españoles lograron subrayar a las personas consideradas inferiores, esta situación se da en un contexto de una consigna de llegar al poder, de esa manera estableciendo este sentimiento de supremacía por generaciones.

A escravidão africana no Peru foi desenvolvida principalmente em todo o litoral peruano desde a região no norte de Tumbes até a região no sul de Tacna e abarcou também alguns lugares dos Andes peruanos.

As e os escravos africanos trabalhavam principalmente na agricultura e no litoral peruano. Mediante grandes terrenos e produções de algodão e açúcar no norte e centro do país, e nas minas no sul do país.

Para Sánchez (2012, p. 103), “Gradualmente, de acuerdo a la historia, los afroperuanos fueron concentrados en los campos especializados de la Colonia y distribuidos en un primer momento especialmente en la costa peruana, en donde se basaban en sus conocimientos para la práctica de trabajo artesanal y para trabajar en el área de la agricultura”.

É preciso considerar que alguns das e dos africanos eram considerados “bozales” porque chegaram diretamente da África, outros foram considerados “ladinos” porque foram trazidos de centro América e principalmente do Panamá onde já tinham os conhecimentos da língua espanhola e por tanto seu trabalho era mais técnico.

Sobre este contexto da chegada das e dos africanos ao Peru, Sánchez (2012, p. 104) aprofunda um pouco mais. Para a autora,

Los primeros afroperuanos llegaron con los conquistadores, primero por un corto tiempo en 1521 y después volvieron para quedarse de forma definitiva en 1525. Lucharon junto a los conquistadores como soldados y trabajaron donde fuera necesario. Debido a su aculturación anterior en lengua y cultura española, se desarrollaron en una variedad de funciones técnicas y como mano de obra contribuyendo directamente a la colonización hispana y a la consecuente multiculturalización del Perú.

Assim, esta colonização no Peru esteve profundamente ligada a cultura africana e a cultura indígena local, trazendo ali um choque cultural enorme e ao mesmo tempo ocasionando diversas formas de racismo no país.

Pode-se dizer que desde as antigas formas de racismo e preconceito na colônia espanhola até a atualidade não mudaram muitas questões, senão a raiz do tempo foi se fantasiando em formas cada vez mais invisíveis e eficazes.

Nesse ponto, conforme Rochabrún (2014, p. 15).

Mi divergencia con la temática del “racismo” tal como se ha desarrollado entre nosotros radica en un manejo conceptual que, si bien puede llegar a reconocer las grandes transformaciones que ha tenido la sociedad peruana desde la conquista española, al mismo tiempo hace afirmaciones según las cuales todo seguiría igual, de modo que el racismo pasa a integrar una herencia colonial intangible, inmutable y —al parecer— sin visos de poder ser erradicada.

Nesta análise do racismo apontado por este mesmo autor, não concordamos com o fato que além das transformações da sociedade e com ela as múltiplas transformações do racismo na sociedade peruana, este racismo não poderá ser erradicado das cosmovisões das e dos peruanos. Pensamos que ao longo do tempo tem havido alguns avanços significativos que encaminharam a mudar a concepção de muitas pessoas sobre esta ideologia, e, além disso, estão se somando alguns movimentos antirracistas e pela reparação histórica destes danos. O caminho está apontado, mas é preciso continuar nos fortalecendo.

Por outro lado, existe a costume de reduzir o debate do racismo no Peru como uma questão somente conjuntural e passageira, deixando com isso de colocar a devida importância que tem esta temática para as e os afroperuanos e também para as e os indígenas.

El debate sobre el racismo en el Perú, tanto en el ámbito académico como fuera de él, es fundamental y debemos agradecer a Guillermo Rochabrún su invitación para pensar [...] Pero como he planteado aquí, su crítica yerra en varios sentidos. Primero, es problemático reducir la discusión sobre el racismo en el Perú a una supuesta moda pasajera. Hacerlo es negar la labor importante de los movimientos antirracistas y la producción académica sobre el tema de las últimas décadas (DRINOT, 2014, p. 46)

Sendo as e os afroperuanos uns dos grupos mais interessados em políticas e medidas antirracistas no país, sofrem a limitação de ser uma minoria populacional não organizada, muitas vezes com a falta de identidade e a falta das ferramentas para lutar contra o racismo, o qual dificulta a sua luta por melhores condições de vida digna e o respeito dos seus direitos.

Embora se pense que o racismo acabou no país e se neguem a suas práticas, este racismo vem se fantasiando e se camuflando em diversas formas, e muitas vezes pouco óbvias, mas com mensagens profundas de desigualdade.

Nesta linha para Sánchez (2012, p. 102),

Como asevera Amselle, es innegable la existencia de un racismo incongruente y camuflado en la sociedad peruana, el cual se ha derivado de una utopía genética en el caso del Perú. Resulta sumamente interesante comprender cuál es la visión que de “nosotros” mismos tenemos. El recurrente racismo impera en la sociedad peruana en todos los niveles, desde las calles hasta las instituciones públicas. Por su parte, las perspectivas críticas son amortiguadas con frases del tipo “por qué somos racistas si aquí el que no tiene de inga tiene de mandinga”, es decir, el que no es descendiente de los incas o de los indios es descendiente de los negros africanos o “mandingos”.

Seguindo com esta análise da Sánchez (2012), e com a interiorização cultural de frases conservadoras no cotidiano peruano, a autora continua discutindo o qual

retrógrado vem sendo estes termos para a militância das e dos afroperuanos. Para SÁNCHEZ (2012, p. 106) “Ello constituiría una manera de olvidar rezagos del pasado sobre un racismo que no ha tenido ni tiene razón de ser y que originó la idea estúpida de estética física contemporánea mal congeniada con nuestra forma de ser. Somos una raza de ‘Todas las Sangres’”

Curiosamente, esta outra frase popular peruana dita pelo poeta José María Arguedas, pai do indigenismo no Peru, visibiliza a grande diversidade de raças que tem o Peru e que todas e todos como peruanos fazemos parte da construção nacional, porém ao discutir esta frase desde um olhar de direitos novamente não se reconhece algumas reivindicações específicas.

Sem duvida, o racismo e as suas múltiplas expressões no país tem jugado um papel categórico na pobreza, no acesso e no desenvolvimento da sociedade e especificamente das e dos afroperuanos.

Nesta lógica, para Pro Santana (2006, p. 13) “El racismo ha jugado un papel muy importante en el Perú. Un país en el que las distancias sociales y la incapacidad de las elites para ver y aceptar a las mayorías han impedido la formación de un proyecto nacional”.

Podemos acreditar que o racimo contribuiu para aumentar desigualdades sociais e raciais no país onde a indiferença a estes temas, tanto da população em geral como das e dos tomadores de decisões alimenta o círculo vicioso da pobreza e a exclusão social. Um projeto nacional não vai desvinculado de trabalhar as questões de classe, gênero e raça, e mais ainda num país conservador com uma falta alarmante de tolerância e reconhecimento de direitos das diferenças étnico-raciais.

Conforme Pro Santana (2006, p. 14) “Es cierto que el racismo en el Perú se entremezcla con otros factores, como el étnico, el de clase social, el educativo, etc. Una de las características en nuestra sociedad es la incapacidad de ver al “otro”, de entendernos, de comunicarnos.”

É muito importante poder entender na nossa discussão o quão é relevante aplicar as categorias gênero, classe e raça aos problemas sociais como o racismo e a sua vinculação com as situações de desigualdade na nossa sociedade tendo em

consideração que no Peru e na América Latina um dos grupos mais explorados pela sociedade, pelas instituições e pelo modelo econômico neoliberal são as mulheres pobres afrodescendentes e indígenas.

Reynoso, Oré e Carrillo (2010, p. 20) argumentam de igual maneira que “Sin duda, el racismo y su vinculación a las variables de clase y género agravan la exclusión de las afroperuanas. El poco acceso a la educación, al mercado laboral y a espacios de desarrollo técnico es consecuencia de este fenómeno”.

Concordamos com os autores em que a educação, o mercado laboral e os espaços técnicos são espaços fundamentais para levar ao afroperuano e afroperuana no caminho do desenvolvimento, mas também acreditamos que a liberdade da participação política deles e delas incentiva o reconhecimento étnico-racial da população e à visibilidade do seu aporte à construção do país.

Segundo Oliveira e Sacramento (2010, p. 264), “A luta pela superação do racismo e da discriminação racial é, pois, tarefa de todo e qualquer educador, independentemente do seu pertencimento étnico-racial, crença religiosa ou posição política”.

Um ponto a analisar e destacar nesta parte é a histórica e limitada participação da população afrodescendente não somente nos espaços educacionais formais, também nos espaços sociais e políticos para combater as desigualdades e o racismo. Efetivamente os fatos racistas na escola afetam significativamente a autoestima e a identidade, trazendo uma carga de subordinação social e racial histórica.

Estamos frente a um sistema estrutural e complexo que limita o desenvolvimento da população afrodescendente com o fim de limitá-los a determinadas trabalhos ocupacionais.

Em termos dos processos de estratificação e mobilidade social, Hasenbalg (1979, p. 116) confirma nesta discussão sobre o racismo que se as pessoas entram na arena competitiva do trabalho com os mesmos recursos, exceto no que se refere à filiação por um grupo racial, o resultado como posição de classes, ocupação, renda e prestígio, dar-se-á em detrimento das e dos afrodescendentes.

O racismo não se limita a trabalhar a questão da educação. Para Munanga (2008, p. 97), no caso das políticas, “Pensavam eles que o racismo, filho da ignorância, terminaria graças à tolerância proporcionada pela educação”.

Pensamos que é preciso um processo rigoroso de participação popular e política das comunidades e as organizações afrodescendentes para poder levar ao reconhecimento, justiça e desenvolvimento, para que possam quebrar a estrutura elitista e reparar todos os danos ocasionados pela subordinação histórica.

Conforme Lima (2010, p. 27)

O nosso desconhecimento sobre a história e a cultura dos africanos e dos seus descendentes no Brasil e nas Américas pode fazer muitas vezes com que optemos por utilizar esquemas simplificados de explicação para um fenômeno tão complexo quanto a construção do racismo entre nós. O racismo é um fenômeno que influiu e influi nas mentalidades, num modo de agir e de se ver no mundo.

Não adianta olhar o passado escravista das e dos afrodescendentes na América Latina, é necessário analisá-lo e interpretá-lo para entender o dano causado à sociedade atual e às suas relações étnico-raciais. A revalorização da cultura, história e os seus direitos são desafios não somente da participação política das comunidades e organizações afroperuanas, mas também da população em geral.

Concluimos nossa discussão evidenciando que a temática ainda está viva e se expressa nas nossas relações étnico-raciais no cotidiano, mas muitas vezes de uma maneira invisível. A temática está latente e o peso maior das comunidades e organizações afroperuanas está em poder se afastar da participação limitada nos processos de participação política e compreender o funcionamento destes processos para a luta contra o racismo e pelos seus direitos.

2.2 ATUALIDADE E SITUAÇÃO DOS AFRODESCENDENTES NO PERU

Quando pensamos na América Latina e o Caribe, podemos evidenciar entre muitas características, um continente com um elevado índice de desigualdades, tantos sociais, econômicas, políticas e culturais dos quais uma das populações que

ainda travessa processos de marginalidade e invisibilidade tanto pelos Estados e a sociedades, é a população afrodescendente.

Ao falar da população afrodescendente podemos abarcar um setor da população na qual na atualidade se deve tomar especial importância quanto à geração de ações e políticas públicas. Segundo a Organização dos Estados Americanos OEA (2011, p. 5),

Existen de alrededor de 200 millones de habitantes afrodescendientes a lo largo y ancho de las Américas, que según lo han reconocido los órganos del Sistema Interamericano, continúan siendo víctimas del racismo, de la discriminación, y además, siguen siendo privados de algunos de sus derechos y necesidades básicas.

Segundo Valdivia (2011, p. 72) “La exclusión que atraviesa la población afroperuana se ve plasmada también en los censos y encuestas nacionales, carentes de una variable étnica de auto identificación afrodescendiente desde 1940”. Não existem estatísticas oficiais da população afroperuana, e muito menos ainda da população jovem afrodescendente no Peru; desconhecendo-se em dados numéricos as verdadeiras e atuais necessidades em educação, saúde, trabalho, moradia entre outras.

No Peru, ainda que não se tenha dados sobre a quantidade da população afroperuana, estima-se que as e os afrodescendentes ao longo dos anos tem estado ocupando uma posição subordinada na estrutura social, econômica e política do Estado, o qual tem gerado um menor acesso aos benefícios do desenvolvimento socioeconômico. Como vimos anteriormente, a situação de precariedade em que vivem muitas pessoas afroperuanas tem como base o contexto da escravidão, o colonialismo e a marginalização social. Segundo Aguirre (2004, p. 2),

A pesar de los cambios ocurridos en el Perú en estos últimos doscientos años, la esclavitud no ha terminado. Pese a toda la importancia que fechas como 1804 y 1854 tienen como hitos decisivos en la lucha contra un régimen brutal de explotación como era la esclavitud de la población de origen africano, sus huellas siguen percibiéndose hoy en la supervivencia del racismo, la discriminación, y la marginalización de las poblaciones negras.

É verdade que apesar da crise econômica em muitos países da América Latina e Europa, a economia peruana se encontra num processo de crescimento, porém, os níveis de pobreza, exclusão social e política no país não tem diminuído, a porcentagem da população pobre continua sendo considerável e o índice de exclusão dos espaços políticos e de tomada de decisões em vez de reduzir, tem se incrementado, aumentando as diferenças entre quem têm maior renda respeito aos que têm menor renda, afetando de forma particular às e os afroperuanos.

O Estado peruano tem feito muito pouco frente à situação de pobreza e ante as formas abertas de racismo e preconceito, tampouco tem promovido uma política social que iguale em oportunidades à população afroperuana com outras populações no país. Não existem políticas públicas de atenção e incentivo que estimulem o progresso das e dos afroperuanos, nem tampouco se tem estimulado a aqueles e aquelas que pelas suas habilidades pessoais poderiam ter destacado e servido de exemplo para outras pessoas.

A pesar de que no processo de reforma do Estado peruano e a descentralização do país, se estão fortalecendo os sub níveis de governos regionais e municipais, e se tem incorporado à cidadania na corresponsabilidade da gestão pública e da promoção do desenvolvimento local, regional e nacional, porém, ao se reduzir o tamanho do Estado, também se tem reduzido os espaços que promoviam a inclusão social das comunidades nativas e das comunidades afroperuanas.

É preciso mencionar que segundo um dos últimos informes do Comité das Nações Unidas para a Eliminação da Discriminação Racial ONU (2014, p. 18), expressa textualmente que, “El Comité nota con preocupación que los miembros de pueblos indígenas y los afroperuanos continúan siendo víctimas de una discriminación estructural, enfrentándose constantemente a la falta de oportunidades económicas, pobreza y exclusión social”.

O racismo, a discriminação e a marginalidade social também se manifestam em casos concretos, por exemplo, a raiz do Terremoto do Peru do 2007 na cidade de Pisco, que afetou a varias localidades afroperuanas do departamento de Ica, sendo segundo os dados do Peru (2009, p. 66) como um “Sismo registrado el 15 de agosto del 2007 que tuvo una magnitud de 7.9 grados en la escala de magnitud de Richter y dejó como consecuencia 576 muertos, 1,435 heridos, 64,500 viviendas

totalmente destruídas e inhabitáveis, 219,326 personas afectadas y 431,313 personas damnificadas”.

A maioria de afetados eram pessoas e comunidades afrodescendentes do sul do país, ao longo de quase 10 anos não se tem reconstruído a grande parte de moradias e imóveis destruídos, demonstrando uma indiferença total da sociedade e do Estado frente à população afrodescendente.

A nível social, muitos afroperuanos e afroperuanas se vêm afetados pelo racismo que praticam muitos indivíduos e autoridades. Geralmente é na escola, no trabalho, ou no sistema judicial onde, maiormente se tem insultos, agressões verbais e até a restrição dos direitos mais fundamentais. Cotidianamente muitos afroperuanos e afroperuanas terminam na cadeia sem contar com as mínimas garantias que tenham um veredito justo e uma adequada defesa; em varias ocasiões é a passividade de algumas autoridades que tem facilitado estes atropelos.

Quanto a sua localização geográfica, segundo Cimarrones (2002) as e os afroperuanos pelo geral moram nos bairros e lugares mais pobres das zonas urbano-marginais e agrícolas do litoral peruanos, onde a falta de serviços básicos afeta drasticamente os níveis e a qualidade de vida deles. As famílias afroperuanas sofrem as graves consequências da desocupação, a falta de trabalho, a baixa qualidade educativa, o racismo e a carência de oportunidades, todo o qual influencia no desenvolvimento de uma débil autoestima e identidade para uma grande maioria deles e delas.

Segundo Peru (2006), as famílias afroperuanas têm uma renda menor que outras famílias a nível nacional, fazendo ocupar estratos socioeconômicos baixos e experimentar distintos níveis de discriminação étnica que limitam a qualidade dos serviços de saúde, educação, trabalho nos que acedem. Ademais, analisando as concepções da população afrodescendente sobre sua própria situação de pobreza, esta população se percebe vítima de uma dupla exclusão social, devido a suas condições socioeconômicas e a suas características étnico-raciais.

A baixa qualidade da educação em zonas com presença afrodescendente também é um fator que tem impedido uma melhor preparação para as e os afroperuanos, por tanto, tem mantido um desigual acesso às oportunidades de trabalho e desenvolvimento social. A este grave problema de educação que passa o povo afroperuano, se adiciona a marginalização econômica, política e cidadã dos quais são alguns dos maiores problemas das comunidades afroperuanas. Esta

situação se manifesta na escassez de oportunidades de trabalho para as e os jovens, nas péssimas remunerações e a ausência de empreendimentos socioeconômicos; a pobreza também se mostra nas péssimas condições de vida nas localidades e comunidades urbano-marginais com presença afroperuana.

Ante a realidade histórica que atravessa o povo afroperuano, se pode evidenciar que as políticas de assistências do Estado não têm sido orientadas à população afroperuana, mas sim à população de origem indígena, tanto na cidade de Lima como na serra e selva do país, esquecendo que as e os afroperuanos estão localizados na sua maioria a longo do litoral do Peru, quem formam parte das populações mais pobres do país, o qual é consequência da invisibilidade que passam ainda as populações afroperuanas e a pouca capacidade de resposta, organizações e incidência desta população para promover projetos de desenvolvimento inclusivos como também a luta contra racismo e a discriminação.

Se isto é assim com a população afroperuana em geral, é muito mais grave com a mulher afroperuana em particular, que é vítima do machismo e marginaliza por ser mulher e pobre. Na maioria dos casos as afroperuanas têm menor acesso aos serviços educativos e se ocupam pelo geral em trabalhos de baixa remuneração. As afroperuanas têm sido um suporte fundamental das suas famílias e se têm incorporado crescentemente às organizações de sobrevivência promovidas pelas mulheres de campo e cidade.

É preciso, dotar às mulheres afroperuanas dos conhecimentos e ferramentas que possibilitem o entendimento, uso e aplicação dos direitos humanos, as motivando a participar nos processos políticos futuros que lhes garantam o acesso a justiça, que tenham capacidade de decisão e autonomia de tal maneira que possam participar social, econômica e politicamente.

Quanto ao exercício de seus direitos como cidadãos, segundo o último informe de Transparencia (2014), se percebe que a participação política cidadã organizada das e dos afroperuanos é restringida e de má qualidade. Concordando com o informe, se evidencia que a ideia de cidadania é pouco conhecida entre as e os afrodescendentes tanto porque muitos deles desconhecem os direitos que a constituição e as leis reconhecem, porque a consciência sobre suas responsabilidades cidadã se limita ao exercício formal do voto; inclusive se pode notar que vários dos integrantes das comunidades afroperuanas não possuem

documentação pessoal. Pelo geral as e os afroperuanos participam pouco na vida política do país.

3 DEMOCRACIA, PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E MOVIMENTOS SOCIAIS

3.1 DEMOCRACIA

As reflexões sobre a participação política trazem a necessidade de um debate teórico sobre concepções da democracia.

Na América Latina, a democracia apresenta algumas características fundamentais. Boron (1999, p. 37), ao falar sobre a democracia, chama a atenção no seu texto para algumas questões que são importantes para a América Latina. Em primeiro lugar, que essa democracia é uma democracia com as maiores desigualdades de riqueza e de renda do mundo, acreditando que essa soberania brilha por sua ausência. Em segundo lugar, aponta que a democracia é uma democracia dividida que atende a dinâmica de mercados altamente oligopolizados onde os governos estão frequentemente atrás deles. Em terceiro lugar, o autor também chama a atenção para o fato de que a democracia só ganha relevância no período eleitoral onde há uma espécie de teatralização. Boron (1999, p. 37) afirma que “Estamos, por conseguinte, no pior dos mundos: democracias sem soberania popular”.

Porém, além do desenvolvimento de nosso continente e o crescimento dos mercados oligopolizados, as brechas sociais e econômicas não têm diminuído, e muitas vezes em alguns países têm até aumentado, prejudicando setores e populações historicamente vulneráveis na sua maioria, por isso, queríamos responder a uma pergunta: existe alguma ligação entre a democracia e a justiça para abordar estes temas?

Chama-nos a atenção nesse assunto, a tese da variante da democracia que traz Esping-Andersen (1991) quando aponta questões para poder entender o desenvolvimento da cidadania na lógica dos direitos sociais, e, por outro lado, tenta entender a necessidade de uma formação na participação, em especial na participação política, para combater a cultura tradicional de competição em massa dos partidos políticos na época eleitoral pelo eleitor médio, mas ainda faltam

algumas respostas que aportaremos com outros autores para contribuir com este trabalho.

É importante também lembrar, conforme apresenta Boron (1999, p. 19), que a democracia, como uma das formas de organização do poder social no espaço público, é inseparável da estrutura econômico-social sobre a qual o poder repousa.

E é no espaço público que as diversas forças sociais, econômicas e políticas se confrontam para a tomada de decisões. Assim, a disputa pelo poder tem protagonismo, mas é, também, nesta sociabilidade, que as diferenças de classe, de raça/etnia e de gênero se acentuam com maior contraste, não garantindo a livre disputa democrática em igualdade de condições.

Boron (1999, p. 33) afirma que um dos requisitos mais importantes da democracia é a existência de um grau bastante avançado de igualdade social. O autor cita que:

Nenhum teórico da democracia se enganou tanto de modo a sustentar que esta só poderia funcionar depois de eliminadas todas as diferenças de classes. Mas todas sem exceção. A democracia não pode sustentar-se sobre sociedades assinaladas pela desigualdade e a exclusão social. Para que o regime democrático funcione, é preciso haver sociedades bastante igualitárias, e a igualdade, como lembrava o próprio Adam Smith, deveria ser de condições e não só de oportunidades.

Boron (1999, p. 35) também chama a atenção para o fato de que, dentro das normas democráticas, há alguns que votam todos os dias, e outros, a esmagadora maioria da sociedade, que o faz uma vez a cada dois ou três anos. Além disso, Boron (1999, p. 35) pergunta até que ponto pode ser considerado democrático um Estado que concentre tamanha desigualdade no exercício dos direitos políticos. O mesmo autor responde que, no melhor dos casos, tratar-se-ia de uma democracia sumamente defeituosa, que é apenas uma fantasia para dissimular a vigência numa sociedade com um regime fortemente oligárquico em sua estrutura e funcionamento.

Pensamos que conforme todos estes argumentos discutidos acima, atualmente no sec. XXI, estamos vivendo uma democracia defeituosa, em que há falta de representatividade nas decisões políticas que a América Latina atravessa e na qual a carência de espaços de participação é um jogo de interesses perverso

gerado pelos que estão no poder dos mercados oligopolizados e que compartilham de um pensamento neoliberal que tenta evadir em promover esses espaços democráticos que vão contra o seus interesses.

A democracia, como está sendo discutida, precisa de uma lógica inclusiva, universal e participativa, de uma ordem coletiva em que a participação e a representação possam jogar com os interesses de um povo diverso, heterogêneo e com realidades que abarquem diversas formas de expressão social.

Esta discussão nos traz uma série de desafios de como fortalecer neste século a democracia em si, partindo de um pensamento de luta pela igualdade, das participações sociais e políticas e da representatividade de forças excluídas e invisibilizadas atualmente neste sistema liberal e capitalista.

Segundo Jelin e Hershberg (2006, p. 156), o desafio da democratização na América Latina está na capacidade de combinar as mudanças institucionais com a expansão das práticas democráticas e o fortalecimento de uma nova cultura de cidadania. É nisso que se encontra a relevância prática das questões em discussão.

Até aqui chamamos a atenção do leitor para o sistema democrático que vivemos na América Latina e nos países que a compõem, que não é ideal para o fortalecimento da cultura cidadã, já que estão perenemente em jogo diversos interesses antagônicos e espaços em disputa.

Nesse pensamento, compartilhamos do pensamento de Boron (1999, p. 25), ou seja, é muito improvável e problemática a sobrevivência da democracia numa sociedade diversa, dividida pela injustiça em todos os sentidos, com seus desestabilizadores extremos de pobreza e riqueza.

Nas últimas décadas, com o avanço da ciência, há descobrimentos muito interessantes que facilitaram a qualidade de vida de muitas pessoas, ou seja, o acesso à informação e o que corresponde ao avanço das telecomunicações. Mas esses avanços não são iguais para todos e todas, ainda existem grupos econômicos e de poder político que se beneficiam mais desses avanços e aproveitam deles para continuar a exploração aos mais pobres.

Segundo Nogueira (2004, p. 83), “A despeito dos ininterruptos avanços tecnológicos, das descobertas da ciência e das conquistas produtivas, a

desigualdade continua viva e operante”. O mesmo autor aponta também que “Houve um tempo, não muito distante, em que se acreditava que a pobreza e a desigualdade representavam uma espécie de “sacrifício” inevitável: era o preço que se pagava pela construção do progresso”.

O crescimento econômico dos últimos anos não se transformou em desenvolvimento social, para o qual o ganho das empresas e do mercado teria de contribuir para a população em geral e particularmente as e os mais pobres. Essa não é a lógica deste crescimento econômico e do capital que produz como consequência esta desigualdade em todas as suas formas.

Se a pobreza e a desigualdade são consequência do progresso, teríamos que nos perguntar que o progresso seria para quem? Realmente esse progresso é igual a toda população ou determinadamente a grupos empresariais com fins de lucro? Esta filosofia do crescimento empresarial, concebida há alguns séculos atrás e que nos dias de hoje se repete, acabará com a pobreza?

Numa sociedade estruturalmente marcada pela desigualdade, por uma conflitividade crescente, pela pobreza geradora de discriminações que estão na base do apartheid social, pelos riscos de uma dualização da sociedade, pela incompetência do Estado em garantir a igualdade jurídica, é possível uma prática de civilidade que leve à uma convivência cidadã? É possível a “construção de uma noção de bem público e de responsabilidade pública que tenham como parâmetro a garantia dos direitos básicos de toda uma população?” Telles pensa que sim, a partir “de uma nova contratualidade que construa uma medida de equidade e as regras da civilidade nas relações sociais. (WANDERLEY, 1996, p. 99)

Acaso vivemos atualmente numa democracia com perspectiva de uma apartheid social? Não um apartheid do século passado, como aconteceu na África do Sul, mas outro tipo de apartheid, que vai além do corpo, que também vai interferir nas mentes das populações? O Estado burguês não tem essa proposta e não consegue garantir uma justiça igualitária que fortaleça uma democracia plena para o envolvimento das comunidades nas tomadas de decisões e o respeito dos direitos humanos.

É importante a participação nos espaços do Estado, e por isso a democracia no aparelho do Estado conta com alguns meios e canais abertos para que a

população possa participar nas decisões locais, mas há uma discussão sobre a efetividade desses meios.

Em referencia ao mencionado, Keinet (2000, p. 76) assinala que,

Os meios oferecidos pela democracia parecem ser insuficientes, de maneira que a sociedade passa a influir diretamente sobre a formulação de políticas, por meio da interpenetração direta dos centros de decisão estatal por parte das grandes organizações destinadas à defesa de interesses setoriais no sistema político e administrativo.

Então, a impressão que nós temos é que os canais atuais da democracia não permitem que as pessoas possam exercer a cidadania e que esta seria somente para aqueles grupos e centros de poder estatais ou empresariais.

A democracia deve pensar e vir do povo, fazendo valer seus interesses e necessidades, respeitando as minorias. Quando falamos de minorias, não falamos dos donos das organizações com fins lucrativos ou dos grandes empresários, mas pensamos em coletivos historicamente vulneráveis.

Por outro lado, para Keinet (2000, p. 65),

Cabe lembrar, também, as mudanças recentes em termos de representação, como, por exemplo, formas de democracia participativa, que se mesclam à representativa, ou, ainda, a mudança nas concepções de gestão pública que ampliam o leque de atividades passíveis de delegação por parte do Estado, em especial da prestação de certos serviços “públicos”, relativizando a questão do poder de Estado, dado que este se torna bastante fragmentado.

O que o povo busca é um espaço onde possa elevar a sua voz e exercer essa democracia participativa, com seu envolvimento prático nas decisões que se tomam nas suas instituições estatais, como primeiro passo. Depois tentar chegar ao nível dessa democracia representativa em que são eles quem indicam seus representantes para discutir, debater e propor políticas e ações do Estado que possam beneficiar a população.

Essa luta pela democracia é diária e se expressa na participação política, mas, para consegui-la, temos que combater a pobreza e lutar pela sobrevivência da classe trabalhadora e, ainda, lutar contra um inimigo maior, que é a tradicional cultura assistencialista e populista que atravessa os países da América Latina até os dias de hoje.

Assim, como o aponta Oliveira (2008, p. 37),

A luta diária pela sobrevivência e o não acesso a informações dificultam a estas pessoas o reconhecimento de seus direitos. Como acentua Yazbek, “décadas de populismo e clientelismo consolidaram uma cultura tuteladora que não tem favorecido o protagonismo dos subalternos ou sua emancipação”.

Este populismo e assistencialismo dificultam a democracia popular, já que fragmentam a luta e isolam a consciência de classe, deixando ao mesmo tempo a falta de interesse das pessoas para o acesso à informação e o controle social das políticas do Estado. O mesmo autor também explica que “Nesta direção, a democracia é valorizada como condição social, um ordenamento societário que assegure a todos um conjunto de direitos e possibilidades de intervir na gestão da vida social” (OLIVEIRA, 2008, p. 41).

Para fortalecer nossa democracia, é necessário um crescimento social com consciência popular que tenha o controle do crescimento econômico, exercendo, assim, uma representatividade nos espaços políticos. Um crescimento sustentado e de qualidade, que não exclua ninguém.

Da mesma forma, como coloca Nogueira (2004, p. 81),

Pretendemos desenvolvimento equitativo que assegure que todos os grupos da sociedade, e não só os de cima beneficiem-se dos frutos do desenvolvimento. E perseguimos desenvolvimento democrático, para que todos os cidadãos possam participar por múltiplas vias nas decisões que afetem suas vidas.

As formas de participação, de controle social e de acesso à informação foram estabelecidas por uma lógica da classe burguesa, em outras palavras, pelos de

cima, pois são estes que estabeleceram as regras e a organização da sociedade em seu conjunto.

Seguindo esta análise, Oliveira (2008, p. 37) conclui que,

Os pobres e os que detêm riquezas coexistem numa estrutura social, econômica e cultural estabelecida pelos “de cima”. Os pobres para conquistar direitos e visibilidade só tem uma saída, que é ter protagonismo e avançar na própria organização. É pelo protagonismo social que as camadas subalternas podem romper com a condição de subalternidade e fazer prevalecer seus interesses.

Para concluir, o Mercado e o Estado fazem crer que a sociedade está atravessando por uma democracia plena e simulam num jogo de forças para apagar qualquer tendência contrária que possa jogar fora seus interesses de exploração e dominação.

Esta discussão contribuiu principalmente ao entendimento da democracia nas suas diversas concepções, mas também nos fica uma questão da necessidade de compreender a importância da participação política na defesa desta democracia.

Estes temas têm uma forte relação com a participação política das e dos considerados excluídos pelo Estado capitalista e pelo projeto neoliberal, como é o caso das juventudes afrodescendentes, além da participação e organização da sociedade civil contra o racismo e pela participação nos espaços políticos e públicos.

Neste conflito de interesses divergentes, nos perguntamos, como é que é a participação política e como se expressa? É preciso fazer um amplo debate em relação à participação política na perspectiva crítica e funcionamento para a garantia da democracia das populações na sociedade atual. A lógica e exercício da participação política colabora para o respeito da democracia e o desenvolvimento dos grupos sociais marginais?

3.2 PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

Nesta parte, abordaremos a discussão da participação política e a sua importância como mecanismo fundamental de mobilização da classe trabalhadora para poder compreender a dinâmica da população excluída e não envolvida nos espaços políticos.

Discutir as concepções de participação não é simples como parece, pois envolve uma complexidade de teorias e mecanismos que são muito importantes para as pessoas avançarem no seu desenvolvimento pessoal, profissional e coletivo. Estabelecer uma opinião para uma determinada circunstância não é considerada participação se não tem o compromisso de buscar a transformação social e política da humanidade.

A participação é geralmente considerada uma ação comum e muito simples que os seres humanos realizam de maneira cotidiana, mas, alguma vez pensaram na sua definição e o poder que tem para contribuir à emancipação humana?⁴

Vamos discutir nesta parte as diversas perspectivas e concepções de autores e intelectuais que analisam estes processos e contribuem para ampliar este debate.

Em primeiro lugar, desde um olhar histórico, Patemam (1992, p. 9) aponta que,

Nos últimos anos da década de 60, a palavra "participação" tornou-se parte do vocabulário político popular. Isso aconteceu na onda de reivindicações, em especial por parte dos estudantes, pela abertura de novas áreas de participação — nesse caso na esfera da educação de nível superior —, e também por parte de vários grupos que queriam, na prática, a implementação dos direitos que eram seus na teoria.

É interessante conhecer, segundo a perspectiva do autor em meados do século XX, que as classes subalternas começaram a ter consciência da necessidade da participação para a reivindicação dos seus direitos que não eram garantidos.

Existem diversas teorias e significados sobre a participação, vamos apresentar algumas que achamos importantes para esta discussão, em primeiro

⁴ A emancipação se refere a uma ação que permite às classes oprimidas ou grupos submetidos aceder a um estado de autonomia. Para mais informação revisar MARX, K. (1991). A questão judaica. 2ª ed. Moraes. São Paulo.

lugar é importante deixar esclarecido que nos identificamos com a perspectiva de Oliveira (2015; p. 117).

A participação significa a forma de os indivíduos se tornarem parceiros ativos na tomada de decisões referentes a recursos, definição de prioridades e garantia de responsabilização. Em nível pessoal, participação significa que os indivíduos devem estar aptos a tomar decisões livres e plenamente informadas (...).

Segundo a mesma autora, a participação tem que estar envolvida necessariamente na tomada de decisões, e nas tarefas que envolvem o indivíduo para mobilizar a massa populacional, mas este trabalho pressupõe com que o indivíduo esteja informado sobre sua situação para poder colocar corretamente suas reivindicações.

Sobre este conceito da participação na tomada de decisão, como um espaço de poder, segundo Bobbio (1992, p. 34), este se faz sentir na medida em que o avanço do poder econômico se torna cada vez mais determinante nas decisões públicas e políticas, e cada vez mais decisivo nas escolhas que condicionam a vida de cada ser humano, a exigência de participação, especificamente no poder econômico, tem uma relação com a participação no poder político.

Porém, este não é o único conceito da participação, pois, se nos aproximamos um pouco à vertente liberal, podemos apreciar uma forma de interpretação oposta. Nesta perspectiva, segundo Simionatto (2010, p. 44, apud NASCIMENTO; DA ROCHA; CANTOIA 2015, p. 97), “O conceito de participação/emancipação defendido pela perspectiva liberal-corporativa perde o sentido de construção política, pois é convertido em ferramentas de manipulação e legitimação de grupos específicos”.

Tendo em evidência estas duas vertentes totalmente opostas sobre a participação, é preciso continuar nossa discussão na perspectiva da participação como construção política, trazendo para isso outros autores que estejam nessa linha argumentativa.

Por exemplo, para Peruzzo (1995, p. 144),

O conceito de Participação diz respeito à democracia, ao acesso a algo, à partilha de algo, mas se relaciona especificamente com o exercício do poder. Porém, para a autora também é um termo ambíguo porque pode significar processos, formas, níveis, e intensidades distintas de participar.

Com respeito à participação e à democracia, conforme a autora, são dois processos que estão interligados e que apontam a um exercício político da população. Estes processos de participação ligados à democracia dependem também das oportunidades que tenham a pessoa e dos fatores situacionais e motivacionais que a impedem de participar. Segundo Bordeanave (1983, p. 78, apud PERUZZO, 1995, p. 146), sobre estes fatores motivacionais, a participação não é o processo difícil, isto se aprende e se aperfeiçoa, pois, para o autor “ninguém nasce sabendo participar (...), a habilidade de participar cresce rapidamente quando existem oportunidades de praticá-la. Com a prática e a autocrítica, a participação vai se aperfeiçoando”.

Conforme Patemam (1992, p. 25),

Finalmente "participação", no que diz respeito à maioria, constitui a participação na escolha daqueles que tomam as decisões. Por conseguinte, a função da participação nessa teoria é apenas de proteção; a proteção do indivíduo contra decisões arbitrárias dos líderes eleitos e a proteção de seus interesses privados. É na realização desse objetivo que reside a justificação do método democrático.

Até aqui podemos evidenciar que a participação está vinculada a um processo democrático, político e de tomada de decisões com atitudes de liberdade e de plena informação. Este conceito nos dá uma visão ampla e geral da complexidade que envolve discutir a participação política e o Estado, o qual nos abre um caminho para nos aprofundar neste debate.

O conceito da participação política, como temos discutido acima, se refere ao fato de que qualquer cidadão e especialmente o cidadão de base e das comunidades marginais possa elevar sua voz e fazer o controle social trabalhando junto com o Estado ou qualquer das suas instituições, propondo ideias e outras propostas para poder tomar as melhores decisões que possam beneficiar a sociedade.

Na América Latina, estamos marcados por uma tradição muito forte de repressão, opressão, violência, discriminação e qualquer outra forma de marginalização local, além disso, a este processo se soma que historicamente vivemos uma cultura patrimonialista onde as decisões eram tomadas por pequenos grupos de poder que lutavam primeiro pelos seus próprios interesses e depois os interesses do povo. Portanto, estes grupos não envolviam a população.

Estas organizações da sociedade civil devem ter um protagonismo para conduzir à população a esse debate baseadas em valores básicos como a liberdade, justiça, reconhecimento, entre outros. Chama a atenção nessa discussão Jelin e Hershberg (2006, p. 160), quando colocam que “Desse modo, a justiça deve ser baseada na existência de um espaço para o debate público, e a participação na esfera pública torna-se tanto um direito como um dever.”

Nesta perspectiva dos autores, a falta de importância da participação política e dos seus mecanismos por parte das populações como um “dever” leva a uma falta de cidadania e de envolvimento com o desenvolvimento local. Frente estas dificuldades, segundo Oliveira (2008, p. 37),

Para ajudar este processo, é necessário ter a presença dos próprios usuários nos espaços de discussão e deliberação da política e dos seus direitos. É pela participação que as pessoas ganham poder de decisão e de ação coletiva. É a partir de uma efetiva participação que as classes populares terão possibilidades de fazer com que o Estado incorpore as suas reivindicações.

A participação política não tem que acontecer somente através de representantes das organizações sociais ou da sociedade civil. Para romper com esta herança colonial na população, é preciso ter também espaços para que as e os mesmos usuários se envolvam nesses espaços políticos de discussão, exerçam seus direitos e coloquem as suas questões e reivindicações sociais.

Nesse caminho, o Estado tem a tarefa de poder identificar e convocar as diversas organizações sociais e a população em geral com diversas estratégias comunicativas desenvolvidas ao longo da nossa discussão da participação política a fim de motivar os indivíduos.

Outro fator que não podemos deixar passar é o medo e a desconfiança que muitas pessoas têm em participar politicamente, entre elas o cidadão médio. Sartori (apud PATEMAM, 1992, p. 21) tem uma teoria sobre o desinteresse pela participação,

Argumentos de que a apatia pode ser provocada pelo analfabetismo, pela pobreza ou pela insuficiência de informação foram (...), assim como não foi constatada a sugestão de que ela pode resultar da falta da prática democrática, pois aprendemos que não se aprende a votar votando. Sartori sustenta que a tentativa de encontrar uma resposta para essa questão é um esforço equivocado, uma vez que as pessoas só compreendem e se interessam de fato por assuntos dos quais têm experiência pessoal, ou por ideias que conseguem formular; para si próprias, e nada disso é possível para o cidadão médio, em matéria de política.

Em relação ao trecho anterior, não concordamos com a visão de Sartori de que é um esforço equivocado tentar achar uma resposta para a falta de participação política da população. Pensamos que as pessoas com poder aquisitivo médio ou elevado não participam quando não mexem com os interesses deles, mas pelo contrario, a população pobre, trabalhadora, da periferia e excluída tem diversos fatores internos e externos que impedem sua plena participação nos processos políticos locais e nacionais que garantam as suas melhores condições de vida.

Pensamos que, além dos seus fatores internos e externos, viver a experiência da participação destes setores é muito importante para outorgar o poder de romper com a cultura patrimonialista deixada colonialmente até nossos tempos, no exercício de uma prática cotidiana de diálogo com o Estado.

Porém, temos outros males que também afetam à participação, como é o caso do preconceito em relação aos pobres com a política. Oliveira (2008, p. 39) acredita que, ainda, com os avanços na aproximação da política às comunidades, o preconceito em relação à política e a estas populações provoca o afastamento dos movimentos sociais dos espaços de participação. Para a autora, as pessoas pertencentes à classe trabalhadora, muitas vezes, se sentem discriminadas ao serem identificadas como pessoas que necessitam dos serviços sociais do Estado.

Motta (1981, p. 9) argumenta que este é um fator dificultador da participação, que advém da pouca compreensão da responsabilidade do Estado como instituição

de direito, de proteção e seguridade social. A autora também aponta que a participação ativa dos indivíduos na política perde sentido, na medida em que eles não têm qualquer influência nas decisões.

Se não se tem claro um projeto de sociedade devidamente ligado à participação política da classe trabalhadora e das organizações e movimentos excluídos, não se conseguirá romper com a lógica e determinações estabelecidas pela ordem burguesa para se manter no poder. A consciência de uma participação política das classes subalternas e também da sociedade civil por essa ruptura continua sendo um dos desafios para a emancipação humana.

A interação entre estas organizações e o Estado deveria ser constante para agilizar o processo da participação política e o controle social.

Este sistema de interação seria plenamente participativo. Patemam (1992, p. 39) coloca que,

Uma vez estabelecido o sistema participativo (e este é um ponto da maior importância), ele se torna autossustentável porque as qualidades exigidas de cada cidadão para que o sistema seja bem-sucedido são aquelas que o próprio processo de participação desenvolve e estimula: quanto mais o cidadão participa, mais ele se torna capacitado para fazê-lo.

É necessário também que este sistema de participação, como o aponta a mesma autora, envolva a um setor invisível e historicamente marginalizado dos processos de participação política, com mecanismos e ferramentas que os incluam nestes espaços políticos, me refiro às juventudes.

A importância da inclusão das juventudes nestes processos de participação política é vital e relevante porque são eles e elas quem também vão garantir a colocação de novas questões de uma realidade muitas vezes invisível, e ao mesmo tempo não garantir a sustentabilidade dos processos econômicos, sociais, culturais e políticos em debate.

A conquista da cidadania, do reconhecimento e positivação dos direitos civis, políticos e sociais tem se dado a partir da mobilização dos movimentos sociais, por setores organizados da sociedade civil. Organizações não governamentais de

defesa de direitos humanos também tem protagonizado essa luta. A Ashanti Peru é uma das organizações que tem atuado na defesa dos direitos das e dos afrodescendentes, com foco na participação política da juventude afroperuana⁵. Nos próximos tópicos, antes de falarmos da Ashanti Peru, trazemos algumas reflexões sobre a importância dos movimentos sociais.

3.3 MOVIMENTOS SOCIAIS

Nas últimas três décadas o Peru e a América Latina tem ocorrido por uma série de lutas tanto sociais, econômicas, culturais, civis e políticas onde a população explorada pela sociedade burguesa tem se organizado para exigir direitos, entre eles, melhores condições de trabalho e de vida digna que possa romper a estrutura social e um sistema de classes imposto pela lógica do capitalismo. Nessas lutas a organização da população através da participação dos movimentos sociais joga um fator e uma expressão muito importante para nossa sociabilidade.

Ao tentar entender a existências dos movimentos sociais se põem em evidência um espaço de luta da sociedade para combater a desigualdade e tentar conseguir uma libertação coletiva.

Ao falar dessa libertação, Scherer-Warren (1984, p. 9) chama a atenção ao exigir a sua busca um agir fortemente ativo. Para a autora, quando os coletivos se organizam mutuamente na busca de libertação, ou seja, para poder superar alguma forma de opressão e para atuar fortemente na produção de uma sociedade melhorada, podemos falar na existência de um movimento social.

Na perspectiva de Scherer-Warren (1984, p. 12) movimentos sociais referem-se a um “grupo mais o menos organizado, sob uma liderança determinada ou não;

⁵ Segundo Débora Augustin, Gabriela Geara, Helena Kessler e Rosane Castro, de maneira resumida, pode-se considerar que “ser jovem é viver um ‘contato original’ com a herança social e cultural, constituído não apenas por uma mudança social, mas por fatores biológicos” (Sousa, 2006). Sendo assim, a experiência dos jovens é o fator propulsor da dinâmica da sociedade. E, muitas vezes, é o canal de introdução de mudanças na sociedade. As pessoas que se encontram vivendo a sua juventude são aquelas que movimentam novas ideias no meio em que vivem. São os jovens que, por terem acesso às experiências dos seus antecessores e por terem a disponibilidade de uma vida inteira pela frente, podem aproveitar o conhecimento que existe sem o peso da responsabilidade sobre a construção que foi feita do mesmo e, a partir dele, introduzir novidades no seu ambiente. Disponível em <http://www.ufrgs.br/e-psico/subjectivacao/tempo/juventude-texto.html> acesso em 11 de novembro de 2016.

possuindo um programa, objetivos ou plano comum; baseando-se numa mesma doutrina, princípios valorativos ou ideologia; visando um fim específico ou uma mudança social”.

Seguindo a linha de Scherer-Warren (1984, p. 20), também se define os movimentos sociais como uma ação coletiva transformadora que ela chama de “práxis” a qual está voltada para a realização dos mesmos objetivos que ela chama “o projeto”, sob a orientação total o parcialmente consciente de princípios valorativos comuns que ela chama de “a ideologia” e sob uma organização diretiva total o parcialmente definida que chama “a organização e sua direção”.

Concordando com a linha conceptual da autora sobre movimentos sociais como uma ação de participação de pessoas com um objetivo e valores comuns sob uma organização para buscar a transformação, é necessário também trazer outras definições para poder aprofundar a discussão.

Carvalho (2001, p. 21) chama a atenção para o fato de que os movimentos sociais estão tradicionalmente envolvidos ou ligados às relações de poder. Isso se define para autora como, fundamentalmente, processos político -socioculturais.

Num momento mais cronológico, no transcurso dos últimos séculos, os movimentos sociais passaram por diversas mudanças incorporando cada vez diversos atores e demandas específicas das populações exploradas pela sociabilidade burguesa. Para Carvalho (2001, p.32) são as e os novos atores sociais como: “mulheres, jovens, negros, índios, pobres, homossexuais, ecologistas, idosos, os excluídos e os apartados socialmente pela nova estruturação do mercado do trabalho”.

A chamada cidadania coletiva é um termo que vai tomando força nessa época ao mesmo tempo coloca que as e os historicamente excluídos dos aparelhos sociais e políticos tenham um espaço para participar e se manifestar. Seguindo com essa análise, conforme Dagnino (1994, apud DAGNINO et al. 1998, p. 21),

O surgimento dessa concepção está intrinsecamente ligada à experiência concreta dos movimentos sociais, tanto os de tipo urbano – e aqui é interessante notar como cidadania se entrelaça com o acesso à cidade – quanto os movimentos de mulheres, negros, homossexuais, ecológicos etc.

Uma das questões novas das lutas desses diversos movimentos que se diferencia abertamente dos movimentos sociais tradicionais que procuravam a luta somente pela questão econômica são as demandas de direitos à igualdade e a diferença que se misturam num conjunto de agendas reivindicatórias ao Estado. Segundo Dagnino et al. (1998, p. 21) “Na organização desses movimentos sociais, a luta por direitos – tanto o direito à igualdade como o direito à diferença – constituiu a base fundamental para a emergência dessa nova noção de cidadania”.

A autora também chama a esta nova forma de cidadania dos movimentos sociais como “nova cidadania” que foi uma corrente que se estabeleceu na América Latina, que acordou nos finais dos anos 1970. Dagnino (2004b, p. 103) aponta que,

A então chamada nova cidadania, ou cidadania ampliada começou a ser formulada pelos movimentos sociais que, a partir do final dos anos setenta e ao longo dos anos oitenta, se organizaram em torno de demandas de acesso aos equipamentos urbanos como moradia, água, luz, transporte, educação, saúde, etc. e de questões como gênero, raça, etnia, etc. Inspirada na sua origem pela luta pelos direitos humanos (e contribuindo para a progressiva ampliação do seu significado) como parte da resistência contra a ditadura, essa concepção buscava implementar um projeto de construção democrática, de transformação social, que impõe um laço constitutivo entre cultura e política.

A década dos anos 1970 até os anos 1990 na América Latina foram profundas crises sociais, maioritariamente econômicas e que influenciou no surgimento destes movimentos ante a falta de serviços básicos comunitários e a vulnerabilidade dos direitos humanos e fundamentais.

A noção de outras formas organizativas de participação dos movimentos sociais começava a se manifestar discutindo as formas tradicionais de participação cidadã e a chamada nova cidadania. Com isso Dagnino (2004a, p. 103) as sinala que: “Assim, a redefinição da noção de cidadania, formulada pelos movimentos sociais, expressa não somente uma estratégia política, mas também uma política cultural”.

Para Carvalho (2001, p.32) a pobreza persistente, o aumento do desemprego e as desigualdades crescentes são as novas questões dessa cidadania atual, que vêm gerando os movimentos sociais contemporâneos; o associativismo civil e

econômico que abrange o fenômeno das organizações chamadas Organizações não Governamentais ONG's e das inúmeras redes de solidariedade social, que estabelecem, tanto com o Estado como as empresas, políticas, e projetos de parceria.

A esta nova conjuntura de diversas estratégias de demandas sociais, política e cultural dos movimentos sociais alguns autores o discutem como o período do surgimento dos chamados Novos Movimentos Sociais.

Chama a atenção sobre este fenômeno Santos (2001, p. 177) quando menciona que a sociologia da década dos anos 1980 esteve dominada pela temática dos Novos Movimentos Sociais (NMSs). Para Touraine (1978, apud SANTOS, 2001, p. 177), quem segundo o objeto da sociologia é o estudo dos movimentos sociais, reconhecem que a partir dos anos 1980 se impulsiona essa temática como uma força sem precedentes, sendo só objeto de debate o elenco e a hierarquizarão das razões explicativas deste fenômeno.

Entendemos que na academia foi a sociologia quem começou a discutir estes fenômenos com o termo dos Novos Movimentos Sociais, mas qual é a definição e concepções que os autores dão para nos ajudar a entender este fenômeno?

Para Carvalho (2001, p. 22) os Novos Movimentos Sociais definem conceptualmente, como focos principais interpretativos, a cultura, a ideologia, as lutas sociais cotidianas, a solidariedade intersubjetiva, ou coletiva e o processo de identidade grupal criado. Na abordagem da autora, o Movimento Social apresenta-se como a ação de um coletivo, um ator grupal, fruto de uma vontade coletiva.

Para Dagnino et al. (1998, p. 23) no interior do geral dos movimentos sociais, se estabeleceu uma distinção entre movimentos sociais urbanos ou tradicionais, dedicados à luta por moradia, água, esgoto, educação saúde, etc. e os novos movimentos sociais de caráter mais amplo, tais como por exemplo os movimentos de negros, mulheres, ecológicos, etc.

As pessoas que conformavam estes novos movimentos sociais discutem e afirmam que a desigualdade econômica não é a única forma de opressão do sistema capitalista, existe também uma desigualdade e uma opressão social e cultural que tem sido totalmente invisível.

Para Carvalho (2001, p. 21) estes Novos Movimentos Sociais são como, por exemplo: movimentos ecológicos, novos movimentos religiosos, movimentos de medicina alternativa, assim como outros sofrem releituras na ótica do “politicamente correto”, tais como o movimento dos direitos civis, dos LGBT, dos negros, das mulheres, da paz.

Se estes novos movimentos sociais lutam por questões sociais e culturais, então estes também lutam por questões políticas, é preciso estabelecer a sua relação.

A participação e a luta dos novos movimentos sociais além de ser uma luta mais pessoal, social e cultural, também é uma nova forma de fazer política porque entendem que não adianta continuar com as formas tradicionais de se manifestar, quando as forças se concentram somente nos aspetos econômicos, porque ficariam ainda sendo explorados e dependendo das decisões de uns poucos da sociabilidade burguesa. A ideia não é só gerar uma transformação social econômica ou individual, é preciso uma transformação da estrutura e isso se logra também ocupando os espaços políticos de tomada de decisões.

Continuando com a discussão de Santos (2001, p. 178), para ele as formas de opressão e de exclusão social e política contra as quais lutam os novos movimentos sociais não pode ser abolidas com somente o outorgue de direitos, como geralmente é típico da cidadania; existe uma reconversão global dos processos de socialização e da inculcação cultural.

A isso o autor concorda com Dagnino quando a autora acredita que não adianta que os poderosos dissolvam a pressão e as atividades dos movimentos com a simples garantia de alguns direitos que reivindicam, é necessário se manifestar para conscientizar e educar as pessoas sobre estas novas formas de opressão.

A novidade destes Novos Movimentos Sociais segundo Santos (2001, p. 181) não está no rechaço enfático da política, pelo contrario, está na ampliação da política em geral mais além do marco liberal da distinção entre Estado e Sociedade Civil.

Os novos movimentos sociais dentro da sua lógica mais abrangente para as distintas formas de participação populares emergentes deve estabelecer um maior diálogo com o Estado, não somente com demandas sociais, culturais, ambientais

entre outros tipos de demandas, é necessário treinar também diálogos para garantir uma participação política nos espaços de decisões para garantir uma democracia participativa e representativa. Essa tarefa fica no fortalecimento da participação popular, das organizações de base e suas diversas formas de incidência política.

As conquistas do povo e a sua emancipação política nas diversas lutas sociais de grupos vulneráveis vai encaminhar a uma desejada emancipação humana. Nas diversas formas de organização da sociedade esta a chamada sociedade civil.

Para Nogueira (2004, p. 102),

É no âmbito do projeto democrático que se põe efetivamente a questão da sociedade civil. Fora daí, ela não faz muito sentido ou, o que dá no mesmo, tem um sentido estreito e limitado. Isso quer dizer que precisamos de uma perspectiva que não só valorize a sociedade civil e celebre seu crescente protagonismo, mas também colabore para politizá-la, libertando-a das amarras reducionistas e repressivas dos interesses particulares, aproximando-a do universo mais rico e generoso dos interesses gerais, da hegemonia, em uma palavra, do Estado.

Podemos afirmar nesta discussão que os movimentos sociais são importantes para visibilizar e colocar as demandas das populações nos espaços de disputa econômica e política, mas não adianta somente ficar nesse espaço, é importante o surgimento dos novos movimentos sociais para discutir as demandas sociais e culturais como formas também de opressão do capitalismo, participando e lutando desde uma forma não somente educadora e concientizadora sob uma democracia participativa, acreditamos importante e necessário exercer também uma democracia representativa.

Continuando com nossa linha argumentativa, faremos um debate em relação ao surgimento do movimento afroperuano na perspectiva da importância do seu funcionamento para a garantia de direitos das e dos afroperuanos no espaço da democracia participativa e representativa, seu protagonismo nos espaços da comunidade é fundamental para o respeito e o desenvolvimento destes grupos.

4 SURGIMENTO DO MOVIMENTO AFROPERUANO E A JUVENTUDE PERUANA

4.1 O MOVIMENTO AFROPERUANO

Evidencia-se nas últimas décadas, um crescente interesse das e dos afroperuanos organizados por mudar a situação de racismo e invisibilidade. Em particular a nível local, um número de afroperuanos e afroperuanas cada vez mais significativo tem começado a se motivar para participar efetivamente.

Dentro do Movimento Afroperuano existem poucas organizações trabalhando os temas de direitos humanos e participação cidadã, a maioria delas são de revalorização e promoção dos aportes culturais como a música, a dança, a arte e a gastronomia, como maneira de continuar incentivando a cultura negra.

Segundo Pro Santana (2006, p. 13),

Así pues, más de quinientos años de invisibilidad y discriminación han creado en la sociedad afrodescendiente del Perú un sentido de no pertenencia y de frustración colectiva, que se expresa en automarginación, segregación y pobreza, que no ha permitido a los Afroperuanos, encontrar un lugar de reconocimiento y respeto a su cultura e historia como pueblo con un origen común, con formas asociativas y de representación específicas.

Esta luta de reconhecimento de direitos das e dos afroperuanos há contribuído desde a década de 1980 para o surgimento do chamado movimento afroperuano e as suas diversas organizações, a favor das lutas pela identidade, a cultura, os direitos humanos e contra o racismo no Peru.

Estas organizações afroperuanas foram as que começaram a participar em eventos, espaços sociais, políticos e oficinas demandando ações e políticas contra o racismo no Peru e pelo reconhecimento dos seus direitos. Estas organizações surgiram no marco de uma forte corrente de luta das e dos afrodescendentes nas Américas contra o preconceito e a discriminação racial. Lamentavelmente o Peru até os dias de hoje conta com uma inexistente abordagem teórica sobre os estudos das

lutas das organizações afroperuanas, é por isso que, vamos pegar um pouco das concepções de Nelson Valdivia para nos situar na realidade destas organizações.

Para Valdivia (2013, p. 91),

A pesar de la condición minoritaria de los afrodescendientes en la población peruana, una importante cantidad de organizaciones e instituciones se autoidentifican como “afroperuanas” o se reclaman defensores de los derechos de esa población. Diagnósticos relativamente recientes revelan que existirían por lo menos setenta organizaciones afroperuana, tanto en el ámbito local como nacional. Ciertamente, no todas tienen una vida orgánica activa y, según varios líderes entrevistados, en algunos casos se crearon exclusivamente para las elecciones internas de los procesos participativos de la CONAPA y el INDEPA.

É preciso ressaltar que foi no ano 1985 que nasceu o primeiro movimento afroperuano, e com isso a primeira expressão coletiva forte destinada a lutar contra o racismo no Peru. Este movimento foi chamado movimento negro Francisco Congo e o nome se deve a uma liderança africana no Peru que fugiu da escravidão e mobilizou um grande número de africanos para se organizar e com isso ter uma das maiores resistências contra a escravidão por parte dos colonizadores espanhóis.

Depois, na década de 1990 começaram a sair deste movimento negro Francisco Congo diversas organizações nacionais para lutar independentemente pela população afroperuana, estas organizações se caracterizaram em associações civis, ONGs, organizações de base entre outras, algumas com uma questão mais cultural, outras por uma questão mais artística e outras de uma luta frontal contra o racismo no Peru.

La descripción de los casos mencionados permite concluir que la “sociedad civil afroperuana” está conformada por un conjunto heterogéneo de instituciones, que abarca ONG, organizaciones sociales de base, movimientos locales, instituciones, asociaciones civiles, organizaciones comunales, asociaciones artísticas y grupos culturales. (VALDIVIA, 2013, p. 99)

Em 1990, liderada pelo Dr. Jorge Ramirez Reyna, cria-se o Movimento Pro Derechos del Negro, hoje chamada como a Asociación Negra de Defensa y

Promoción de los Derechos Humanos ASONEDH. A ASONEDH se propõe a contribuir com o desenvolvimento de uma consciência e ordem jurídica de respeito aos direitos fundamentais das e dos afroperuanos e a luta contra o racismo e a discriminação racial das e dos afrodescendentes através da defesa legal, de projetos sociais e atividades nas comunidades com presença afrodescendente a nível nacional⁶.

A ASONEDH se constitui como um espaço de propostas e respostas concretas às crescentes demandas da comunidade negra, se convertendo numa alternativa de aportes ao desenvolvimento de proteção jurídica e a promoção social das comunidades afroperuanas, impulsado o fortalecimento das suas organizações, a defesa e promoção dos direitos humanos, a cidadania, e contribuindo à democracia no Peru.

A ASONEDH, com mais de 25 anos de fundação, é reconhecida pela incansável labor na geração de espaços de formação às mulheres e jovens afroperuanos sobre identidade, liderança, direitos humanos, conseguido organizar muitas das comunidades para suas decisões internas. Ao mesmo tempo é uma organização interessante por promover a renovação geracional com a formação da Ashanti Peru a Rede Peruana de Jovens Afrodescendentes.

Por outro lado, uma das características das grandes maiorias das organizações afroperuanas é sua natureza de organização não governamental ou a sua característica de associações civis sem fins de lucro residentes na cidade de Lima, o qual faz um papel de representação e trabalho dos membros da organização em si para os fins da comunidade afroperuana, desligando-se em alguns casos das organizações afroperuanas de base.

Una primera conclusión es que probablemente la desvinculación de las organizaciones afroperuanas con las bases – debido en parte a la naturaleza de las mismas y a su “lógica de ONG” – agudiza la fragilidad institucional y la tendencia a la fragmentación a partir de las diferencias personales. (VALDIVIA, 2013, p. 176).

⁶ Disponível em www.asonedhperu.org acesso em 13 de novembro de 2016.

Estas rupturas pessoais nas organizações afroperuanas devido a uma fragilidade institucional e a sua desvinculação com as organizações afroperuanas de base ocasionou o surgimento de outras organizações afroperuanas na década dos anos 1995. Hoje temos mais de 60 organizações identificadas como afroperuanas, a grande maioria em estado inativo.

Ao mesmo tempo, a ruptura social das organizações afroperuanas mexeu ainda com a clareza da visão de luta coletiva do movimento afroperuano para participar social e politicamente nos espaços de tomada de decisões reivindicando seus direitos. Muitas vezes fica restritivo a obtenção de recursos para poder desenvolver as suas atividades.

El resultado desta situación de desunión y falta de claridad programática es una débil presencia del movimiento afroperuano en la escena política nacional. Existe consenso, no solo entre los investigadores sino entre las mismas organizaciones, respecto al débil grado de influencia del movimiento sobre el Estado. (VALDIVIA, 2013, p. 178).

É preciso destacar também que o movimento afroperuano, nas últimas décadas, tem atravessado por processos de lutas e diálogos com o Estado, e que tem ganhado algumas conquistas de políticas públicas para população afroperuana. Na próxima parte vamos destacar algumas dessas conquistas.

4.2 ESTADO RESPONDEU: AÇÕES QUE O ESTADO FEZ COM A POPULAÇÃO AFROPERUANA

A limitação da participação política que têm estas organizações afroperuanas e a sua falta de diálogo e negociação das suas demandas ante o Estado fez que não se conseguisse avanços significativos e ações afirmativas em matéria de direitos humanos das e dos afroperuanos contribuindo à invisibilidade ante as instituições públicas, privadas e à sociedade em geral.

Além disso, é preciso colocar e considerar alguns avanços das organizações afroperuanas como, por exemplo, a celebração e reconhecimento pelo Estado do

mês de Junho como Mês da Cultura Afroperuana, a criação em Lima do Museu Nacional Afroperuano, e a recente abertura no Ministério da Cultura de uma Direção de Políticas para População Afroperuana.

Porém, para Valdivia (2013, p. 178) “Si bien ha habido logros importantes que probablemente respondan en algo a la presión y la acción de incidencia de las organizaciones afroperuanas, está pendiente el cumplimiento de la mayor parte de la agenda que ellas mismas han definido y defienden.”

A população afrodescendente no Perú, como sabemos, é considerada como uma minoria. São ainda vítimas, de muitas práticas racistas e sexistas, sem muitos instrumentos legais específicos para reivindicar direitos. Chama a atenção a indiferença histórica do Estado por atender a esta população. São praticamente excluídos da Constituição Política. Para Valdivia (2013, p. 48), “La Constitución Política del Perú reconoce la identidad cultural de las comunidades campesinas y nativas, pero no la de las comunidades o poblaciones negras o afroperuanas, que ni siquiera se mencionan.” Apesar do Estado peruano desconhecer a existência da população afroperuana na sua carta magna, e em outros instrumentos jurídicos, a pressão e a luta do movimento afroperuano e as organizações afroperuanas a nível nacional conseguiram conquistar alguns espaços de políticas públicas.

Pode-se dizer que o primeiro intento de ação política do Estado para a população afroperuana foi a sua inclusão no Instituto de Desenvolvimento de Direitos dos Povos Andinos e Amazônicos. Continua, no entanto, a pressão política de algumas organizações afroperuanas para adicionarem também o termo Afroperuano. Segundo Ramirez (2006, p. 201),

Pues así nació una entidad del Estado con fecha 5 de octubre del 2001, con la denominación: Comisión Nacional de Pueblos Andinos, Amazónicos CONAPA (actualmente INDEPA), de acuerdo a lo que establece el decreto supremo N 564-2001-PCM (...) estas disposiciones las que norman la flamante entidad encargada de la inclusión

Além de ser um espaço legítimo de direitos dos povos, a população afroperuana não foi tomada em conta, havendo por parte do Estado muita pouca vontade política para trabalhar e fazer ações de desenvolvimento e respeito

específico das e dos afroperuanos, com a justificativa de falta de orçamento suficiente.

Seguindo com as ações do Estado para a população afroperuana, trazemos a constituição da Mesa de Trabalho Afroperuana do Parlamento Nacional. Esta mesa foi criada no ano 2006 e impulsionada por dois parlamentários afroperuanos com o objetivo de coordenar permanentemente com o Parlamento Nacional para gerar propostas e iniciativas legislativas que beneficiem aos afroperuanos e afroperuanas. Sobre as ações desta organização Valdivia (2013, p. 57) aponta que “Si hubiera que señalar los logros de esta Mesa de Trabajo, habría que identificar tres hechos: la instalación del Día de la Cultura Afroperuana, la creación del Museo Afroperuano y la declaración del Perdón Histórico”.

Efetivamente se pode considerar que estas ações são atualmente umas das mais importantes políticas do Estado peruano em favor dos direitos da população afroperuana. E esta conquista foi obviamente produto de uma intensa luta de reconhecimento de direitos das e dos afroperuanos. A instalação do Dia da Cultura Afroperuana foi feito no ano 2007 como um mecanismo de valorização dos aportes culturais das e dos afrodescendentes à nação peruana tendo como referência o 4 de Junho, data do nascimento de Nicomedes Santa Cruz, o maior expoente da cultura afrodescendente no Peru. Além disso, o Estado financiou a construção de um Museu onde narra os danos da escravidão do país e o aporte sócio cultural das e dos afroperuanos. E por último, o Perdão Histórico foi um acontecimento onde o Estado peruano reconheceu oficialmente e publicamente a escravidão e com isso os grandes danos que ocasionou este genocídio no país. Segundo Cedemunep (2011, p. 52),

El Estado Peruano representado en la persona del Presidente de la República, Dr. Alan García Pérez, y en compañía de la Ministra de la Mujer y Desarrollo Social (MIMDES) Nidia Vilchez Yucra, firmaron el 27 de noviembre de 2009 una Resolución Suprema (Anexo 1), en donde expresan un pedido de perdón al Pueblo Afroperuano, por la exclusión, agravios, abusos y discriminación cometidos en tiempos de la esclavitud.

Como parte das relações do Estado peruano com a África através do Ministério de Relações Exteriores se tem o Dia da Amizade Peruano – Africano que é uma atividade protocolar para celebrar as relações políticas entre o Peru e as Embaixadas dos países de Marrocos, Argélia, Egípto e África do Sul além de refletir sobre a contribuição da África e os seus afrodescendentes à cultura peruana. Segundo Peru (2013, p. 105).

Asimismo, se debe mencionar también que mediante Decreto Supremo N° 0020-86-RE, se instituyó el 19 de octubre de todos los años como el “Día de la Amistad Peruano-Africana”, en homenaje a SamoraMachel, héroe de la independencia mozambiqueña. Las actividades se realizan bajo la dirección del Ministerio de Relaciones Exteriores en coordinación con diferentes consulados y embajadas.

As ações mencionadas acima representam uma das maiores iniciativas do Estado peruano em matéria de reconhecimento, justiça e desenvolvimento das e dos afrodescendentes no país, ficando com isso algumas reflexões sobre o avanço deste setor da população em matéria de direitos humanos, políticas de inclusão social e ações afirmativas.

Podemos analisar que estas ações do Estado peruano com as e os afrodescendentes está mais ligado à valorização da cultura afroperuana do que propriamente o reconhecimento de direitos específicos desta população.

O Estado peruano não abre canais formais e específicos de participação da população afroperuana nos espaços de tomada de decisão sendo ainda um setor que está excluído das políticas públicas.

Além destas conquistas do movimento afroperuano para o reconhecimento das e dos afrodescendentes, o Estado precisa fomentar uma maior difusão destas políticas para a valorização nacional das e dos afrodescendentes na sociedade peruana, que contribua a um maior reconhecimento e aprendizagem da população.

Ante esta demanda urgente de ações das organizações afroperuanas para agilizar e dinamizar a sua luta com novas ferramentas e metodologias de diálogo e incidência política, muitos deles e delas consideram necessário começar a fazer uma

renovação da luta para dar oportunidade às e os jovens para que sejam eles e elas quem continuem a luta pelos direitos das e dos afroperuanos.

Varios dirigentes entrevistados piensan, sin embargo, que la solución para por la formación de líderes, para lo cual es necesario que los jóvenes afroperuanas tengan acceso a la educación superior y diversas formas de profesionalización que les permita prepararse para sumir los nuevos retos del movimiento. (VALDIVIA, 2013, p. 180).

Seriam estes jovens afroperuanos e afroperuanas organizados quem teriam a tarefa e difícil labor de assumir este compromisso de luta pelos direitos das e dos afroperuanos, mas não somente desde uma categoria social ou cultural, senão fazendo um papel mais político e de participação nos espaços do Estado.

Por outro lado, ainda existem algumas pessoas que têm esperança de um novo surgimento de um movimento afroperuano unificado que possa ser uma plataforma nacional legitimada pelas organizações e comunidades afroperuanas ante os espaços de diálogo com o Estado.

Se sostiene, en tal sentido, que un eventual re-surgimiento del movimiento “negro” o afroperuano debería tener un carácter más político. Para lograrlo, el camino a seguir se debería centrar en la labor de presión e incidencia en los espacios abiertos desde el Estado, incluso mediante la ubicación de profesionales afroperuanas en ámbitos como el Ministerio de Cultura. (VALDIVIA, 2013, p. 180).

Deixamos esclarecida nesta discussão que na atualidade a luta das organizações afroperuanas e agora com os seus jovens tem que ser uma luta política de reivindicação histórica dos direitos das e dos afroperuanos com novas estratégias e mecanismos de negociação e diálogo com o Estado.

Porém, estes jovens afroperuanos e afroperuanas, além das reivindicações das e dos afroperuanos em geral, também têm a suas complexidades e reivindicações específicas que precisam colocar em agenda de luta. Por isso é preciso conhecer quais são os fatores que levam a estes jovens identificar-se como afroperuanos e afroperuanas e assumir este compromisso de luta.

Para Peru (2011, p. 116)

La construcción de la identidad de los jóvenes afroperuanos parece estar marcada por dos factores: por un lado, el orgullo vinculado a una gran riqueza cultural e histórica; y por el otro, los factores asociados a la vulnerabilidad que debe afrontar la población afroperuana —y como parte de ella, la juventud— en nuestro país. Como hemos visto, uno de los factores más importantes que generan vulnerabilidad entre la población afroperuana —y particularmente entre la juventud— es la discriminación racial.

De maneira geral, umas das principais motivações das juventudes afroperuanas para participar nas organizações afroperuanas poderia ser a discriminação racial que atravessa sua infância, adolescência e juventude, e, além disso, o descobrimento da sua identidade, sua história e a busca de respostas de um passado que vai mais além da abolição da escravatura.

Esta situação de discriminação que passam as juventudes afroperuanas afetaria em maior quantidade as mulheres jovens afroperuanas. Conforme Peru (2011, p. 116)

Para Carrillo (s. f.), los jóvenes afroperuanos —y en especial las mujeres— se encuentran en una situación de extrema vulnerabilidad por la agresión racista y sexista de la sociedad, que se hace manifiesta desde la niñez, pero con consecuencias directas en el ejercicio de sus derechos desde la adolescencia.

As e os jovens afroperuanos compartilham muitas das preocupações de outros jovens do país, tais como o acesso à educação, trabalho decente, serviço de saúde sexual e reprodutiva, entre outras. Sem embargo, também expressam outras demandas específicas, que estão dentro da defesa dos seus direitos como afrodescendentes: o direito a não sofrer discriminação, nem racismo, o respeito a o seus direitos, à integridade cultural e o direito e viver uma vida livre e sem violência.

A juventude afroperuana se encontra hoje no foco de varias tensões e, neste marco, têm muitas reivindicações que, em resumo, são as seguintes: frente ao resto da sociedade exigem maior inclusão, o pleno acesso ao desenvolvimento e o

exercício dos seus direitos, em tanto ao mundo adulto, demandam maiores espaços de participação e decisão.

É fundamental abrir um novo espaço para a preparação política de jovens afroperuanos e afroperuanas que abarquem práticas de políticas de inclusão social e ações afirmativas, estratégias para a incidência política e negociação, mecanismos de controle e participação cidadã, prestação de contas e governabilidade, ante a falta de representação política local, regional e nacional da população afroperuana.

As e os jovens afroperuanos que até o dia de hoje não tem recebido nenhum tipo de política pública, nem ação afirmativa de parte do Estado para a redução destas desigualdades ético-raciais são os chamados à organização do novo movimento juvenil afroperuano para continuar diminuindo estes fatores racistas de escravização colonial com a geração e negociação de proposta de inclusão social e desenvolvimento com identidade.

A Rede Peruana de Jovens Afrodescendentes Ashanti Peru forma parte de esse novo movimento juvenil afroperuano, tendo um grande desafio na formação de novas lideranças jovens, na seguinte parte vamos abordar as características desta organização e a sua importância para a participação política das juventudes afroperuanas.

Porém, quem é esse e essa jovem? Quais são os processos políticos que elas passam e a motivação para aportar à construção do país? Esta juventude atravessa por uma complexidade de realidades diversas, razão pela qual vamos abordar um pouco mais este debate colocando nosso foco no processo específico das juventudes no Peru.

4.3 PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS JUVENTUDES NO PERU

A maneira de contextualizar os que são as juventudes no Peru podemos evidenciar que segundo a Secretaria Nacional da Juventude Peru (2015b), 26.9% do total de peruanos e peruanas são jovens, o que corresponde a uma faixa etária de entre 15 a 29 anos de idade. Entre os principais problemas que têm segundo Peru

(2015b) se distribui na falta de acesso aos sistemas de saúde e educação, a inserção econômica e a limitada participação ativa no exercício cidadão e político.

Atualmente o país está numa velocidade incrível de crescimento desta faixa etária, o qual no transcorrer dos anos ira diminuindo e aumentando a faze da população adulta e adulta maior. Razão pela qual é de suma importância para o presente e o futuro do país investir na sua juventude com políticas e ferramentas que garantem o seu desenvolvimento e inclusão na sociedade peruana.

A diferença das últimas décadas, estamos atravessando neste século XXI por mudanças muito fortes a nível mundial, sejam estas sociais e culturais, estas mudanças influenciam cada vez mais no modo de vida e no cotidiano das pessoas, e mais ainda nas e nos jovens ao ser uma etapa de inserção às novas formas de relacionamento, despertando com isso um novo olhar também do que é a política.

Ames Cobián (1999, p. 107) aponta nessa análise que,

Siendo tan fuertes los factores mundiales de cambio sociocultural no es sorprendente que el perfil psicológico-cultural, la identidad, de los jóvenes del mundo de hoy, (...), constituya un punto de partida fundamental para tratar de entender dónde están los jóvenes peruanos en relación con la política.

A identidade das e dos jovens forma um papel crucial de ver o mundo, e esta identidade se constrói no desenvolvimento pessoal com as relações próximas – que se podem catalogar como relações primarias e secundarias – e também com as experiências locais. Além de isso, não podemos esquecer que estas relações são produto de uma história tanto individual como coletiva.

A sociedade peruana tem uma história em particular a diferença de outras sociedades ou nações. Nas décadas finais do século XX aconteceram fatos que marcaram a história e o pensamento de muitos peruanos, entre elas se podem destacar o que foi o terrorismo e a violência política que aconteceu no país, o qual através do surgimento de grupos como “*Sendero Luminoso*” e o “*Movimento Revolucionario Tupac Amaru MRTA*” fomentavam a nível nacional uma cultura de desconfiança, temor e medo às formas de participação e expressão popular.

Sobre estes acontecimentos, para Jo Yarma (2007, p. 18),

Otro hecho importante está relacionado a las secuelas y consecuencias que dejó la violencia política vivida en el Perú entre los años 1980 al 2001, que han sido expresadas en el temor de la población a toda forma de participación, por el riesgo que implicaba su represión, igual que la agudización de la pobreza y el desempleo, que obligaron a amplios sectores sociales a priorizar su supervivencia antes que a la movilización social en busca de sus demandas y reivindicaciones.

Na década dos anos 1980 jovens estudantes pobres do interior do país acedem a uma educação universitária participando de um discurso nacionalista contra a desigualdade. O envolvimento de alguns jovens pobres das universidades públicas do centro-sul do país e os camponeses foram chaves para o surgimento destes grupos.

Estes acontecimentos abarcaram quase todo o território nacional e foram caracterizados pelo autoritarismo levado ao extremo e a violência que desbordou os limites por parte destes grupos. No caso do *Sendero Luminoso* teve surgimento numa universidade pública do interior do país, e liderado pelo Sr. Abimael Guzmán que se inspirou na revolução cultural que vivenciou na China, e junto com pessoas dos setores mais pobres pegaram as ideais radicais da luta armada para fazer uma revolução no Peru. Por outro lado o *MRTA* foi um grupo que se diferenciou do *Sendero Luminoso* e que atuava num entorno basicamente urbano contra as forças armadas, a polícia e os grupos de poder.

Sobre as vítimas mortais desde confronto, segundo umas das conclusões do informe final da comissão da verdade e reconciliação Peru (2003),

La CVR estima que la cifra más probable de víctimas fatales de la violencia es de 69,280 personas. Estas cifras superan el número de pérdidas humanas sufridas por el Perú en todas las guerras externas y guerras civiles ocurridas en sus 182 años de vida independiente.

Esta cultura de opressão, silêncio e morte que muitos das e dos jovens peruanos não viveram mexeu com a estrutura e cultura popular da sociedade

peruana, transmitindo de alguma maneira e num determinado tempo em muitos jovens a desconfiança e a limitação do que significa a participação e a política.

Podemos deixar esclarecido que no Peru a influencia de algumas mudanças sociais, culturais e políticas que aconteceram principalmente no final da década do século XX afetaram profundamente uma estrutura que jogou fora os direitos e principalmente uma cultura de participação popular e política ativa nos espaços de tomada de decisões do Estado.

Esta estrutura afetou também posteriormente às e aos jovens, então podemos dizer conforme Tanaka (1995, apud JAVE e UCHUYPOMA, 2013, p. 32) que “no se trata de que los jóvenes se despolitizaron o abandonaron el espacio público o el sistema político, sino que son los cambios sociales, económicos, políticos o culturales los que fueron generando menores incentivos para la participación de los jóvenes.”

Por outro lado, quem pretendia romper com este círculo vicioso de exclusão e falta de participação social e política a nível local e nacional foram as organizações locais, comunais, movimentos e a sociedade civil juntando forças para promover o envolvimento das pessoas nos processos de discussão e debate do Estado.

Porém, existia uma preocupação especial por parte de algumas organizações na limitada participação política das e dos jovens, que, além das mudanças sociais e culturais que atravessou o país, estariam inconformes com as formas tradicionais de participação política seja esta partidária ou eleitoral.

Para Sanz Moral (2013, p. 14),

En parte, la preocupación institucional por la participación política de jóvenes se debe a que se percibe entre estos un comportamiento diferente al de los adultos. Se hace difícil generalizar, ya que se dan diferencias entre contextos y entre países, pero lo más común es que los y las jóvenes muestren, por un lado, menor nivel de participación electoral y, por el otro, una mayor intensidad en la participación por vías “no convencionales”.

Nessa perspectiva, temos alguns fatores sociais e políticos que diferenciam às e aos jovens das e dos adultos enquanto as formas tradicionais de participação

política e eleitoral e as novas formas de participação, consideradas formas de participação não convencionais.

Ora, que estas novas formas sociais e políticos de participação desenvolvida pelas e pelos jovens poderiam ser uma caminho para mudar o panorama atual do que se entende por participação política na sociedade. Porém, a falta de poder na tomada de decisão por parte das e dos jovens sobre a realidade conjuntural e, além disso, o encapsulamento por parte sociedade adulta catalogando a participação política das juventudes como formas não convencionais de fazer política faz que sua discussão não tivesse a adequada validez.

Por isso chama a atenção Jave e Uchuypoma (2013, p. 30) ao dizer que: “Se trata de un modo de participación que condena a la juventud a jugar para siempre en segunda división, lejos de las instancias donde se toman las decisiones y se definen las influencias relevantes en el sistema político.”

Podemos dizer que o sistema político tradicional atual dominado na sua grande maioria por pessoas adultas não gera canais de ingresso e participação das juventudes, no mesmo nível de decisão, ao comportamento e a tendência da juventude com a espontaneidade, criatividade, o uso das tecnologias de informação e comunicação, e as novas formas de fazer política que caracterizam aos jovens.

Na perspectiva e olhar crítico das e dos jovens ao sistema político peruano atual e conjuntural, está sob uma associação direta com a corrupção desenvolvidas nas últimas décadas pelos funcionários do Estado, o lobby, a satisfação dos interesses privados e das grandes empresas, relacionando à política geralmente com a mentira. Esta tendência e olhar crítico das e dos jovens é mais forte no centro e principalmente no sul do país onde prima a pobreza e pobreza extrema.

Segundo Chavez (1999, p. 85),

Los jóvenes [...] suelen asociar la política con la acción de determinados personajes relacionados con el servicio público. En ese sentido, la política es vista como una actividad dominada por la corrupción. Los políticos actúan con base en sus propios intereses y ambición, y no en representación de las necesidades e intereses de las demás personas.

Chama a atenção a concepção das e dos jovens sobre a política, ao ser assimilada como uma atividade corrupta e ao mesmo tempo como uma atividade sob uma forma de satisfação de pequenos grupos. É necessário para o desenvolvimento de o país poder fazer mudanças estruturais da política que possa revestir esta situação de desconfiança por parte das e dos jovens e ao mesmo tempo revestir sua limitada participação política, mediante a construção de pontes que garantam a inclusão deles e delas nestes espaços, contribuindo de maneira efetiva a esta mudança.

Esta mudança tenderia que ser efetiva e não somente em promessa de campanha eleitoral, como por exemplo, quando a sociedade e principalmente alguns políticos se lembram das e dos jovens em etapas de período eleitoral pegando em consideração que são uma massa populacional importante, e que ao mesmo tempo seriam as e os jovens quem pegariam o rombo do país quando eles, políticos eleitores, não estejam no poder.

Venturo (2001, apud JAVE e UCHUYPOMA, 2013, p. 31) também constrói um argumento na mesma linha, o autor,

Cuestiona el discurso de algunos líderes políticos sobre el «llamado a la juventud peruana» durante campañas electorales o coyunturas políticas determinantes. Al problematizar la concepción de la juventud, para luego analizar su participación política, se afirma que no se puede caer en la simpleza de calificar a los jóvenes como una categoría política que solo analice sus implicancias desde lo normativo y que se construya a partir de una mirada prejuiciosa sobre la identidad de los jóvenes, como un grupo homogéneo tanto en intereses, necesidades y demandas.

A concepção da “juventude” também foi muito debatida no começo do século XXI por alguns organismos multilaterais como a OEA e a ONU, ao tentar entender a “juventude” não como somente um grupo etário senão como um grupo com uma imensa complexidade e diversidade ao momento de discutir as questões das políticas públicas para eles e elas, o qual se começou a chamar e a entender como uma concepção de “juventudes” ao expressar uma amplitude de identidades, gêneros, raças, etc. cada uma delas com um sem número de reivindicações específicas.

Algumas juventudes acreditam numa nova forma de fazer política onde se envolucra novas ferramentas e metodologias de participação para fazer valer os seus direitos. Estas juventudes deslegitimam o papel das e dos políticos tradicionais ao acreditar que representam interesses de alguns e não as demandas da maioria que representam, e ao mesmo tempo estes e estas jovens questionam dos políticos tradicionais a temerária facilidade de resolver os problemas atuais da sociedade.

Conforme Chavez (1999, p. 87),

Los jóvenes parecen estar convencidos de que la ineficacia de los políticos y los partidos tradicionales es una de las principales causas de la crisis que afecta al país desde hace varias décadas. Esto ha provocado una pérdida de confianza en la política como medio para resolver los problemas inmediatos; por esa razón no se desarrollan canales de comunicación entre los representantes y los representados. Sin embargo, siguen plenamente conscientes de la necesidad de organizarse para dar solución a los diferentes problemas que los aquejan, por lo que buscan apoyo en personas o grupos que se encuentran menos relacionados con la política tradicional.

Podemos dizer que no Peru foi no começo do século XXI quando justamente se saía de do governo do presidente da república Ing. Alberto Fujimori que durou pouco mais de dez anos, e se iniciava um processo de cambio de mandato a um governo mais democrático com o novo presidente da república Dr. Alejandro Toledo, que as e os jovens começavam-se a questionar e se organizar construindo e demandando maiores espaços de participação social e política.

Percebe-se na população que a organização das juventudes começou a ter cada vez mais protagonismo e relevância nos diversos espaços sociais, econômicos, culturais e políticos visibilizando com maior frequência na sociedade a necessidade de investir mais nas juventudes.

Porém, este impulso coletivo social e político tinham algumas limitações que impediam sua plena liberdade e mobilização. Segundo Jave e Uchuypoma (2013, p. 34),

Lo que podemos afirmar es que las formas de participación política de los jóvenes peruanos están condicionadas a los costos y recursos que implica

dicha acción. El asunto central parece entonces estar en cómo se complementan acciones afirmativas como la cuota joven o las políticas que colocan a los jóvenes como una población priorizada en el acceso y protección de sus derechos.

Acreditamos que as juventudes, ao ser uns dos setores vulnerável da sociedade, devem existir caminhos e mecanismos que possa conduzi-os a uma participação política e com isso exercer efetivamente uma plena democracia.

Estes caminhos e mecanismos mais democráticos as e os fortalecerão como coletivo e ao mesmo tempo servirá para mobilizar e inspirar a outros jovens a ter consciência da sua condição e começar a promover maiores espaços de participação e participação política.

Para Peru (2010, p.12),

La principal estrategia consiste en que las y los jóvenes constituyan organizaciones que sean reconocidas. El desarrollo y el fortalecimiento de sus capacidades debe permitirles contar con instrumentos necesarios para llevar a cabo los procesos de asociatividad, «que entiende a los y las jóvenes como sujetos del desarrollo, logrando combinar el esfuerzo individual y la acción colectiva, con un lazo social capaz de contener y potenciar las organizaciones de las y los jóvenes».

A pressão política além de ser individual tem que ser necessariamente coletiva, e é a fortaleza desta coletividade o que vai garantir avanços significativos nos processos de diálogo e negociação nos espaços de disputa. Segundo Peru (2010) Uma das debilidades de muitas organizações juvenis peruanas é que precisamente não são muito fortes ou reconhecidas a nível local ou nacional, o qual é um desafio estratégico que se tem que revestir.

As juventudes peruanas precisam de uma associatividade forte, e com ela o despertar de novas e diversas lideranças sociais, culturais e políticas que possam fazer frente aos diversos fenômenos e as novas formas de injustiça social no país.

Sobre a importância desta associatividade juvenil, Peru (2010, p.13) nos esclarece que,

A través de la asociatividad —entendida como la capacidad de organizarse junto con otras personas para la consecución de metas— se incentiva que las y los jóvenes incrementen su capacidad para tomar decisiones como miembros de instancias locales y/o regionales, lo que les permitirá realizar cambios y resolver problemas comunes de alcance local y/o regional. Estos procesos de ejercicio de la ciudadanía e inclusión social de los y las jóvenes en nuestro país contribuyen a resolver las brechas entre distintos sectores de la juventud en lo que se refiere al desarrollo de sus capacidades y su acceso a oportunidades.

Então, podemos dizer até aqui que as juventudes são também parte ativa do processo da chamada inclusão social que esta tendo o Peru hoje, e que é um setor populacional importante para o desenvolvimento do país na atualidade e dos próximos anos.

São com os espaços de participação e participação política das juventudes, devidamente garantido pelo Estado, o qual vai contribuir a ter a uma mudança estrutural da política tradicional e ao mesmo tempo garantir os direitos humanos.

De este modo, las y los jóvenes asumen una participación efectiva en los espacios de toma de decisiones, y se convierten en actores políticamente activos desde la posición que ocupan en la sociedad. Ellas y ellos juegan un papel importante en su propio devenir y en la construcción de su ciudadanía, como forma de desarrollar la capacidad de comprender y modificar su situación. De este modo, se logra que se incluyan realmente en los canales de participación, lo que implica establecer una relación de equidad y de democratización intergeneracional que los lleve a convertirse en cogestores de la acción pública y el desarrollo democrático. (PERU, 2010, p.13)

Pensamos nesta discussão que uns dos principais desafios, além da associatividade juvenil, são a promoção de novas lideranças jovens que possam motivar a outros jovens a se mobilizar e participar politicamente, rompendo com a cultura conservadora peruana que forma parte da história de violência política que sofreu o país, e as limitações econômicas que passam como jovens, para ter umas lideranças juvenis que estejam com a plena capacidade de se envolver nas decisões políticas que afetam a sua localidade de forma coordenada e democrática.

Como outro dos principais desafios, acreditamos na total importância de poder involucrar eficientemente a essa grande diversidade de juventudes que estão na

periferia dos processos sociais e políticos de desenvolvimento como são as juventudes afrodescendentes, indígenas, LGBTI, com deficiência entre outras consideradas como as mais vulneráveis. Esta diversidade de juventudes com experiências de vida distintas apresentam agendas de direitos pendentes para seu reconhecimento, a justiça e o seu desenvolvimento.

Sobre esta diversidade de juventudes Ames Cobián (1999, p. 112) aponta que,

Ellos, jóvenes también, están muy interesados en explorar si lo político puede surgir no sólo de la coyuntura de arriba sino también de lo vivido personalmente. Si así fuera podría, creo, apasionarles... Y es posible que muchos querrían trabajar por tratar de que ocurra así en el futuro, si vieran canales para hacerlo.

É importante romper com o pensamento coletivo da cultura conservadora reforçada fortemente pela violência política, e desenvolvida atualmente em muitas localidades do país. Fazer que o exercício da participação política fosse uma nova cultura impregnada plenamente na vida e no cotidiano das juventudes, em um diálogo perene com as organizações sociais e com o Estado em geral.

As juventudes no Peru é produto das mudanças sociais atuais onde se compreende de uma lógica complexa que abarca não só os seus direitos, também as questões culturais, sociais, ambientais entre outros fenômenos sócias que a sociedade interpreta como necessários para uma vida digna e para as novas formas de lutas pela qualidade de vida. Além disso, a sua participação política tem a ver com o respeito à democracia e aos seus direitos. Nessa perspectiva de defesa dos direitos humanos das e dos afrodescendentes surge e se organiza a Ashanti Peru.

5 A PARTICIPAÇÃO POLITICA DA JUVENTUDE AFROPERUANA E A ASHANTI PERU

Neste capítulo trazemos a análise dos dados empíricos. Como já relatado na introdução foram aplicados questionários e realizado grupo focal. Antes de essa análise discutiremos sobre o que é a Ashanti Peru.

5.1 ASHANTI PERU – CARACTERISTICAS, SURGIMENTO E HISTÓRIA

A partir das considerações anteriores vamos nos aprofundar sobre o nosso foco da pesquisa para analisar a Ashanti Peru como parte da sociedade civil na luta pela participação política das juventudes afroperuanas contra o racismo, a discriminação e na construção de uma democracia inclusiva.

A história e o surgimento da Ashanti Peru não está sistematizada em documentos, porém vamos pegar como referencia a experiência e a visão do pesquisador como uma das lideranças na organização, ademais de tomar em consideração a única e última publicação sobre juventude afroperuana da Secretaria Nacional da Juventude Peru (2015b) titulada: *“Juventud Afroperuna: Derechos Humanos, Participación Ciudadana e Incidencia Política. 10 años de Ashanti Perú”* destinada a visibilizar a trajetória e a experiência da Ashanti Perú com as juventudes afrodescendentes no Peru nos espaços de luta e militância política pela defesa dos direitos humanos das e dos jovens e população afroperuana.

A Ashanti Peru surge nos primeiros anos da década do século XXI num momento de uma demanda ativa dos movimentos sociais, das organizações da Sociedade Civil no Peru e especialmente na consolidação das organizações afroperuanas na sua luta pelo reconhecimento, a visibilidade e o desenvolvimento da população afroperuana, e ante a necessidade de abrir um novo espaço da participação dos seus jovens afroperuanos e afroperuanas nos espaços sociais e cidadãos das juventudes peruanas.

No inicio da década do século XXI no Peru as juventudes foram tomando protagonismo promovendo as criações de organizações juvenis para lutar pelos

direitos das e dos jovens, participando na elaboração de iniciativas de políticas públicas e visibilizando a suas demandas a nível local, regional e nacional. Este espaço foi gerando especial interesse de algumas organizações afroperuanas para fomentar também a participação das juventudes afroperuanas, com a intenção de mobilizar nestes espaços a visibilidade das demandas particulares das juventudes afroperuanas.

Foi assim que uma das organizações afroperuanas, a Associação Negra de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos ASONEDH, começou a trabalhar para fomentar um espaço de reflexão, análises e intercâmbio de experiências para a juventude afroperuana com o objetivo de reforçar sua integração e promover a participação na sociedade peruana. Com isso, a ASONEDH conseguiu facilitar no ano 2004 a criação da *Akuaba Ashanti*, hoje Ashanti Peru, a Rede Peruana de Jovens Afrodescendentes como um espaço de luta e representação das e dos jovens afroperuanos.

Ashanti Perú a Rede Peruana de Jovens Afrodescendentes é uma organização que foi impulsionada a partir do ano 2003 por cinco mulheres jovens que trabalhavam questões de gênero na Direção da Mulher Afroperuana da ASONEDH. Estas cinco jovens mulheres acharam que era necessário procurar um espaço geracional que agrupe a jovens lideranças das comunidades afrodescendentes do país com a finalidade de incidir nas políticas públicas em matéria de juventude. Levaram a ideia ao presidente da ASONEDH, Dr. Jorge Ramirez Reyna, quem esteve de acordo, iniciando assim um rigoroso processo de empoderamento e formação juvenil na busca de alcançar as condições necessárias para dirigir uma rede juvenil afrodescendente a nível nacional.

No mês de março de 2004, Margot Flores assumiu a direção geral do que em esse momento se chamaria "*Akuaba Ashanti*"⁷. Procuraram pegar os aportes das e dos jovens afroperuanos das diferentes regiões do país, com o apoio da ASONEDH, mediante a realização de pequenas oficinas, com a finalidade de sistematizar a informação para identificar as reivindicações específicas da juventude afroperuana no país. De essa maneira começou o sonho de uma equipe de jovens de poder ser incluídos e escutados nas entidades do Estado, em um contexto na qual a realidade

⁷ Na língua twi, do país africano Ghana, significa "bem-vindos jovens"

e problemática afroperuana – especialmente a das e dos seus jovens – era totalmente invisível.

Convocou-se a jovens lideranças do litoral do país que mostravam interesse neste projeto; entre eles, a Claudia Verano e Marcos Ortiz, de Lima; a Miguel Montenegro, de Piura; a Raul Ladines, de Tacna e a Nano Guerra, de Arequipa. Jovens lideranças quem já tinham sido parte das capacitações da ASONEDH e se achavam prontos para começar a capacitar às e aos jovens de suas respectivas comunidades afroperuanas. Assim o fizeram, identificando datas importantes para as e os afrodescendentes no Peru com a finalidade de realizar oficinas e espaços de reflexão sobre identidade, liderança e direitos humanos, todos eles e elas assessorados pelo presidente da ASONEDH, e a equipe de jovens em Lima.

No mês de fevereiro de 2005, como produto das primeiras atividades da “Akuaba Ashanti”- sempre com o apoio da ASONEDH – se reuniu a 30 jovens lideranças afrodescendentes provenientes de Tumbes, Piura, Lambayeque, Arequipa, Lima, Callao, Ica e Tacna na comunidade de Bujama, distrito de Cañete, província de Lima no I Encontro Nacional de Jovens Afroperuanos. Neste encontro se decidiu constituir a “Ashanti”, uma plataforma juvenil a nível nacional, com a finalidade de combater o racismo, a discriminação e a pobreza afrodescendente mediante a participação ativa e efetiva no exercício pleno da cidadania e os direitos humanos. As e os 30 jovens lideranças que participaram no encontro assumiram a missão de voltar a suas comunidades para convocar e formar a outras jovens lideranças afroperuanos, na sua maioria nas zonas rurais, e conformar o que hoje é Ashanti Perú a Rede Peruana de Jovens Afrodescendentes, começando com isto uma nova etapa para a juventude afroperuana.

Próprio da dinâmica e motivação das organizações sociais, a Akuaba Ashanti esteve funcionando aproximadamente até inícios do ano 2006 tendo como dificuldades o compromisso das e dos seus integrantes e a distancia das e dos seus representantes para coordenar e participar nas diferentes atividades de juventudes.

Foi assim que desde o ano 2007 a ASONEDH começou a fomentar uma nova geração de jovens afroperuanos e afroperuanas para retomar o trabalho começado pela Akuaba Ashanti, através da convocatória a novos jovens afroperuanos e afroperuanas para participar em oficinas sobre liderança afroperuana, identidade,

direitos humanos e participação política. Para finais do ano 2007 surgiu uma nova turma de jovens afroperuanos e afroperuanas comprometidos com a Ashanti e dispostos a seguir participando em oficinas e atividades da ASONEDH para se capacitar e liderar este espaço nos espaços sociais e políticos das juventudes peruanas.

Com a somatória de outros jovens das comunidades afroperuanas no litoral do Peru a este espaço, o nome akuaba Ashanti virou a Ashanti Peru a Rede Peruana de Jovens Afrodescendentes e desde então foi ganhando cada vez mais espaço no movimento das juventudes peruanas e no movimento afroperuano mediante a participação política e a formação de lideranças juvenis afroperuanas para lutar contra o racismo, a discriminação e a invisibilidade desde o olhar das e dos jovens afroperuanos.

A Ashanti Peru foi se transformado na maior organização de jovens afroperuanos e afroperuanas graças também ao respaldo institucional que tinham da ASONEDH que foram fortalecendo esta renovação geracional promovendo sua participação em espaços sociais e políticos, além de apresentar a Ashanti Peru às lideranças do movimento afroperuano e aos filhos das lideranças das comunidades afroperuanas a nível nacional que foram se somando à organização.

Desde então até a atualidade a Ashanti Perú a Rede Peruana de Jovens Afrodescendentes agrupa aproximadamente a 250 jovens voluntários em todo o país e organiza e participa em diferentes atividades na constante busca de pôr em agenda nacional as problemáticas da população afrodescendente e realizar propostas para solucionar-as.

Estas condutas e práticas associativas dos membros que conforma a rede estão baseadas em relações interdependentes de confiança, reciprocidade e desenvolvimento de novas formas de exercício de direitos cidadãos, os quais conquistam através de seu constante ativismo e trabalho conjunto. Na atualidade, a Ashanti Perú esta organizada pela sua rede de voluntários e membros, conformado no seu diretório, com Marco Antonio Ramirez como seu presidente; Angie Edell Campos como diretora de organizações e comunicações; Jorge Rafael Ramirez como diretor de projetos sociais; Jorge Perez Guzmán como diretor de Relações Públicas e Angel Toledo Vera como diretor de Pesquisa e Desenvolvimento.

A continuação, pegaremos alguns dados importantes sobre a visão, missão, valores, objetivos e linhas de ação da organização extraída do seu site⁸

A visão da Ashanti Peru é ser uma organização amplamente reconhecida entre as e os afrodescendentes e a sociedade peruana pela liderança, o compromisso, a luta em contra a discriminação e a participação cidadã democrática no desenvolvimento da juventude afroperuana, garantindo oportunidades reais e inclusão social em todos os espaços da sociedade.

A missão da organização é combater o racismo, a discriminação e a pobreza afrodescendente, mediante a participação ativa e efetiva no exercício pleno da cidadania e os direitos humanos, por meio da realização de ações que fortaleçam a identidade, liderança, direitos humanos, e incidência política para jovens de localidades afroperuanas, na sua maioria de zonas rurais, ademais da promoção de políticas públicas de inclusão social que conduzam à juventude afroperuana a um verdadeiro desenvolvimento comunitário e o seu posicionamento em espaços de tomada de decisões a nível local, regional e nacional.

Seus valores são: Orgulhosamente afrodescendente, participação democrática e inclusiva, trabalhamos juntos com outros grupos vulneráveis, unimos forças, fomentamos nossa história e costumes, e queremos os mesmos direitos e oportunidades

Seus objetivos são gerar e melhorar os processos de inclusão social das juventudes afrodescendentes no Peru localizadas no litoral peruano, mediante a participação ativa e efetiva na defesa dos seus direitos humanos, a capacitação e formação de lideranças jovens com identidade consolidada que contribuam a seu empoderamento em espaços de tomada de decisões; desenvolver um espaço de reflexão e análises da realidade da juventude afroperuana para a formulação de programas e projetos cidadãos, educativos, econômicos e políticos orientados a sua inclusão social que encaminhem a elevar o melhoramento da sua qualidade de vida; e Incidir em políticas públicas, o fortalecimento da identidade afroperuana, a organização comunitária e a luta contra o racismo com valores essenciais que inspirem suas ações, e que possibilitem às juventudes afrodescendentes ser protagonistas de mudanças estruturais.

⁸ Disponível em www.ashantiperu.org acesso em 20 de setembro de 2016.

As linhas de ação da Ashanti Peru são três, a primeira são as Intervenções Urbanas onde por meio da sua participação em espaços de sensibilização e interação direta com a população em geral difundem o seu trabalho, e através de atividades dinâmicas dão a conhecer à população a história, a cultura, aportes e realidade das e dos afroperuanos, com isso conseguem envolver e conscientizar as pessoas sobre a problemática que passam. Estes espaços de intervenção urbana são geralmente em feiras, campanhas ou programas de difusão.

A segunda são os programas de formação para a juventude afroperuana onde a Ashanti Perú aposta no fortalecimento de conhecimentos, capacidades e habilidades da juventude afroperuana, por isso enforçam-se por constantemente promover espaços que buscam o desenvolvimento das e dos jovens afroperuanos. Graças à rede de instituições e organizações aliadas podem conseguir fazer programas com procura e impacto na juventude afroperuana, levando temas de liderança, identidade, gênero, democracia, participação, cidadania, entre outros. Acreditam que a mudança começa de cada um de eles e elas, por isso consideram nos seus programas a interseção de enfoques de gênero, direitos humanos, interculturalidade e cidadania no processo de construção da identidade das e dos jovens afroperuanos. Assim mesmo, em cada um dos seus programas geram debates e fazem agendas de trabalho com as e os jovens que estejam envolvidos e procurem reivindicar a sua população. As e os participantes dos programas não pagam nenhuma taxa de inscrição e manutenção, e recebem um certificado de participação por parte da Ashanti Peru, e por parte das organizações que apoiam na elaboração do programa específico.

A terceira é incidência em espaços de tomada de decisões onde participam em espaços políticos e sociais a nível nacional e internacional com o objetivo de incidir a agenda política da juventude afroperuana nos diferentes planos, políticas e ações estatais e multilaterais a fim de conseguir incluir as suas reivindicações de desenvolvimento e inclusão social nas agendas de tomada de decisão. Conseguem participar em diversos espaços de representação das juventudes afrodescendente a nível nacional, das Américas e o Caribe, e tem recebido reconhecimentos de instituições internacionais que respaldam e reconhecem o trabalho que a Ashanti Peru faz pelo desenvolvimento e a busca da inclusão social.

A Ashanti Peru desde a sua formação até o longo da sua trajetória foi desenvolvendo efetivamente suas linhas de ação mediante as intervenções urbanas, os programas de formação para a juventude afroperuana e a incidência em espaços políticos. Porém uma experiência de participação política significativa a destacar nesta pesquisa foi a experiência da construção e incidência da Agenda Política da Juventude Afroperuana que vamos descrever.

A construção da I Agenda da Juventude Afroperuana se converteu numa importante ferramenta de consenso que aponta ao desenvolvimento com identidade das juventudes das comunidades com presença de afrodescendentes no litoral peruano. A elaboração desta agenda começou quando a Secretaria Nacional da Juventude a SENAJU anunciou em Fevereiro do ano 2012 a elaboração do Plano Estratégico Nacional de Juventudes 2012 – 2021 para as políticas públicas de juventudes para o bicentenário, o qual seria trabalhado e melhorado no II Congresso Nacional de Juventudes na cidade de Moyobamba na selva do país.

A Ashanti Peru ao ficar sabendo deste Plano e a relevância do mesmo para o desenvolvimento das juventudes afroperuanas conseguiu ter uma reunião com o Sr. Rene Galarreta, Secretario Nacional de Juventude do Peru, para plantear que os resultados de uma agenda trabalhada na realização de num evento de jovens afroperuanos e afroperuanas seja considerada no novo Plano Estratégico Nacional de Juventudes.

Foi assim que nos dias 27, 28 e 29 de Abril de 2012, a Ashanti Peru convocou ao I Encontro Metropolitano de Jovens Lideranças Afrodescendentes: Democracia Participativa e Inclusiva com o apoio da Secretaria Nacional de Juventudes, a Prefeitura Metropolitana de Lima, o Museu Nacional Afroperuano, a Universidade Peruana de Ciências e Informática UPCI, o Conselho Nacional Eleitoral e a ASONEDH.

Este evento selecionou 40 jovens lideranças afroperuanas das localidades afroperuanas do litoral centro, norte e sul do país entre 15 e 29 anos, que participaram durante três dias reforçando os seus conhecimentos sobre realidade afrodescendente na América Latina, democracia participativa, cidadania e direitos humanos, além de ser participantes diretos na elaboração da agenda.

Estes participantes reforçaram os seus conhecimentos em democracia participativa e cidadania, e apresentaram os seus problemas nas mesas de participação, trabalho, saúde e educação onde plantearam alternativas de solução com a presença de representantes da Secretaria Nacional de Juventude, construindo ao final a I Agenda da Juventude Afroperuana que contém de forma concordada as demandas em políticas públicas da juventude afrodescendente no Peru, com o objetivo que contribuir ao desenvolvimento social, econômico e político.

Deste encontro se geraram três reuniões com um representante por temática a maneira de seguir concretizando os resultados de cada mesa temática de forma específica na I Agenda da Juventude Afroperuana.

Depois de um mês de trabalho, no final de junho, o presidente da Ashanti Peru entregou a declaração do evento e a Agenda ao Secretario Nacional de Juventude para que fosse encaminhado à equipe de elaboração do Plano Estratégico Nacional de Juventude 2012 – 2021.

Em julho de 2012, a Ashanti Peru recebe a mensagem do responsável do Plano Estratégico Nacional de Juventudes para convidar 20 jovens afrodescendentes para participarem no II Congresso Nacional de Juventudes em Moyobamba a fim de discutir e aprovar o Plano Estratégico Nacional de Juventudes PENJ 2012 – 2021.

A Ashanti Peru convocou uma Assembleia, onde se escolheram 20 jovens delegados para participar no evento em Moyobamba, e ao mesmo tempo defender nas mesas de participação, educação, trabalho, saúde e identidade do evento 30% da Agenda da Juventude Afroperuana considerada num documento chamado a pre-agenda da SENAJU, e ao mesmo tempo lutar pela inclusão de todos os pontos desta agenda. Com a participação destes jovens se conseguiu defender os pontos plasmados na pre-agenda do PENJ e incorporar o faltante da Agenda a uma porcentagem de 85% durante os três dias do evento do Congresso. Além disso, se logrou que um representante da Ashanti Peru seja escolhido democraticamente pelos participantes do evento como parte da equipe de Comissão Fiscalizadora do PENJ, além de receber o reconhecimento das autoridades organizadoras.

A experiência conseguiu que pela primeira vez as demandas concretas do movimento juvenil afroperuano tivessem incorporadas diretamente num plano

nacional, neste caso no Plano Estratégico Nacional de Juventudes 2012 – 2021, "Proposta para o Bicentenário da Nação", plano que contém todas as iniciativas de políticas públicas de juventudes com a participação das juventudes organizadas de todo o país.

A participação política da Ashanti Peru na elaboração e inclusão da sua Agenda no Estado foi premiada com o III Premio Nacional de Melhores Práticas Cidadãs em Jovens 2012, organizado anualmente pelo Conselho Nacional Eleitoral. Esta experiência no II Congresso Nacional de Juventudes demonstra o compromisso e os mecanismos das e dos jovens afroperuanos por colocar a suas reivindicações nos espaços do Estado, mobilizando às juventudes afroperuanas a participar ativamente nos espaços locais e nacional.

Uma das linhas de ação da Ashanti Peru são os programas de formação para a Juventude Afroperuana nos quais se desenvolvem atividades de capacitação de jovens afroperuanos e afroperuanas para promover novas lideranças que possam se somar à luta contra o racismo, a discriminação e a invisibilidade das juventudes afroperuanas.

O maior programa que desenvolve a Ashanti Peru é a Escola de Formação de Jovens Lideranças Afrodescendentes. A continuação, nesta parte, vamos desenvolver um pouco mais sobre este programa.

Dentro do trabalho institucional da Ashanti Peru identificaram a necessidade de desenhar políticas, programas e ações orientadas a reduzir a pobreza, a exclusão social e a invisibilidade étnica impulsando a participação juvenil, sob o enfoque de direitos humanos, e melhorando a capacidade das pessoas afrodescendentes para diminuir as desigualdades sociais, econômicas, culturais e políticas. Isto implica para a organização realizar intervenções que incentivem nos jovens afroperuanos e afroperuanas a trabalhar pela defesa dos direitos humanos e a participação cidadã.

É por isto que a Ashanti Peru orientou as suas ações a elaborar e implementar uma Escola de Formação de Jovens Lideranças Afrodescendentes a qual surge de uma necessidade sentida das lideranças do movimento afroperuano identificada ao longo da experiência da Ashanti Peru, e ratificada também pelas juventudes afroperuanas participantes na construção da I Agenda da Juventude Afroperuana. Este processo de formação e intercambio de experiências reúne entre

três até oito meses a jovens desde os 15 até os 29 anos de idade selecionados por um processo rigoroso de seleção da Ashanti Peru para fortalecer habilidades e capacidades de liderança da juventude afroperuana, fazendo que jovens afroperuanos e afroperuanas reforcem seus conhecimentos em identidade afroperuana, direitos humanos e participação cidadã, e que logo formem parte da equipe da Ashanti Peru para que continuem lutando contra o racismo e a discriminação racial, na geração de propostas de desenvolvimento local e o seu posicionamento em espaços políticos no âmbito local, regional e nacional.

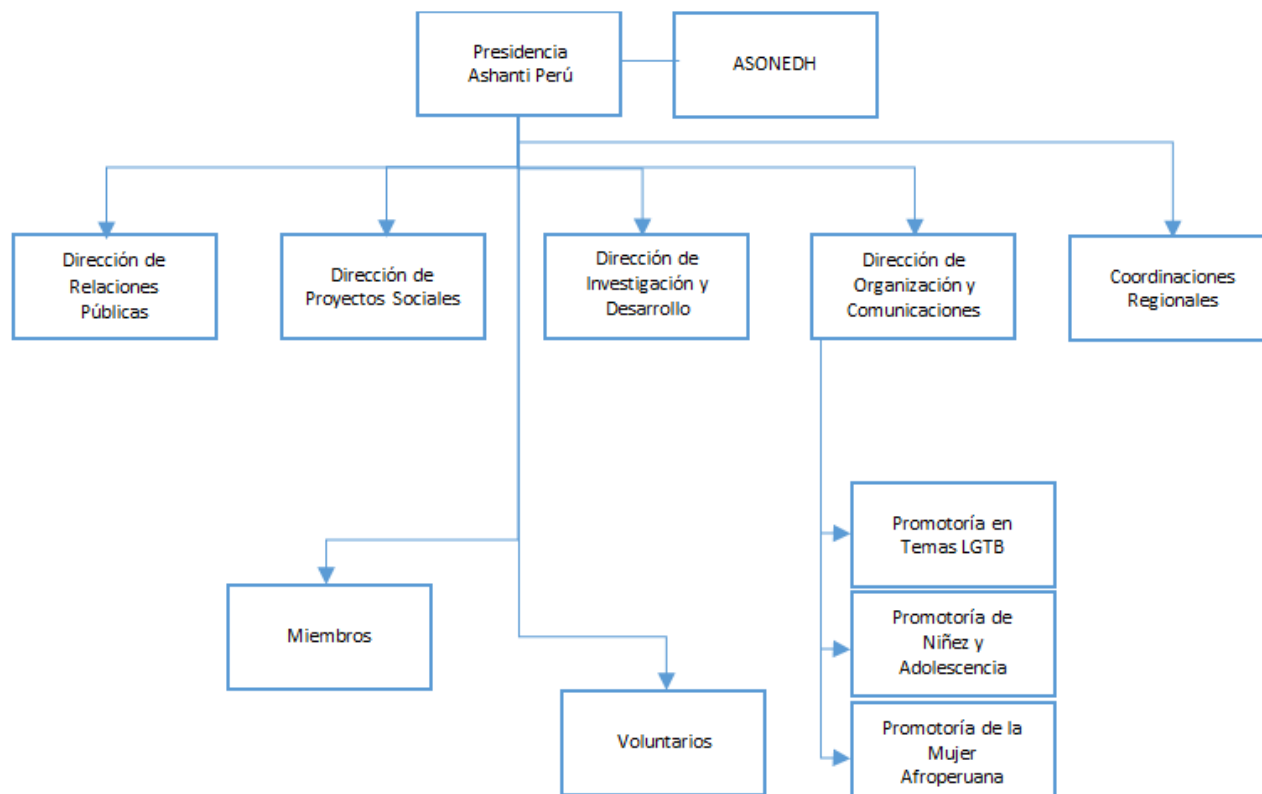
Os módulos oferecidos pela Escola são: Lideranças e Identidade Afroperuana, Direitos Humanos, Democracia e Cidadania, e Organização e Incidência Comunitária. Além dos módulos os participantes estão distribuídos em grupos pequenos sob a supervisão de uma mentora membro da Ashanti Peru com a intenção de guiar a sua participação ao logro dos objetivos e levar as participantes a intervenções urbanas locais.

Depois dos módulos as e os participantes se reúnem para avaliar a última Agenda da Juventude Afroperuana e modifica-la segundo o novo panorama social e político local e nacional com a intenção de incluí-la nos espaços sociais e políticos.

Esta Escola envolve geralmente a participação voluntária de aliados da organização, do setor público, privado, da sociedade civil e da cooperação internacional. Segundo o site da Ashanti Peru⁹ a escola tem envolvido até hoje a mais de 166 jovens afroperuanos e afroperuanas participantes, 60 organizações aliadas nacionais e internacionais, 20 replicações em localidades afroperuanas e 50 jovens afroperuanos e afroperuanas participaram em espaços políticos.

⁹ Disponível em www.ashantiperu.org acesso em 13 de novembro de 2016

Gráfico 1: Organograma da Ashanti Peru



Fonte: Site da Ashanti Peru

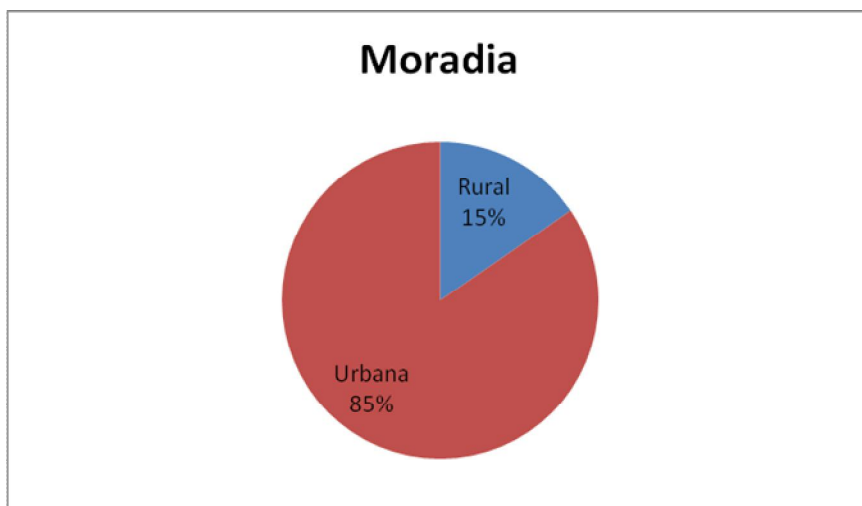
Segundo o organograma, a Ashanti Perú está constituído por uma presidência que trabalha conjuntamente com a ASONEDH e embaixo com coordenadores regionais e com quatro direções, cada uma delas com um assunto específico, e dentro da Direção de Organização e Comunicações trabalham três promotorias especializadas em temas LGTBI, Criança e Adolescência e de Desenvolvimento da mulher afroperuana. Por ultimo estão conformados os membros da organização e os voluntários.

5.2 AS JUVENTUDES DA ASHANTI PERU

Como já foi relatado, aplicamos 39 questionários com o objetivo de constituir um perfil das e dos integrantes da Ashanti Peru e um perfil da sua participação política. Nesta parte vamos apresentar o perfil dos participantes da Ashanti Peru segundo um questionário elaborado pelo pesquisador e aplicado no III Congresso

Nacional de Jovens Afroperuanos para 39 das e dos seus integrantes onde poderemos descrever aproximadamente quem são esses jovens afroperuanos e as suas características.

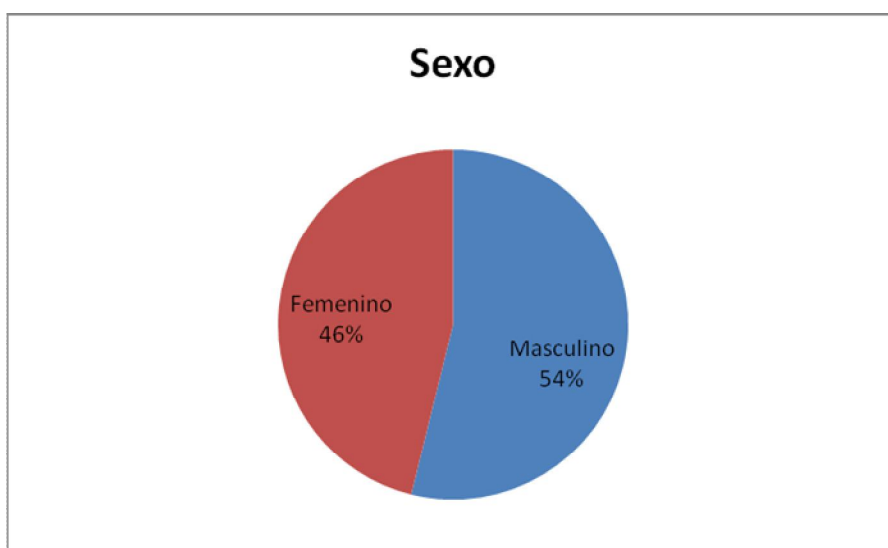
Gráfico 02: Moradia



Fonte: questionário do pesquisador

Verificamos no gráfico nº 02 que 85% das e dos seus integrantes moram atualmente numa localidade urbana, 15% moram numa localidade rural.

Gráfico 03: Sexo

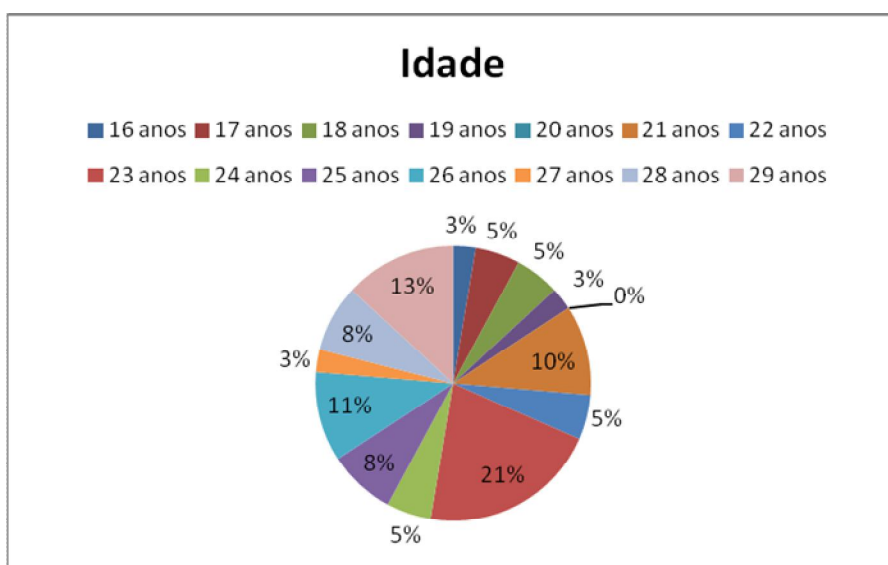


Fonte: questionário do pesquisador

Verificamos no gráfico nº 03 que 54% das e dos seus integrantes são homens e 46% das e dos seus integrantes são mulheres.

Percebemos que a diferença de gênero na participação na Ashanti Peru entre homens e mulheres é pouca, mas ainda tem que se trabalhar um pouco mais para conseguir essa paridade de gênero.

Gráfico 04: Idade

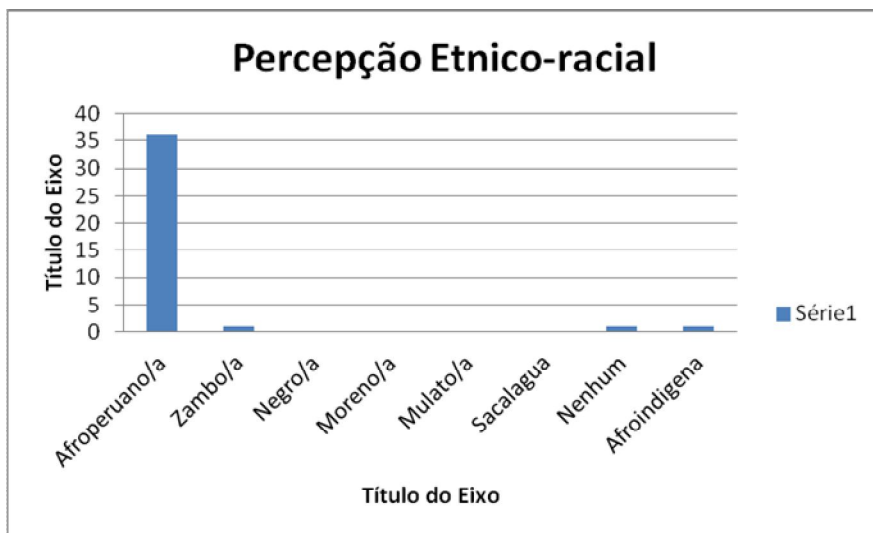


Fonte: questionário do pesquisador

Verificamos no gráfico nº 4 que a maioria das e dos seus integrantes tem 23 anos de idade, seguindo de 29 anos de idade, e que uma quantidade menor são as pessoas que tem 16 e 19 anos de idade.

Em relação à idade a partir do gráfico nº 04 podemos constatar que as pessoas com 23 anos a mais são as que mais participam na Ashanti Peru à diferença das pessoas que são menores a essa idade incluindo crianças e adolescentes.

Gráfico 05: Percepção Étnico-racial

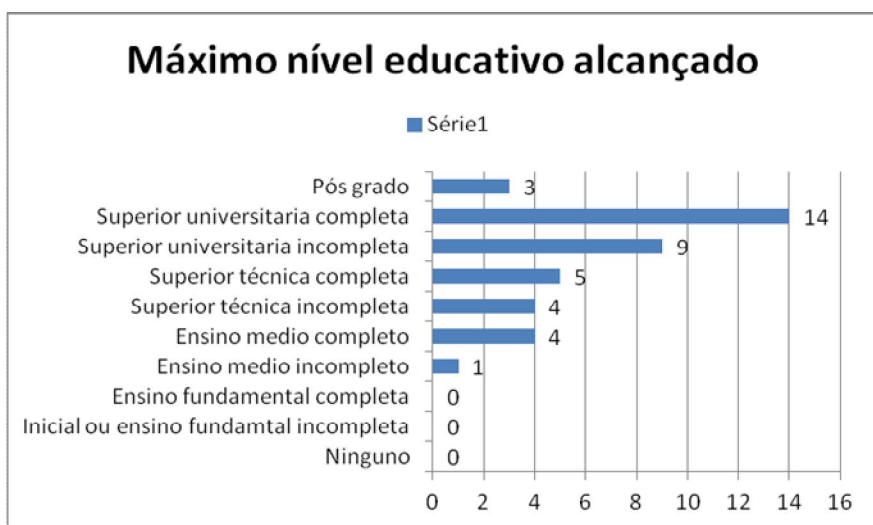


Fonte: questionário do pesquisador

Podemos perceber no gráfico nº 05 que quase a totalidade das e dos seus integrantes se autoidentificam como afroperuano ou afroperuana, a diferença de uma pessoa que se autoidentifica como zambo/a, uma pessoa que se autoidentifica como afroindígenas e uma pessoa que não se autoidentifica com nenhum.

Podemos constatar que entre as e os jovens da Ashanti Peru já há uma forte identidade, existe um reconhecimento da sua identidade como afroperuano a diferença das gerações anteriores.

Gráfico 06: Máximo nível educativo alcançado

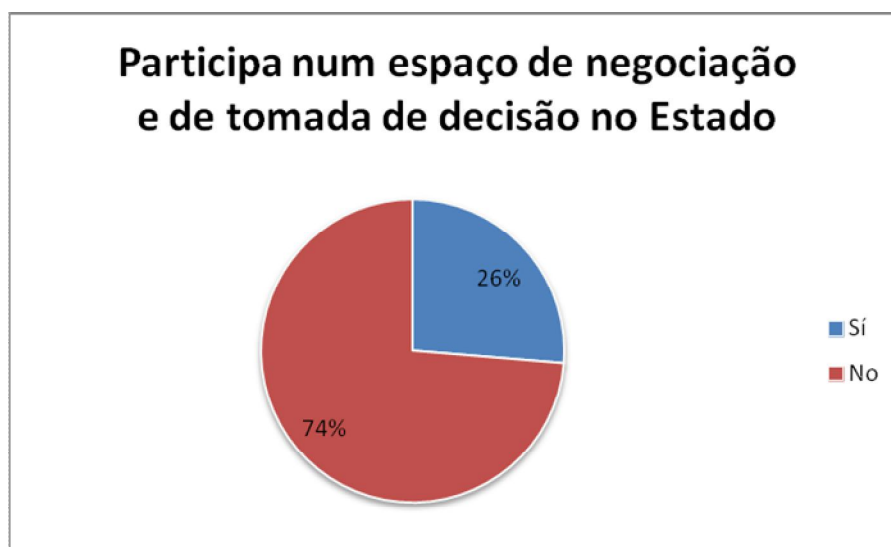


Fonte: questionário do pesquisador

Verificamos no gráfico nº 06 que 35% das e dos integrantes da Ashanti Peru contam com estudos universitários completos, seguindo de 23% que conta com estudos universitários incompletos, e somente 2% estão num ensino meio incompleto.

Percebemos que mais da metade das e dos integrantes da Ashanti Peru teve acesso a estudos universitários. Esses dados nos fazem pensar que essa presença tem a ver com interesses porque, a partir das falas do grupo focal, identificamos que há um maior interesse das e dos estudantes universitários afroperuanos por procurar espaços como a Ashanti Peru, a partir de trabalhos nas universidades ou a necessidade de se aprofundar nesse debate num âmbito acadêmico. Estes jovens ao participar na Ashanti Peru ficam nas atividades desenvolvidas na organização como oficinas e programas até virar membros.

Gráfico 07: Participação num espaço de tomada de decisão

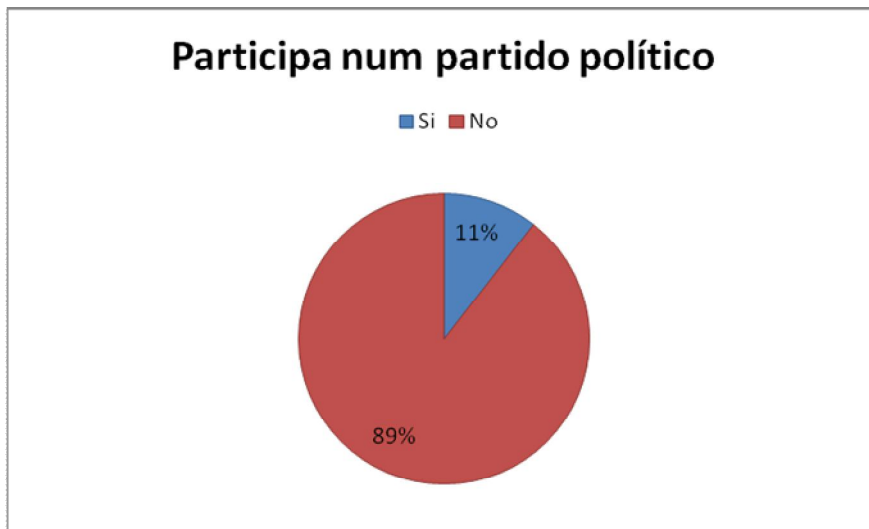


Fonte: questionário do pesquisador

No gráfico nº 07 vemos que 74% das e dos integrantes da Ashanti Peru não participa de nenhum espaço do Estado de negociação e de tomada de decisão, e que 26% participa.

Percebemos que a maioria das e dos integrantes da Ashanti Peru a nível nacional ainda não tem a experiência de participar em algum espaço do Estado de tomada de decisão, mas que há uma quantidade significativa que já tem participado.

Gráfico 08: Participa num partido político

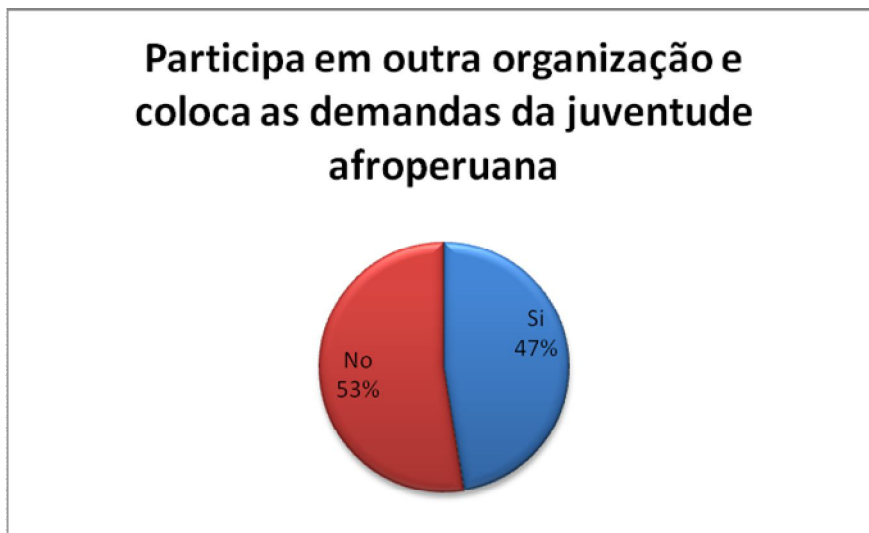


Fonte: questionário do pesquisador

No gráfico nº 08 vemos que 85% das e dos integrantes da Ashanti Peru não participa de partido político, e 11% das e dos seus integrantes participa.

Podemos constatar que a maioria das e dos jovens da Ashanti Peru está interessado numa participação política aberta e não partidária, onde possam reivindicar as suas questões.

Gráfico 09: Participação em outras organizações e colocação das demandas da juventude afroperuana

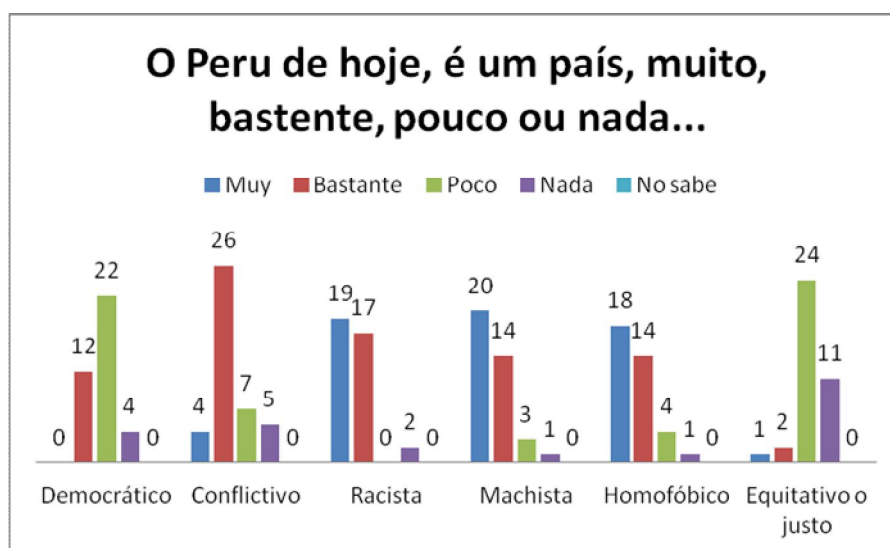


Fonte: questionário do pesquisador

No gráfico nº 09 vemos que 53% das e dos integrantes da Ashanti Peru participa também em outras organizações em geral e coloca também as demandas das juventudes afroperuanas, e 47% não participa e não coloca.

Estes dados mostram que para quase a metade das e dos integrantes da Ashanti Peru, sua participação na organização os mobiliza a promover os direitos das juventudes afroperuanas em outras organizações sociais.

Gráfico 10: O Peru de hoje, é um país, muito, bastante, pouco ou nada



Fonte: questionário do pesquisador

Verificamos que a maioria das e dos integrantes da Ashanti Peru pensa que o país de hoje é pouco democrático, bastante conflictivo, muito racista, muito machista, muito homofóbico e pouco equitativo.

Ao mesmo tempo, podemos perceber que para a percepção das e dos integrantes da Ashanti Peru existe hoje no Peru um alto índice de intolerância em todos os âmbitos, e que a democracia e a justiça é um desafio alarmante para esta nova geração.

Todas as respostas das e dos participantes da Ashanti Peru apontadas até aqui evidenciam o perfil das e dos integrantes da organização a nível nacional. Podemos analisar que as e os jovens da Ashanti Peru são jovens que moram na

sua maioria numa localidade urbana nas regiões do Peru com presença significativa de população afroperuana, são jovens onde há uma pequena inclinação de participação majoritária de homens a comparação das mulheres.

Por outro lado, podemos destacar que a idade promédio das e dos participantes da Ashanti Peru é de 23 anos seguido de 29 anos, existe uma ausência significativa de adolescentes em comparação com os demais jovens. Chama a atenção que quase a totalidade das e dos seus integrantes se identifica como afroperuano ou afroperuana o que mostra uma forte identidade por parte das e dos seus participantes, e o máximo nível alcançado da maioria das e dos seus participantes é a educação universitária completa, seguido pela educação universitária incompleta o que constata que as e os participantes são jovens que passaram o que estão passando por uma preparação acadêmica.

Sobre a participação política, existe um setor de jovens afroperuanos e afroperuanas que está participando ativamente nos espaços de negociação e de tomada de decisão, embora a Ashanti Peru promova a participação política, os dados mostram que ainda existe um considerável setor de jovens afroperuanos e afroperuanas que não esta participando nesses espaços. Por outro lado a maioria das e dos integrantes da Ashanti Peru não participa num partido político, pelo contrario participam politicamente por outras vias de participação democrática como os congressos, conferencias ou espaços de negociação com o Estado. Destaca-se também que grande parte deles e delas participam também em outros espaços sociais onde transmitem o aprendido na Ashanti Peru e colocam as demandas da população afroperuana, este dado é muito interessante porque as e os jovens afroperuanos são agentes multiplicadores da luta dos direitos humanos.

Por ultimo, as e os jovens respondentes do questionário ao aprofundar sobre a sua percepção do racismo, a discriminação e a violência no país, eles e elas apontam que o Peru, é hoje um país pouco democrático, um país bastante conflitivo e muito racista, além disso, apontam também que o Peru é um país muito machista, muito homofóbico e pouco equitativo. Eles e elas consideram que para as e os afrodescendentes existe hoje no Peru um alto índice de intolerância em todos os âmbitos, e que a democracia e a justiça é um desafio alarmante para estas novas gerações.

A partir de esses dados já podemos perceber e verificar a importância e influencia na Ashanti Peru nesses jovens afroperuanas e afroperuanas, na próxima

parte vamos a continuar desenvolvendo a análise dos dados da pesquisa a partir do grupo focal.

5.3 A VISÃO DOS JOVENS AFROPERUANOS SOBRE A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NA ASHANTI PERU

O grupo focal como já foi dito realizou-se com 10 jovens afroperuanos e afroperuanas que conseguiram chegar ao convite da reunião marcada para janeiro de 2016 em Lima. A faixa etária dos participantes é de 22 até 28 anos de idade, 06 homens e 04 mulheres, identificados nas seguintes citações de falas, através de letras para resguardar a sua integridade; A: Homem de 27 anos de idade, B: Homem de 27 anos de idade, C: Homem de 23 anos de idade, D: Homem de 23 anos de idade, E: Mulher de 23 anos de idade, F: Homem de 28 anos de idade, G: Mulher de 22 anos de idade, H: Mulher de 24 anos de idade, I: Mulher de 24 anos de idade, e J: Homem de 22 anos de idade.

As análises das falas do grupo focal foram organizadas nos seguintes tópicos: o processo de Inserção na Ashanti Peru, a influência da Ashanti Peru na participação política, e quais avanços, dificuldades e desafios existem na participação da Ashanti Peru.

5.3.1 Processo de inserção

- *Como ficou sabendo?*

A primeira questão que procuramos abordar no grupo focal está relacionada a como adquiriram conhecimento da existência de Ashanti Peru. Em relação a isso, as respostas foram: a partir de um anuncio no Facebook, do trabalho da universidade com a população afroperuana, do convite de um amigo ou amiga que conhecia o trabalho da Ashanti Peru ou participou em um programa da organização e por último, por meio do site da Ashanti Peru.

Os integrantes da Ashanti Peru postam fotos e informações no Facebook das suas participações em espaços e eventos que contribuem à luta pela participação política da juventude afroperuana, isso permite que algumas pessoas que já tinham interesse com a problemática da população afroperuana adquiram conhecimento e aumentem o seu interesse.

[...] eu comecei procurar no meu facebook e achei uma foto do presidente de Ashanti Perú, Marco Ramirez, pois tínhamos amizades em comum, e olhando o facebook dele observei que haviam fotos de participações em congressos, encontros na Colômbia e Honduras, escrevi perguntando sobre organização afroperuana da qual ele estava participando. (Participante A, tradução nossa).

Em relação ao trabalho da universidade com a população afroperuana acontece que perante a falta de pesquisas, investigações e bibliografia fundamental sobre a história e os direitos da população afroperuana alguns alunos e alunas universitários afroperuanos motivam-se à procurar de outros espaços como a Ashanti Peru, em que se possam encontrar algumas respostas acadêmicas que contribuam à sua identidade e profissão. No caso das ciências sociais por vezes se motivam pelo convite de professores ou sozinhos, por exemplo,

O que eu lembro da Ashanti Peru é que eu fiquei em contato pela primeira vez através da universidade. O trabalho da população afroperuana na faculdade de ciência sociais é pouco, sempre somos vistos como se não tivéssemos história, e existe um vazio nas pesquisas, e não temos datas, por essa falta de pesquisa, eu procurei muito para fazer análise sobre o movimento afroperuano. E procurando, encontrei a Ashanti Peru (Participante B, tradução nossa).

Em relação ao convite de amigos ou amigas, as e os participantes mencionam que existiram duas formas de contato para conhecer a Ashanti Peru: amigos ou amigas deles que já conheciam o trabalho da Ashanti Peru anteriormente ou amigos e amigas deles que já tinham participado em um programa da Ashanti Peru.

Quem se ingressou pelo convite dos amigos ou amigas, alguns deles ou delas, não necessariamente afroperuanos, se informaram sobre as diversas

atividades que realiza a Ashanti Peru com a juventude afroperuana, e quando teve oportunidade de participar em um evento ou programa, os amigos compartilharam o convite sabendo do interesse do futuro novo participante, por exemplo.

Lembro-me que um amigo com quem já tinha falado do meu interesse passou-me um flyer com informações de uma Escola de Jovens Líderes Afroperuanos, que se realizava na universidade UPCI, senti que chegou no momento exato (Participante C, tradução nossa).

Nas falas sobre os convites das amigas e amigos aconteceu que algumas pessoas já tinham participado de um programa ou espaço da Ashanti Peru. A Escola de Formação de Lideranças Afroperuanas convidou aos seus amigos e amigas afroperuanas que tinham alguma experiência de militância com grupos de jovens, para participar também em programas e espaços da Ashanti Peru, com o objetivo que façam parte organização, construindo dessa forma, uma rede que inclui pouco a pouco as e os amigos afroperuanos dos e das participantes.

Eu tive o convite de um amigo que participou em uma Escola da Ashanti em que falou Orlando. Luis Tacuhe, com ele já tínhamos trabalhado no movimento estudantil na universidade, ele me fez o convite (Participante D).

Em relação ao contato pelo site da organização a Ashanti Peru ao ter uma quantidade significativa de alianças de organizações juvenis no Peru, algumas destas organizações juvenis incluem nos seus sites o logo e o site da Ashanti Peru, o que facilita que as pessoas possam visualizar a imagem da organização e se interessem e ingressem ao site para obter maiores informações, por exemplo,

Eu fazia parte de uma equipe de jovens do Programa Municipal Jovens de Surco, foi voluntária, olhei na página do facebook do programa e tinham muitos contatos, primeiro conheci o Eduard da Rede Jovem Sul, pelo assunto das fotografias, e dentro do site da Rede Jovem Sul estava a Ashanti Peru e oportunamente a Ashanti estava convocando para participar de Programa de Democracia. Achei interessante tentar participar (Participante E, tradução nossa).

As respostas de como obtiveram conhecimento da Ashanti Peru apontam que as redes sociais, como o Facebook são uma ferramenta importante para divulgar as atividades da organização, além de trazer o interesse da juventude afroperuana.

Las tecnologías de la información y las comunicaciones (TIC) pasaron rápidamente a formar parte de la vida cotidiana de toda sociedad, alterando los conceptos de convivencia, participación e interacción. Esto añade nuevos retos a los sistemas educativos en términos de definir la conveniencia, las formas y el ritmo de la incorporación, adaptación y utilización de estos nuevos recursos, no solo con fines de educativos, sino también para superar las deficiencias estructurales del sector. (CEPAL, 2010, p. 71)

Por outra parte, alguns jovens afroperuanos e afroperuanas ficam sabendo da Ashanti Peru através dos trabalhos das universidades, embora é preciso destacar nesse sentido a pouca presença de jovens afroperuanos nas universidades peruanas. Segundo Peru (2015a) de 10 jovens afroperuanos e afroperuanas, somente 03 ingressam à universidade e só 01 de eles a termina, além de não contar com muitos estudos da população afroperuana nas universidades, também influenciam no interesse destes jovens à procurar de um espaço de encontro, em que possam ter conhecimento da identidade e direitos humanos com outros jovens afroperuanos.

Dessa maneira, as respostas ressaltam a importância da socialização dos eventos e atividades da Ashanti Peru, além da relevância que traz os convites feitos pelos participantes e aliados da Ashanti, para a participação de oficinas ou cursos realizados pela organização. Outras das estratégias da Ashanti Peru para ser mais visíveis é através do seu site, uma vez que, ele é divulgado em outros sites de organizações aliadas, o que permite maior publicidade.

- *Motivação inicial para chegar a Ashanti Peru*

Em relação às motivações e às considerações das e dos jovens afroperuanos foram as seguintes: a participação em um espaço de discussão social e político da questão racial para mudar a sociedade, a motivação pela luta e

organização da Ashanti Peru, a falta de lideranças afroperuanas, a invisibilidade da população afroperuana, o racismo e a discriminação, a procura da transversalidade e de incorporar diferentes lutas e agendas de reivindicação, a necessidade de aprofundar-se em um espaço de reflexão e por último, a procura de uma identidade racial.

Em relação à participação em um espaço de discussão social e político da questão racial para mudar a sociedade, gerou-se um maior debate, foi uma questão quase consensual relatando a importância da participação da juventude afroperuana para discutir e se aprofundar das discussões raciais, por exemplo,

Pensei que era bom fazer parte de um voluntariado e assim mudar algo na estrutura da sociedade com a minha participação aprofundando no tema os conceitos raciais (Participante A, tradução nossa).

Existem no Peru algumas forças sociais das e dos jovens que estão interessados em combater o racismo, e para isso procuram a mobilização de pessoas para conseguir esse objetivo. Para Lima

A luta contra o racismo se fortaleceu juntamente com a luta pela descolonização africana, articulando duas frentes de combate pela soberania e dignidade dos africanos e seus descendentes na Diáspora. (LIMA, 2010, p. 61)

Em relação à motivação pela luta e organização da Ashanti Peru, as respostas mostraram e reforçaram a necessidade das e dos jovens afroperuanos. Motivam-se por duas formas: a equipe da Ashanti Peru é muito ativa e amigável, e gostaram muito da forma como as e os jovens afroperuanos se organizavam.

Uma das questões que motivavam aos jovens afroperuanos e afroperuanas para chegar à organização é que a equipe da Ashanti Peru é acolhedora e amigável, em cada evento que assistiam e participavam desenvolviam-se ativamente fazendo com que as pessoas se identificassem facilmente e as reconheceram pela sua luta e o seu trabalho, dessa forma, oferecendo possibilidades de integração, por exemplo,

Eu fui representando a minha organização, foi a primeira vez que eu participava em uma atividade como aquela, e conheci muitas organizações de jovens que trabalhavam muitos assuntos. A equipe de Ashanti Peru que foi era muito amigável mesmo, eram muito ativos e todo o mundo os reconheciam, então eu senti uma atração muito rápida e eu me integrei à equipe nesse momento. (Participante F, tradução nossa).

Outra das questões que motivam aos jovens afroperuanos e afroperuanas para chegar à organização é o desconhecimento sobre a existência de organizações da juventude afroperuana e no caso da Ashanti Peru a forma como eles e elas estão organizados incrementam o interesse de alguns jovens, por exemplo,

Na verdade eu não sabia que tínhamos organizações de jovens afroperuanos, eu nem conhecia o termo direito, e tive muito interesse, gostei muito como estavam organizados, e o ar da Ashanti Perú, e mesmo como falou o David, só olhas para eles e já tens muita vontade de participar (Participante G, tradução nossa).

Outra questão é uma falta de lideranças afroperuanas, ao perceber nos eventos e espaços de jovens a inexistência de lideranças e referentes juvenis afroperuanos e afroperuanas que possam dirigir empreendimentos, assim como também organizações econômicas e políticas. A invisibilidade destas lideranças afroperuanas mobiliza em alguns jovens afroperuanos e afroperuanas a luta dos seus direitos e se aprofundar mais nas discussões raciais, por exemplo,

[...] no evento não tinham mais lideranças afroperuanas dirigindo as organizações de juventudes, e ao fazer um análise disso, aprofundi mais nessa questão, pois na verdade não temos muitas lideranças afroperuanas nas empresas, já que, o assunto do empreendedorismo é um tema que me interessa, penso que nesse momento eu comecei compreender que de fato ainda estamos invisibilizados (Participante F, tradução nossa).

Esta invisibilidade forma parte de um círculo racial de pobreza, marginalização e exclusão dirigido à população afroperuana e seus descendentes após os anos de abolição da escravidão, porém, chama a atenção que, além dessa condição de subordinação, existiram alguns poucos afroperuanos e afroperuanas que

conseguiram pouco a pouco ascender depois da escravidão, chegando sair superficialmente desse círculo, incentivando que o racismo se fantasiasse em outras formas de dominação.

Para Guerreiro (2008, p. 77), quando os primeiros afrodescendentes começam ascender o preconceito racial emerge como forma de impedir o ascenso, não em nome do racismo, mas da manutenção dos privilégios da classe dominante, que é branca.

A resposta dessa invisibilidade da população afroperuana, para Hasenbalg (2005, p. 193), o grau de exclusão da população afrodescendente cresce exponencialmente, principalmente quando os níveis educacionais superiores são considerados nos diversos espaços sociais, econômicos e políticos.

O racismo e a discriminação também é uma das questões pela qual as e os jovens afroperuanos chegam a Ashanti Peru, estas podem expressar-se por dois fatores: a discriminação sofrida na infância ou adolescência, e as práticas racistas nas organizações e espaços sociais.

Sobre a discriminação na infância ou na adolescência, acontece que alguns jovens ao descobrir ou lembrar que em algum momento das suas vidas sofreram discriminação e que não o perceberam pela naturalização do racismo e os estereótipos à população afroperuana motivam-se para ser parte de alguma organização como a Ashanti Peru, por exemplo,

Eu nunca me senti discriminado na minha infância ou adolescência, mas olhando melhor, eu sim fui vítima da discriminação, só que eu não achei discriminação nesse momento pois é algo tão normal que nem percebi, e as pessoas acham que não, que é normal. (Participante F, tradução nossa).

Ante esta fantasia dos fatos do racismo e discriminação racial no Peru, Telles (2006, p. 174) aprofunda sobre a importância dos direitos sociais como uma necessidade em alterar a ordem do mundo, em que, para a autora seria uma impotência que se arma no descompasso entre a grandiosidade dos ideais e a realidade bruta das discriminações, exclusões e violências que atingem frequentemente as maiorias.

Sobre as práticas racistas nas organizações e espaços sociais acontece que alguns jovens afroperuanos e afroperuanas militantes em favor de alguma questão social, identificam estas práticas racistas em algumas dessas organizações de reivindicação social, chama a atenção que as organizações chegam até ser em alguns casos organizações que defendem os direitos humanos,

Tinha participado nas organizações LGBTQI+, depois estive nas organizações feministas e eu já percebia no espaço LGBTQI+ e feminista práticas racistas, mas ainda não as podia identificar certamente, mas com o feminismo e lendo um pouco a Angela Davis achei importante falar por meio do discurso afro e comecei a fazê-lo (Participante C, tradução nossa).

As práticas racistas nas organizações de direitos humanos e nos espaços sociais estão diretamente relacionadas ao preconceito de cor que ainda persiste na sociedade peruana. Em outras palavras, conforme Fanon

O preconceito de cor nada mais é do que a raiva irracional de uma raça por outra, o desprezo dos povos fortes e ricos por aqueles que eles consideram inferiores, e depois o amargo ressentimento daqueles que foram oprimidos e frequentemente injuriados. Como a cor é o sinal exterior mais visível da raça, ela tornou-se o critério através do qual os homens são julgados, sem se levar em conta as suas aquisições educativas e sociais. As raças de pele clara terminaram desprezando as raças de pele escura e estas se recusam a continuar aceitando a condição modesta que lhes pretendem impor. (FANON 2008, p. 110),

Podemos dizer que o preconceito de cor expressa-se sobre a forma do racismo para poder ter a intenção, em algum momento, de discriminar racialmente, pela cor de pele das e dos que consideram inferiores.

Este preconceito de cor foi uma das últimas expressões colocada pelas pessoas brancas após a escravidão para fantasiar esse racismo que estava sendo criticado por alguns intelectuais.

Nesse sentido, o racismo, o preconceito e a discriminação operariam integrados a um importante processo de naturalização da pobreza. Ao mesmo tempo, a pobreza opera sobre a naturalização do racismo,

exercendo uma importante influência no que tange à situação do negro (...)
(JACCOUD 2008, p. 56)

Estas concepções inserem-se na sociedade peruana e contribuiu para assegurar às lideranças de algumas organizações de direitos humanos lideradas por pessoas brancas como um status nas suas relações sociais, considerando a raça deles e delas como a raça com maior virtude em questões intelectuais, de beleza e de desenvolvimento em todas as suas áreas em detrimento das outras raças.

Em relação à transversalidade de incorporar diferentes lutas e agendas de reivindicação evidenciam-se nas falas das e dos participantes a importância de ter consciência em reivindicar-se em todas as identidades pelas que formam parte as e os jovens afroperuanos e afroperuanas, não somente a identidade afroperuana, mas também que a Ashanti Peru abre um espaço para também reivindicar as identidades de gênero e sexuais, por exemplo,

E uma particularidade da organização Ashanti Perú, é mesmo aquilo que falou Orlando, a transversalidade, de unir todas as lutas, não só falar sim eu sou LGBTQI+ e vou lutar mas ter consciência que quando se vulneram os nossos direitos, também se vulneram as nossas diferentes identidades, no meu caso a minha identidade sexual, afroperuana e as demais. (Participante H, tradução nossa).

Ao ter um espaço de reflexão, as falas das e dos participantes evidenciam que uma das suas motivações iniciais é ser parte de um espaço, onde como jovens possam refletir sobre o seus projetos de vida tanto pessoais, como profissionais e conhecer amigas e amigos afroperuanos que possam contribuir para ter uma maior clareza desse projeto pessoal, como o descreve uma das participantes “Eu estive um pouco confusa nesse momento sobre a minha profissão, não sabia o que estudar o que fazer, conhecer opções, equipes” (Participante I, tradução nossa).

Uma das motivações iniciais que gerou maior debate no grupo focal por parte das e dos jovens afroperuanos, foi enquanto à procura de uma identidade racial, consideraram importante reforçar uma identidade afroperuana que por vezes nas suas famílias não a reforçam nem a visibilizam, além da discriminação que passam pela

cor da sua pele. Ter um espaço para poder discutir essa identidade é uma questão que motiva aos jovens afroperuanos e afroperuanas a ser parte de um espaço como a Ashanti Peru,

Neste momento eu não tinha a minha identidade afrodescendente, pela minha família, porque a minha mãe tem descendência andina, são dos andes peruanos, e o meu pai é afro, mas nunca tive uma relação forte com ele e sempre na minha casa falavam que era mestiça, diziam que eu não era negra, que eu era “morocha” [quer dizer morena em espanhol], que negra não era minha cor de pele, não tínhamos essa identidade, ademais que eu já tinha sentido discriminação nos espaços que eu estive, mas não o reconhecia como discriminação mesmo, então decidi ingressar ao programa (Participante E, tradução nossa).

Em muitas famílias peruanas com raízes africanas, pela carga histórica que significou a escravidão na antiguidade e o racismo na contemporaneidade promovem uma identidade que se aproxime à mestiçagem, no marco de uma ideologia de branqueamento.

Segundo Fanon (2008) se as pessoas se encontram a tal ponto submersas pelo desejo de ser brancas, é que vivem em uma sociedade que torna possível seu complexo de inferioridade, o autor aponta que esta sociedade seria uma sociedade cuja consistência depende da manutenção desse complexo, em uma sociedade que afirma a superioridade de uma raça.

Nesse mesmo caminho, Dantas aponta que, “[...]o racismo persistiu – mesmo sem justificação em fundamentos biológicos – de maneira não formalizada, não oficial e paralelo às ideias de mestiçagem, tolerância racial e assimilação cultural”. (DANTAS, 2010, p. 149)

Ainda existe uma ideologia de branqueamento na sociedade peruana que se manifesta em diferentes fatos e fatores na procura de uma identidade mestiça por parte de algumas famílias afroperuanas. Nesse contexto, Fanon pontua,

Estamos prevenidos: Mayotte tende ao lactiforme. Pois, afinal de contas, é preciso embranquecer a raça; todas as martinicanas o sabem, o dizem, o repetem. Embranquecer a raça, salvar a raça, mas não no sentido que poderíamos supor: não para preservar “a originalidade da porção do mundo

onde elas cresceram”, mas para assegurar sua brancura. (FANON 2008, p. 57)

A brancura ainda está camuflando-se como um fator de superioridade e contribuindo ao afastamento da identidade afroperuana, que é vítima de processos de discriminação.

As anteriores repostas apontam que alguns jovens afroperuanos e afroperuanas chegam à Ashanti Peru com vontade de fazer um voluntariado, no que concerne à temática de identidade e luta contra o racismo, sentem-se atraídos pelo dinamismo, ativismo e o ambiente amigável da organização. O interesse surge rapidamente ao identificar-se com uma organização que trabalha pela identidade e os direitos humanos das e dos jovens afroperuanos.

Chama atenção as falas das e dos participantes ao apontar o conceito de identidade e a importância que o termo possui para gerar motivação na inserção da Ashanti Peru. Ao respeito, para Novaes

É importante perceber que o conceito de identidade deve ser investigado e analisado não porque os antropólogos decretaram sua importância (diferentemente do conceito de classe social, por exemplo), mas porque ele é um conceito vital para os grupos sociais contemporâneos que o reivindicam. (NOVAES, 1993, p. 24)

A falta da existência de lideranças afroperuanas nos diversos campos de desenvolvimento social, econômico e político é outro fator relevante na inserção dos jovens dentro da organização, nesse ponto, toma referência a discriminação que atravessa a população afroperuana em suas diversas expressões e práticas como parte da história e cultura nacional.

As e os participantes identificam ao mesmo tempo a Ashanti Peru como um espaço de luta e defesa das diversas identidades como a indígena, de gênero e LGBTI, não somente a afroperuana, e ao mesmo tempo a procura de um desenvolvimento de um melhor projeto pessoal e profissional.

- *Como se deu a sua inserção e como se tornou membro*

Em relação ao processo de inserção, as considerações das e dos jovens afroperuanos foram as seguintes, em primeiro lugar, mediante um processo formal de sensibilização que se refere à formação para incentivar o compromisso e participação ativamente na organização, esse processo é evolutivo e conclui com a formalização de membro na Ashanti Peru. A segunda consideração foi mediante um processo informal de contato direto da pessoa interessada na Ashanti Peru com a equipe diretiva, através de uma convivência juvenil que termina na manifestação do compromisso de participar ativamente na organização.

Os processos formais de sensibilização e formação podem acontecer das seguintes formas, por apresentação de uma candidatura formal para participar de um programa longo de liderança de direitos humanos e democracia da Ashanti Peru para depois assinar um termo de compromisso e tornar-se membro, como também por participação no programa de indução para novos membros da Ashanti Peru para depois assinar um compromisso e tornar-se membro.

Para participar de um programa como a Escola de Formação de Jovens de Lideranças Afroperuanas da Ashanti Peru realiza-se uma candidatura formal para poder participar, os candidatos selecionados fazem parte do programa com uma duração aproximada de 4 meses até 8 meses, para depois ser convidados e convidadas para fazer parte da organização, por último assinam um compromisso simbólico,

No meu caso, eu fui parte da escola de líderes afrodescendentes em chincha, depois fomos convidados a ser parte da Ashanti, assignamos um compromisso de voluntariado, eu vim morar em lima e fiz minha participação. (Participante J, tradução nossa).

A Ashanti Peru faz um programa de indução aos novos membros uma vez por ano, para receber a jovens afroperuanos e afroperuanas que estejam interessados em ser parte da organização. Este programa é uma modalidade que permite que alguns participantes cheguem ser parte da Ashanti Peru, assinado um compromisso simbólico,

Vi a convocatória pela indução e participei, sim, em todas as sessões, terminamos no mês de Março e depois disso comecei participar mais continuamente neste espaço (Participante E, tradução nossa).

É importante destacar o comentário sobre o processo de inserção por parte de uma participante que não é fenotipicamente afroperuana e que passou em um primeiro contato, por uma experiência de sair dos preconceitos vivenciados em espaços que os e as fenotipicamente afroperuanos podem afrontar. Este acontecimento permitiu que discussões posteriores se ampliassem,

[...] não foi difícil, mas foi um pouco intimidante ao começo, porque se pode pensar que eles olhavam questionando, o que você faz em um espaço afroperuano? Se eu não tinha o fenótipo afroperuano, foi muito chocante, não sei se chamar discriminação inversa, porém ajudou-me ter conceitos mais fortes e ter mais convicção da minha identidade, sair dos estereótipos. (Participante G, tradução nossa).

Sobre o processo informal de contato direto com a equipe diretiva, a convivência e a manifestação aberta de compromisso de participar ativamente na organização acontecia antigamente nos primeiros anos da organização das seguintes maneiras: Após de participar em uma reunião formal da Ashanti Peru para logo tornar-se membro; comparecer à organização em um Congresso Nacional de Juventudes Peruanas, para depois fazer-se membro; ou pelo convite da ASONEDH.

Em relação à participação da reunião da Ashanti Peru, alguns participantes manifestaram que para fazer a inserção na organização, solicitaram-lhes uma reunião com o presidente da organização ou participar em uma reunião com a equipe da Ashanti Peru, para conhecer o órgão e manifestar o interesse de ser membro, e dessa forma, contribuir na luta, como por exemplo “Pedi para ir em uma reunião e conhecer a organização e como eu podia participar, depois disso, fui aceito como membro, e comecei participar ativamente em Ashanti Peru” (Participante A, tradução nossa)

Ao comparecer à organização em um Congresso Nacional de Juventudes Peruanas organizada pelo Estado peruano acontecia que alguns jovens afroperuanos e afroperuanas de outras organizações faziam uma convivência

harmoniosa com a Ashanti Peru e terminavam manifestando sua intenção de se tornarem membros, por exemplo,

Bom, no meu caso eu cheguei na Ashanti por que no ano 2012 participei no Congresso Nacional de Juventudes em Moyobamba- Peru, fui representando à minha organização era a primeira vez que participava de uma atividade como aquela, e conheci muitas organizações de jovens que trabalhavam muitos assuntos. (Participante F, tradução nossa).

Por último, alguns jovens afroperuanos foram convidados pela ASONEDH, um exemplo, “Eu cheguei a Ashanti Perú pelo convite da ASONEDH” (participante I, tradução nossa)

Ressalta-se a importância de ASONEDH, impulsor da criação da Ashanti Peru, como uma organização referencial que pode recomendar aos seus contatos das comunidades afroperuanas em nível nacional à participação na Ashanti Peru como uma única organização séria de jovens afroperuanos, que luta pelos direitos humanos.

As e os participantes apontam que o processo de inserção na Ashanti Peru não é difícil, mas chama atenção que para algumas pessoas que não são fenotipicamente afroperuanas chega ser um pouco intimidante participar de um espaço onde a maioria deles e delas são fenotipicamente afroperuanos o que ressalta a importância de trabalhar a luta contra os estereótipos.

Por outro lado, antigamente a inserção na Ashanti Peru chegava ser informal, é o caso, de só solicitar uma reunião com o presidente ou um membro da organização para poder fazer parte. Podemos evidenciar que o processo de inserção foi por meio da repartição de espaços em eventos nacionais de juventudes peruanas, em que as e os jovens afroperuanos de outras organizações se interessavam e tornavam-se membros, por último, alguns chegavam pelo convite da ASONEDH no seu desejo de somar mais jovens afroperuanos na Ashanti Peru.

Os processos de indução da Ashanti Peru são recebidos pelas e pelos jovens como processos de confiança que oferecem credibilidade ao ser um trabalho sério vindo de uma organização dirigida por jovens. Evidencia-se também que as e os

jovens que ingressam na organização assumem um forte compromisso, uma vez que, não qualquer jovem consegue ingressar. Ao fazer um processo de indução se exige que se demonstre a importância de estar preparados e ter a suficiente motivação para as próximas ações institucionais. Da mesma forma, o fato de pedir uma reunião para conhecer a equipe da organização demonstra a seriedade e respeito à organização.

- *Motivações para ficar na Ashanti Peru*

No que se refere às motivações, as considerações das e dos jovens afroperuanos foram as seguintes: Pela prática e as ações da educação comunitária, a visibilidade do legado histórico afroperuano e a incidência política; pela identidade; pelo trabalho da transversalidade de unir agendas e lutas; porque o grupo tornou-se uma relação familiar; pelo dinamismo, organização e o compromisso com a sua luta pela questão racial e por ter um espaço aberto com uma equipe confiante para poder realizar atividades.

Uma das questões que gerou debate foi a motivação de ficar na Ashanti Peru pela prática e ações da educação comunitária, a visibilidade do legado histórico afroperuano, e a incidência política, ao mesmo tempo aprofundar na discussão da questão racial para poder mudar a sociedade peruana com o ativismo, por exemplo,

Aprendi na Ashanti Peru, que há outras formas muito mais valiosas de fazer política, trabalhando fortemente a maior prazo, pois doe muito que nem todas as pessoas acham o “negro” parte da sua identidade, e é com a educação, com a visibilidade do nosso legado histórico e ancestralidade que podemos fazer incidência política. Foi o que aprendi na Ashanti Perú, e depois disso, que fortaleci o meu ativismo, comecei sentir a minha pertença com a Ashanti Perú, que eu sou desta família. (Participante C, tradução nossa).

Estas práticas de ação comunitária e incidência política ligada à identidade afroperuana começa na motivação pela apropriação e na transformação negativa da palavra “negro” como algo positivo, próprio da sua identidade. Segundo Bonnett

Bonnett (1999, apud HALL, 2003) o "negro" foi antes um epíteto negativo e agora tornou-se um termo de identificação cultural positiva.

Outros dos motivos que apareceu nas falas das e dos participantes foi principalmente a motivação em torno à identidade afroperuana, especificamente em três questões: Acordar e descobrir a identidade e consciência afroperuana, ter consciência para fortalecer a identidade afroperuana própria, e contar com ferramentas para promover essa identidade.

Com referência ao acordar e descobrir a identidade e consciência afroperuana, a motivação deu-se em poder transformar a aparência fenotípica afroperuana em uma consciência que possa contribuir ao conhecimento das raízes ou aporte à história de luta da população afroperuana na nação, por exemplo,

Agora, nesta etapa da minha vida, eu tinha muito interesse de acordar à consciência afro, que sentia pela minha aparência, mas não pela identidade e é esse o motivo pelo qual eu estou na Ashanti Perú. (Participante F, tradução nossa).

Chama a atenção o fato das e dos participantes ter um espaço para continuar à procura das suas identidades e definirem-se como afroperuanos ou afroperuanas, além de defenderem as diversas situações da vida cotidiana, reafirmando o que os autores Munanga e Gomes apontam,

A identidade é uma realidade sempre presente em todas as sociedades humanas. Qualquer grupo humano, através do seu sistema axiológico sempre selecionou alguns aspectos pertinentes da sua cultura para definir-se em contraposição ao alheio. A definição de si (autodefinição) e a definição dos outros (identidade atribuída) têm funções conhecidas: a defesa da unidade do grupo, a proteção do território contra inimigos externos, as manipulações ideológicas por interesses econômicos, políticos, psicológicos, etc. (MUNANGA; GOMES 1994, p. 177)

Assim também, complementando a ideia de identidade, ressalta-se a motivação por reforçar e fortalecer o pouco conhecimento que tinham sobre a identidade afroperuana, já que, a Ashanti Peru fornece a socialização de um

conhecimento sobre a identidade, cujo conhecimento não é de fácil acesso em outros espaços, além de contar com ferramentas para as promover, “Desde que eu estou na Ashanti Perú me deram as ferramentas para fortalecer minha identidade e estabelecê-la como minha” (Participante C, tradução nossa)

Ao referenciar à transversalidade de agendas e lutas de direitos humanos, percebe-se que foi também uma questão que motivou aos participantes para ficar na Ashanti Peru, por exemplo, têm pessoas jovens afroperuanos e afroperuanas na organização que são militantes da luta da identidade de gênero, feminismo e comunidade LGBTI, na qual a Ashanti Peru como organização se soma e tem uma participação ativa nesses espaços promovendo transversalidade na luta pelos direitos humanos,

Eu vejo uma equipe que na realidade está comprometida com a sua luta, além disso, não só se debate temas afroperuanos, pois unem também outras lutas como o gênero, LGTBIQ e é por essa questão que eu acho muito interessante continuar participando. (Participante H, tradução nossa).

A fala apresentada corrobora a teoria da autora Crenshaw, em que se aponta que a transversalidade abarca diferentes direções e cenários da população afrodescendente, e na sua maioria da mulher afrodescendente. A mesma autora cita,

Consider an analogy to traffic in an intersection, coming and going in all four directions. Discrimination, like traffic through an intersection, may flow in one direction, and it may flow in another. If an accident happens in an intersection, it can be caused by cars traveling from any number of directions and, sometimes, from all of them. Similarly, if a Black woman is harmed because she is in an intersection, her injury could result from sex discrimination or race discrimination. But it is not always easy to reconstruct an accident: Sometimes the skid marks and the injuries simply indicate that they occurred simultaneously, frustrating efforts to determine which driver caused the harm. (Crenshaw 1989, p. 149)

Em relação à motivação por qual razão o grupo tornou-se uma relação familiar, houve debate e um posicionamento unanime em relação à questão, a convivência na organização e o sentimento de ter um espaço de pertinência e

reafirmação da identidade faz com que exista um ar cálido e uma relação familiar, por exemplo,

Agora somos como família, as parcerias, mesmo existindo diferenças temos apoio entre nós, este ano participei mais ativamente, sinto que aprendi muito com as pessoas, foi muito enriquecedor e ainda tenho muito por aprender, Ashanti Peru tem um bom espaço e eu vou continuar aqui, estou muito grato por tudo. (Participante J, tradução nossa).

O debate gerou outra questão de interesse, no sentido que os participantes concordaram de forma unanime a existência de um bom dinamismo, organização e compromisso da equipe da Ashanti Peru com a luta pela questão racial o que motiva os seus integrantes para prosseguir na militância racial, “Eu gostei muito, o dinamismo com que se trabalha na Ashanti Peru, o calor humano das pessoas, eu vejo uma equipe que na verdade está comprometida com a sua luta” (Participante H, tradução nossa)

Outras das motivações para ficar na organização é devido à existência de um espaço aberto de participação e a confiança da equipe para realizar diversas atividades, entre elas ter espaços nos que se conseguem abordar temas como a saúde sexual e reprodutiva dos jovens afroperuanos e afroperuanas.

Eu acho que Ashanti é muito aberta no sentido da participação, porque eu também tenho uma experiência de apoiar dentro organização algumas atividades, e acredito que tive a confiança de todos dentro organização para poder fazê-las. (Participante D, tradução nossa).

Todas as respostas apontam que as motivações para ficar na Ashanti Peru estão na revalorização do legado afroperuano, a educação e a capacitação para promover a incidência política, o acordar à consciência afroperuana e descobrir a identidade afroperuana, que não são ensinadas nem nas escolas e nem nos espaços democráticos. O entorno social dos afroperuanos e afroperuanas não abarca as suas diversas demandas de participação com a identidade, e por isso, têm dificuldades de achar um espaço onde exista uma reivindicação.

A motivação e o entusiasmo da equipe comprometida com a luta da população afroperuana contagia aos seus membros e o trabalho de uma transversalidade de agendas. Destaca-se também o sentimento de estar em uma família onde convivem, compartilham lutas e valores; sempre aberta no sentido de apoiar atividades de participação das e dos seus integrantes.

Esse sentimento de um ambiente familiar e de amizade na organização gera um tipo de compromisso forte, por parte das e dos seus integrantes, demonstrando que essa dinâmica de trabalho influem positivamente que as e os jovens se sintam em um lugar acolhedor e de confiança, o que motiva a participação dos diferentes espaços da Ashanti Peru. O fato de ser um único espaço no Peru com linha de trabalho na juventude afroperuana oferece respostas às suas necessidades como população discriminada.

- *A influência do fenótipo afroperuano para participar na Ashanti Peru.*

A consideração das e dos jovens afroperuanos referente à não influência do fenótipo foi que depende da motivação das pessoas que querem ser parte da Ashanti, sendo que a identidade vai além da cor da pele. As repostas da sim influência do fenótipo consideraram que existem amigos de alguns membros da Ashanti Peru que não têm o fenótipo afroperuano e estão desinformados porque acham que é somente para fenotipicamente afroperuanos. Ao mesmo tempo, segundo as falas das e dos participantes existem pessoas que questionam o por que da existência de um grupo afroperuano.

As falas apontam à negação da influência do fenótipo afroperuano ao afirmar que depende da vontade, da motivação e dos objetivos que têm as pessoas que querem ser parte da organização e do que estão procurando na sua participação na Ashanti Peru, “Também depende das pessoas que querem estar dentro, da motivação que tem, porque é a vontade de ser parte da organização e lutar por um objetivo” (Participante J, tradução nossa)

Em relação à outra resposta das falas das e dos participantes negando a influência do fenótipo, apontam que a identidade afroperuana vai além da cor da pele, já que, muitas pessoas podem ter o fenótipo, mas a cor escura não garante

necessariamente o reconhecimento como afroperuanos ou afroperuanas e não se motivam à participação de uma organização como a Ashanti Peru, por exemplo,

Muitos dos que entramos aqui na Ashanti ao início não nos reconhecíamos como afroperuanos, e provavelmente o que nos chamava a atenção era nossa cor de pele, o qual diz quanto pode ser discriminado, mesmo dentro do movimento afro quem é mais escuro é mais discriminado, acho que vai além do que é ser ou não afroperuano, inclusive acho que a maioria de nós ingressamos à Ashanti sem sentir-nos afroperuanos, não conhecíamos a nossa história, não assumíamos uma identidade que sempre ensinam que é negativa, e se identificar como discriminado não é nada fácil. (Participante C, tradução nossa).

Pelo contrário à afirmação da influência do fenótipo afroperuano para participar na Ashanti Peru, existem pessoas, amigos e amigas de alguns membros da Ashanti Peru que não têm o fenótipo afroperuano, e por vezes ficam desinformados porque acham que a Ashanti é somente um espaço para fenotipicamente afroperuanos, caracterizando-se em duas questões: jovens que perguntam se conseguem participar da organização ainda que não sejam fenotipicamente afroperuanos e jovens que não possuem fenótipo afro que querem participar, porém não questionam e não conseguem fazer parte.

Ao respeito da questão de que se uma pessoa consegue participar da Ashanti ainda não sendo fenotipicamente afroperuano, as respostas das e dos participantes foram que o fenótipo afroperuano na maioria dos integrantes da Ashanti Peru, sim influencia, para que as pessoas manifestem a sua intenção de ser parte da Ashanti Peru, por exemplo,

Eu penso que de certa maneira sim afeta o fenótipo, porque já aconteceu que amigades perguntam para mim ou vem ao nosso escritório perguntar se podem participar na organização ainda não sendo afroperuanas. Eu explico que a identidade é mais intrínseca, que se sente além da nossa cor da pele. Acho que sim, influenciam sim, para que eles fiquem mais perto da nossa organização. (Participante G, tradução nossa).

Em relação às e os jovens que querem participar, mas rejeitam essa opção porque não são fenotipicamente afroperuanos, algumas falas das e dos participantes

afirmam que sim, que o fato de não ser fenotipicamente afroperuanos cria uma barreira nas pessoas para não fazer parte da organização,

Também tenho muitas amigas que falam que querem participar na ashanti, mas que não podem porque não são afro, e eu falo que a identidade é muito mais do que a cor da pele, agora eu falo mais que antes e os convido a que sejam participantes, porque têm muitas capacidades e acho que podem ajudar, mas por vezes as pessoas limitam-se enxergar só o que está na frente sem se aprofundar. (Participante D, tradução nossa).

O fenótipo está sendo uma condição para que as pessoas que não são afroperuanas ou afroperuanos não participem na Ashanti Peru. Nesse análise, Hall (2003) chama-nos a atenção ao salientar que quanto maior é a relevância do fenótipo racial, mais as suas características são representadas ante as pessoas como relativamente fixas e inerentes ao grupo. Estas características geram pertinência a um grupo racial por vezes torna-se uma barreira para as pessoas que sentem que não pertencem racialmente a esse grupo.

Segundo as falas das e dos participantes existem também o grupo de pessoas que ainda questionam o porquê da existência de uma organização de afroperuanos e afroperuanas, afirmando que dessa forma estão se discriminando sozinhos,

E questionavam o porquê eu tinha que estar em um grupo de afroperuanos, falavam que o que vocês fazem é exclusão, dividir-se sozinhos e não chamar às outras pessoas, o que sempre eu faço é explicar, que não é preciso ser fenotipicamente afro para estar na Ashanti, é sentir a identidade com a luta, o respeito, a nossa identidade e saber que a população afroperuana é vulnerável, que temos problemáticas, que os afroperuanos de zonas rural não são as mesmas das zonas urbanas, temos pobreza. (Participante D, tradução nossa).

A essa afirmação, em que se apontam que a identidade vai além da cor da pele, da mesma forma, a identidade é um processo de construção social produto das experiências e dos processos culturais. Segundo Castells,

Não é difícil concordar com o fato de que, do ponto de vista sociológico, toda e qualquer identidade é construída. A principal questão, na verdade, diz respeito a como, a partir de que, por quem e para que isso acontece. A construção de identidades vale-se da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e relatos de cunho religioso. Porém, todos esses materiais são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades, que reorganizam seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social. (Castells 1999, p.23)

Na mesma linha, a cor da pele faz um sentido de pertinência, em diferença de quem não a tem, o que manifesta dúvida em poder participar ou não da Ashanti Peru. Por outro lado, ainda existem pessoas que questionam a existência de uma organização de participação de direitos das e dos afroperuanos, a luta e filosofia da Ashanti Peru e das e dos participantes é que não tem que ser necessariamente fenotipicamente afroperuano para poder ser parte da organização. Dessa forma, a tarefa que cabe aos integrantes da Ashanti é conscientizar à população que a identidade vai além da cor da pele.

Justamente, a ideia equivocada sobre a participação em um grupo afroperuano tornou-se uma motivação para as e os integrantes da organização de continuar desconstruindo concepções que gerem exclusões, repressões e sobretudo preconceitos sobre o trabalho da Ashanti Peru. Por meio das testemunhas das e dos participantes, identificamos que eles e elas são conscientes destas falências, devido a isso, assumem esse compromisso de convicção e respeito ante os demais movimentos, outrossim, o fato que todos e todas afirmem que a cor da sua pele não é um impedimento para ser parte da organização e lutar pelo movimento afroperuano é possível manifestá-lo como uma conquista, uma vez que, eles e elas têm a função de replicar esses conhecimentos e difundi-los em diferentes espaços.

5.3.2 A participação na Ashanti Peru influencia e motiva à participação política

Em relação à participação na Ashanti Peru na influência e motivação à participação política levantaram-se as seguintes questões: sim, a Ashanti Peru influencia e motiva à participação política da juventude afroperuana, as experiências

da participação com a Ashanti Peru, e o debate da questão cultural para a motivação da participação política. A continuação o descreveremos com maior detalhe.

- *A Ashanti Peru influencia e motiva à participação política da juventude afroperuana*

Neste eixo, o que procuramos abordar no grupo focal com as e os jovens afroperuanos está relacionado à influência e motivação que a Ashanti Peru possui com respeito à participação política da juventude afroperuana. Por meio, do debate se afirmou que a Ashanti Peru insita a uma maior participação política das e dos seus integrantes. As razões e os motivos que levam a essa influencia segundo as falas que relataram as e os jovens afroperuanos foram: A Ashanti Peru conscientiza à necessidade de lutar nos mecanismos políticos, devido que no Peru não existe uma educação de participação política e cidadã; a Ashanti Peru oferece ferramentas técnicas e políticas para poder posicionar a agenda afroperuana; a Ashanti Perú dá a oportunidade de gerar alianças com outras organizações, que facilita a participação em partidos políticos e por vezes as e os jovens afroperuanos da Ashanti Peru servem de inspiração para outros jovens afro.

A respeito da questão sobre se a Ashanti Peru conscientiza à necessidade de lutar nos mecanismos políticos para mudar a realidade afroperuana, as falas foram em torno a três afirmações: os cursos e oficinas que Ashanti Peru realiza influenciam para que as e os participantes se motivem nas mudanças sobre a realidade afroperuana; a Ashanti Peru ajuda também na questão da participação política, e isso, é o que a sociedade não espera das e dos afroperuanos; por último motiva na percepção da importância de não somente educar à população em geral, mas ao mesmo tempo entrar aos espaços em que se tomam decisões.

Sobre a afirmação de que cursos e oficinas fornecidos pela Ashanti Peru influenciam à motivação dos participantes para fazer mudanças sobre a realidade afroperuana e procurar a elaboração de políticas e ações afirmativas para a população afroperuana gerou várias discussões e teve uma ampla concordância por parte das e dos participantes, por exemplo,

A Ashanti tem feito muitos cursos e os disponibiliza, dessa forma, nós podemos fazer mudanças, além disso, procurar ações políticas e afirmativas para de alguma forma equilibrar a desigualdade que temos observado na população afrodescendente. (Participante A, tradução nossa).

A ideia destes cursos e oficinas que a Ashanti Peru disponibiliza tem como objetivo motivar as e os jovens afroperuanos na participação de mudanças, através da política, e por meio da sua participação na política que os direitos humanos são garantidos. Com efeito, compartilhando as ideias de Bobbio (1992) o problema que temos diante de nós com respeito aos direitos humanos não é só filosófico, é jurídico e, em um sentido mais amplo, político.

Em consequência, a motivação dos jovens nestes processos é procurar gerar políticas públicas e ações afirmativas que possam beneficiar à população afroperuana. Segundo Krüger (2008) a participação política de uma comunidade significa a garantia de que a população explorada, através da suas organizações e movimentos, participará do processo de formulação e elaboração das políticas públicas, e de controle da sua execução e representatividade nos três níveis de governo.

Sobre a afirmação que a Ashanti Peru ajuda na questão da participação política e que justamente é isso o que a sociedade não espera das e dos afroperuanos, dessa forma, evidenciam-se o estereótipo que ainda existe na sociedade peruana, sobre a participação política das e dos afroperuanos, e mais ainda, da juventude afroperuana, por exemplo,

[...] eu acho que, o que a sociedade nunca espera é que jovens afroperuanos estejam fazendo política ou estejam em espaços de tomada de decisões. Acredito que este pensamento associa-se à crença que só se pode ser bom em certas esferas, mas não na política, este é um espaço restringido. Eu acho que Ashanti sim tem logrado fazer isso, o conseguiu fazer com muito trabalho. (Participante C, tradução nossa).

A Ashanti Peru tem conseguido a participação política das e dos seus jovens como uma motivação para liberar-se dos estereótipos que afeta aos afroperuanos e afroperuanas; procurar ações do Estado com orçamento para garantir sua inclusão

social. Francisco Whitaker Ferreira (1985, apud PERUZZO, 1995), reflete sobre a importância da participação política da comunidade explorada em programas públicos. O autor coloca também que em quando se faz pressão pelo acesso a algum bem, o que se quer é participar da distribuição da riqueza acumulada socialmente.

Por último, a afirmação que a Ashanti Peru motiva à percepção que não é uma questão só de educação à população em geral sobre a realidade da população afroperuana, mas sim, que a população afroperuana chegue aos espaços de tomada de decisões, através de um diálogo conjunto para a inclusão da agenda afroperuana, por exemplo,

[...] dá essa motivação de seguir na frente e também percebe-se que não é um tema de desinformação, mas sim um tema de como chegar aos espaços de tomada de decisões e poder fazer com que estas pessoas façam uma mudança na agenda ou que incluam a agenda afro dentro das políticas a realizar. (Participante A, tradução nossa).

Não é suficiente educar e informar à população em geral sobre as dificuldades da população afroperuana, é necessário que as e os jovens afroperuanos participem nos espaços de tomada de decisões, Francisco Whitaker Ferreira (1985, apud PERUZZO, 1995), afirma que a participação corresponde ao exercício do poder solidário. Este tipo de participação significa o poder conjunto, compartilhado. Aqui a participação não é concedida, mas conquistada e se realiza tanto nas decisões, como na execução e nos resultados conquistados.

Em relação à questão de que o Peru não possui uma educação de participação política e cidadã, é importante destacar que a Ashanti Peru oferece ferramentas que permitem aos participantes ter uma visão questionadora no momento de defender os direitos das e dos afroperuanos, através da sua participação política,

Oferece uma visão que marca em um panorama político que no Peru não é muito forte. Não temos essa educação política que talvez outros países latino-americanos têm, não temos essa educação de participação cidadã e

política e por vezes nem sabemos os nossos direitos. Na Ashanti nós percebemos os nossos direitos e como podemos reivindicá-los. (Participante A, tradução nossa).

Esta educação como o aponta o participante marca o caminho para desenvolver uma cultura política e democrática eficiente, com finalidade de poder efetivamente exercer essa dinâmica participação. Este não é somente um desafio no Peru, mas também em vários países da região latino-americana. Para Krüger

Muitos desafios merecem ser enfrentados para a construção de uma cultura política sustentada em valores da democracia de massas. Para além de ações da democracia procedimental e fiscalizadora que é necessária também no controle das ações e da aplicação dos recursos, a participação que aqui se reivindica é a participação como um bem político que permeia as relações sócias e a gestão pública em direção ao atendimento das necessidades sociais. (Krüger 2008, p. 89),

A respeito se a Ashanti Peru oferece ferramentas técnicas e políticas para poder posicionar a agenda afroperuana destaca-se ao mesmo tempo as ferramentas que outorga para posicionar outras agendas de direitos, esta questão gerou debate e discussões chegando a um consenso entre as e os participantes, como o mostra uns dos participantes “Eu também coincido com o Jorge e também estou convencido que na Ashanti te oferece muitas ferramentas tanto técnicas, como políticas, inclusive comunicacionais para poder posicionar agendas” (Participante C, tradução nossa)

Outra questão que apareceu nas discussões foi que a Ashanti Perú dá oportunidade de gerar alianças com outras organizações e movimentos sociais, mas não só alianças com organizações que tenham relação com população afroperuana, mas também, referente às diversas organizações e movimentos sociais que lutam pelos direitos humanos e a justiça social, por exemplo,

Nestes espaços também o que te ensina Ashanti é a capacidade de assumir múltiplas lutas, porque primeiro oferece a oportunidade de gerar alianças com outros movimentos sociais que possam reconhecer em Ashanti um aliado não só de voz, mas também em ação concreta e que assuma outras lutas. (Participante C, tradução nossa).

A motivação que possui a Ashanti Peru para gerar alianças e fortalecer as estratégias desenvolvidas entre os movimentos sociais e entre as organizações da sociedade civil levam aos jovens a ter uma maior representatividade na sua locução com o Estado na perspectiva do respeito dos direitos humanos.

A necessidade de articulação entre as organizações da sociedade civil tem sido apontada como uma forma de assegurar uma representatividade maior (enorme emergência de redes, fóruns temáticos, etc.) – necessidade de tornar mais densa a representatividade da sociedade civil, assegurando uma interlocução eficaz com o Estado. (DAGNINO 2002, p. 292, apud AMARAL, 2003, p. 86),

Devemos levar em conta que a construção de alianças estratégicas entre as e os jovens afroperuanos como uma concepção da cidadania, com organizações que tenham interesses comuns com o fim de fornecer visibilidade das suas demandas. Em outras palavras, segundo Dagnino (2004) “[...] a redefinição da noção de cidadania, formulada pelos movimentos sociais, expressa não somente uma estratégia política, mas também, uma política cultural”.

Na questão que a Ashanti Peru facilita a participação em partidos políticos destacam-se as afirmações que não só as e os participantes ficam mobilizando-se nas organizações sociais, além disso, encontram-se em outros espaços democráticos como os político partidários conseguindo que alguns membros da Ashanti Peru participem como militantes,

Eu tenho evoluído com o que eu faço em diferentes organizações, e agora faço política partidária, isso é devido a que o desenvolvimento vai conjunto ao aprendizado. Eu acho que sim, que definitivamente a Ashanti dá muitas ferramentas, e não somente ferramentas para você, mas também, para que outros vejam o trabalho realizado na organização. (Participante F, tradução nossa).

Por outro lado, em relação à afirmação de que as e os participantes da Ashanti Peru servem de inspiração para outros jovens afroperuanos e afroperuanas é importante destacar a pouca participação política da população afroperuana e

menos ainda da juventude afroperuana, o que serve para reafirmar a identidade na sociedade afroperuana e acordar a sua militância política, por exemplo,

Incluso há servido de inspiração para outras pessoas, por exemplo, uma pessoa que fenotipicamente seja afrodescendente, mas que não se reconheça como tal, veja a outro jovem e se sinta reconhecido como tal, isso é inspirador (...) um afrodescendente falando um discurso político já gera uma ruptura em todos os paradigmas que se têm construído desde criança, e eu sinto de que sim, esta incidência política da Ashanti é muito positiva, eu acho que dentro de pouco, não falta muito, para que incluso pessoas já jovens afros estejam dentro da política partidária, eu acho que para 2021 existira um panorama ótimo para nós, é o que eu acredito (Participante C, tradução nossa).

A influência e motivação pela participação política da juventude afroperuana parte de que a Ashanti Peru ensina através de cursos e oficinas ferramentas para a participação política, fato que cria estereótipos, uma vez que a sociedade não esperava ter uma juventude afroperuana organizada. Nesse sentido, também a Ashanti Peru, por meio, dos seus processos de formação, motiva à população afroperuana sair da sua exclusão mediante à participação política para inclusão da agenda afroperuana; pois é uma ferramenta de inclusão política das e dos jovens da Ashanti Peru, em que encontram-se plasmada às suas demandas em educação, saúde, trabalho e participação.

Ao mesmo tempo, a Ashanti Peru motiva aos seus participantes mostrando um espaço de participação cidadã, política e defesa dos direitos das juventudes afroperuanas, já que é um espaço ausente no país. Por outro lado, a Ashanti Peru influencia na concepção de assumir múltiplas lutas de direitos humanos, e não somente das e dos afroperuanos, com isso, se enfoca nas alianças estratégicas com organizações, movimentos sociais e até a motivação para participar nos partidos políticos. Outra das motivações na Ashanti Peru é o protagonismo de lideranças juvenis afroperuanas que servem de inspiração para outros jovens afroperuanos e afroperuanas quebrando os esquemas tradicionais de invisibilidade.

As motivações que as e os jovens participantes mencionaram são o motor e fundamento para a continuidade, e sobretudo para o impacto que gera a Ashanti Peru na sociedade, as motivações descritas pelos participantes demonstra que há um

interesse em comum, mais que interesses particulares, demonstram um compromisso idôneo e transparente de luta por uma população.

- *Experiências de participação política com a Ashanti Peru*

As falas neste debate mostraram a aprendizagem e a experiência de defender a agenda política afroperuana, em relação a essa questão todas afirmaram diversas influencias e reações das e dos participantes da Ashanti Peru para participar. As experiências da participação política, segundo as falas que relataram as e os jovens afroperuanos foram: a aprendizagem de fazer alianças com outros grupos, a aprendizagem de fazer uma escola de cidadania, e a experiência de defender a agenda afroperuana.

Em relação à aprendizagem de fazer alianças com outros grupos se evidencia a importância no trabalho de uma organização que une lutas mediante as alianças e sócios estratégicos, ao mesmo tempo de conhecer diversas experiências que contribuíam ao desenvolvimento da organização e as atividades pessoais e profissionais, por exemplo,

Aprendi estabelecer alianças com vários grupos. Eu acho que foi um passo importante para todo tipo de organização estabelecer estas alianças estratégicas com outros grupos para definir pontos, para copiar ou melhorar algumas perspectivas de outros grupos e vice-versa. (Participante B, tradução nossa).

Outra questão da aprendizagem é fazer uma escola de cidadania, ao respeito de possuir ferramentas necessárias para poder liderar um programa completo para o fomento da cidadania, da juventude peruana e a juventude afroperuana em particular que se possa replicar em outros espaços de formação social e política, “*Consegui aprender muito o que é uma escola de cidadania que pouco a pouco se pode replicar*”. (Participante B, tradução nossa)

Em referência à experiência de defender a agenda afroperuana pode-se evidenciar nas falas das e dos participantes que fazem parte da mobilização e o

ativismo na participação em espaços democráticos de juventudes, de negociação e desenvolvimento na luta pela inclusão de uma agenda afroperuana,

Quando a gente pode participar em Congressos Nacionais ou locais ou internacionais adquire-se novos contatos, essa experiência de poder chegar a um espaço onde tem que pôr uma agenda que ninguém lhe interessa é preciso até brigar com todo o mundo, porque a eles não lhes preocupa a temática afro, o percebem como algo secundário ou nada importante (Participante A, tradução nossa).

Todas as falas nesta parte apontam às experiências de participação política, destacam o trabalho de fazer alianças estratégicas com grupos de organizações e movimentos sociais a nível nacional para somar à luta pelos direitos humanos, por outro lado, destacam-se as capacidades de gestão de programa de capacitação como a Escola de Formação de Jovens Lidereres Afroperuanos, e por outro lado destacam como experiências a seguridade de participar politicamente em eventos nacionais e internacionais visibilizando e incidindo na importância da Agenda Afroperuana, perante as outras lideranças juvenis.

Estas experiências de participação deles e delas é parte do exercício de participação política em jovens, além que esta questão é muito frágil na América Latina a maneira geral, é uma oportunidade dos jovens de achar um espaço, em que ficam mobilizados, uma vez que, não é uma participação tradicional, ela está encaminhada para uma participação política com identidade que abarca demandas silenciadas.

Chama atenção as oportunidades que as e os integrantes identificam ao ser parte da Ashanti Peru em diferentes espaços. Ressalta-se também as dificuldades que tem um jovem afroperuano comumente para participar em espaços de tomada de decisões. Fazer alianças estratégicas com outras organizações e inclusive participar dentro das suas organizações, porém as e os jovens participantes evidenciam as oportunidades de crescimento que uma organização como a Ashanti Peru pode-lhes proporcionar, esse fato, fortalece o compromisso e motivação das e dos jovens, o que se evidenciou na parte anterior.

- *A cultura afroperuana como motivação na participação na Ashanti Peru*

Sobre a cultura afroperuana, Alí (2014, p.1) aponta que,

La música, la danza, y las prácticas religiosas en los afroperuanos indican que en la cultura y en la sociedad peruana hubieron influencias africanas o inspiradas en África. Los afroperuanos a lo largo de su presencia en el país, crearon una nueva cultura con lo que sus ancestros trajeron y con lo que encontraron en su entorno. La fusión de diversos estilos musicales, danzas y costumbres de los afroperuanos habla por sí misma de la síntesis de culturas en el Perú.

As falas mostraram um amplo debate em relação a essa questão, alguns participantes mostraram-se a favor que a Ashanti Peru tenha deixado a questão da prática da cultura afroperuana para sair dos comuns estereótipos, e por outro lado, outra postura foi contra essa afirmação, com a intenção de usar a cultura como uma ferramenta de luta política, para poder obter uma maior mobilização da população afroperuana.

Nestas contradições produto do que significou o colonialismo e agora o racismo, Jelin e Hershberg (2006), coloca nesta discussão como um debate importante para esclarecer a tensão entre a universalidade do respeito, dos direitos e do pluralismo cultural que gera a diversidade.

Os motivos que apareceram nas falas dos jovens que apontam a favor da não promoção da cultura afroperuana na Ashanti foram as seguintes: o respaldo que a Ashanti Peru tenha deixado a questão cultural como requisito se participe; a procura da desconstrução de estereótipos das e dos afroperuanos, sendo que a resistência cultural afroperuana é algo desfasado à comparação da resistência política na tomada de decisões como algo do presente.

Em relação ao respaldo e ao afastamento da cultura afroperuana por parte da Ashanti Peru, alguns participantes encontram-se a favor de que a organização não promova alguns aspectos culturais como as danças, o uso de instrumentos musicais afroperuanos, entre outros, uma vez que, a organização deve centralizar-se exclusivamente na organizar e participação ao exercício democrático da cidadania e da política, por exemplo,

Eu acho que, muitas coisas que me faz feliz e que reconheço da Ashanti é que tem deixado de lado a temática cultural, é isso, uma das coisas com as que me sinto agrado, no tempo que estou participando não vi dança, não vi jogo com instrumentos musicais, pelo contrario a discussão vai mais pela temática política, de organização, de cidadania, de criar espaços para não ser os excluídos, sendo uma organização do afro que não se dedica à dança e sim ou pensamento (Participante B, tradução nossa).

Alguns participantes apostam por não trabalhar com a cultura afroperuana criando, assim, uma nova forma de militância efetiva da juventude afroperuana, mas esses fatos podem cair em uma perspectiva liberal dos direitos humanos. Sobre estas afirmações, Sabariego aponta que,

El peligro de estas tesis es que esa ciudadanía propuesta por la tradición liberal arrasa con los componentes étnicos (colectivos) de las culturas, la sobrevaloración de lo cultural desde lo individual acaba llevando a un multicultural-liberalismo que abstrae a los sujetos de sus contextos, menoscabando la virtualidad amenazante que posee el cuestionamiento del concepto de ciudadanía en su versión estatal-nacional o individuo-liberal. (SABARIEGO 2005, p. 452)

Em relação à existência de pessoas que ingressam à Ashanti Peru e saem do estereótipo de relacionar todo o “afroperuano” com algo necessariamente cultural, algumas falas fundamentam a motivação de dar um giro nessa percepção, “Eu acho que há pessoas que ingressam a Ashanti desconstroem o estereotipo da agrupação cultural, uma vez que, são jovens que pensam em outras coisas.” (Participante C, tradução nossa)

Este giro ademais de fugir dos estereótipos tentam escapar da cultura afroperuana como algo que não vai na sua perspectiva de efetividade na luta dos direitos humanos na contemporaneidade. Para Sabariego (2005) “*los particularismos están en ver a la cultura como una especie de compartimento estanco, cerrado y homogéneo, al mismo tiempo*” o mesmo autor aponta este fato,

[..] como un estadio en el viaje hacia el progreso medido por una idea de desarrollo cuyo eje son la ciencia, el arte y la técnica analizadas comparativamente a través de los objetos, artefactos, citas, obras o cualesquiera sean los tópicos que integren las producciones culturales y que

acaban transformados en tropos tras pasar por la estrábica lente de este tipo de ciencia antropológica. (SABARIEGO 2005, p. 443),

Outra questão apontada nas falas das e dos participantes em contra da prática da cultura afroperuana é que a resistência, através da cultura foi algo do passado e que agora na atualidade vivemos em outro tipo de resistência, por isso a cultura não apontaria agora a uma resistência afroperuana em alto nível, por isso é preciso ter uma resistência amplamente política nos espaços de tomada de decisões, por exemplo,

A temática da resistência, através das manifestações culturais foi algo do passado, e agora vivemos outro tipo de resistências [...] o cultural está separado do político, pode-se entender o cultural como um mecanismo de inserção da política, porém não é política na atualidade. (Participante B, tradução nossa).

Em contrariedade à falas anteriores, um grupo mantém-se a favor da promoção da cultura afroperuana como mecanismo político, segundo as falas que relataram as e os jovens afroperuanos foram: Que para a população afroperuana é preciso politizar a cultura, a Ashanti Peru carece de utilizar a cultura como ferramenta política, existe uma linha delgada entre os estereótipos e a cultura como política, e o cultural não estabelece hierarquias.

Em referência à afirmação que para a população afroperuana é preciso politizar coisas tão cotidianas como a temática cultural surgiram as seguintes questões: o cultural é mais presente nos discursos técnicos, com o cultural as pessoas vão se reconhecer mais rápido como afroperuanos, o cultural seria uma maneira de fazer política com jovens, o cultural foi e é uma forma de rebelião política, o cultural é uma forma de reconhecer e continuar os avanços das e dos antepassados, é preciso fazer alianças e politizar mensagens das organizações culturais, o discurso técnico político gera também barreiras.

Sobre a questão que o cultural interessa mais para a maioria das pessoas que os discursos técnicos, as falas apontam a chamar atenção da população afroperuana em geral e motivá-los para que se somem à luta pela identidade e o

auto reconhecimento, isso se conseguirá através de politizar as manifestações culturais na Ashanti Peru, por exemplo,

Começar politizar estas coisas tão cotidianas como a temática cultural, sendo que, por vezes o cultural é muito mais interessante que os discursos técnicos para a maioria da população, observa-se que muitas pessoas e incluso as que moram no interior não se sentem representadas, dessa forma, é como começamos a juntá-los e incluso replantar o que tanto as políticas como as manifestações culturais como o futebol, como o cajon pretendem para poder transmitir mensagens [...] estou convencido que uma pessoa vá reconhecer-se muito mais rápido como afrodescendente com uma atividade do cotidiano que possa assumi-lo como tal, de que com um discurso potente (Participante C, tradução nossa).

Nesse caminho Sabariego afirma que “por ello esta concepción hace que la cultura nos muestre su carácter polisémico, abierto, dinámico, incompleto, mutable, permeable, dirimible”. (SABARIEGO 2005, p. 439)

Assim também, manifestam as e os participantes que o cultural seria uma alternativa de fazer política com jovens, porque existe certa quantidade de jovens que não se identificam com a política tradicional e as suas formalidades, e demandam outras formas de fazer política e motivações para participar politicamente na sociedade, por exemplo,

Eu o vejo como uma alternativa para fazer política com os jovens, por exemplo, nós mesmo temos medo ao falarmos de política e em algumas ocasiões não assumimos o que estamos fazendo, então, nesse conceito de política para mim não é fácil identificar-me e assumir-me como tal. (Participante G, tradução nossa).

É real dizer que não todas e todos os jovens têm interesse especificamente na política tradicional como exercício de controle, e especialmente a juventude peruana que vem de um processo histórico de punição da participação política na últimas décadas, como foi discutido anteriormente. Além disso, Patemam propõe que,

Tampouco é o caso de se destacar uma teoria que exige o máximo de participação popular para exercer o "controle", uma vez que sabemos que a

maioria das pessoas é desinteressada e apática em relação à política, e Dahl põe em evidência a hipótese de que uma porcentagem relativamente pequena de indivíduos, em qualquer forma de organização social, aproveitará as oportunidades de tomada de decisão. (PATEMAM 1992, p. 18)

É preciso uma organização por parte das e dos jovens afroperuanos em formas não tradicionais de fazer política na contemporaneidade, com a cultura e a suas múltiplas expressões, que permitam o aproveitamento de oportunidades na participação nas tomas de decisões.

O cultural foi e é uma forma de rebelião política a todo processo de opressão, segundo afirmam as e os participantes da Ashanti, é preciso entendê-lo, reconhecê-lo e o conservá-lo como um legado que forma parte da expressão e reivindicação afroperuana, por exemplo,

O cultural é político [...] então, se o observamos desde esse ponto de vista, entenderemos que todas as danças, que as decimas, e que o mesmo bate do Cajon e até o Zapateo, são todas formas de rebelião política para uma determinada opressão que sentia o afroperuano no momento da sua criação (Participante A, tradução nossa).

Nesse caminho, é preciso trazer o cultural como uma forma para poder evidenciar os problemas e as demandas que vivência a população afroperuana na contemporaneidade. Telles (2006), salienta que ao contrário de outros determinismos, hoje em dia mais do que nunca revigorado, será importante reativar o sentido político inscrito nos direitos culturais e sociais.

As e os participantes também apontam que o cultural é uma forma de reconhecer a resistência negra e continuar os avanços das lutas das e dos antepassados. Impossibilitar ou tentar destruir esse aporte e esse legado na política seria uma forma de destruir a sua identidade, por exemplo,

Eu acho que estaríamos mal, observando desde uma temática de destruir o que se avançou, nossos antepassados avançaram em esse assunto, e nós

deveríamos de construir sobre isso, com essa base, já desde o cultural. (Participante A, tradução nossa).

Em referência à importância de fazer alianças com organizações afroperuanas culturais para politizar as suas mensagens, as e os participantes ressaltam que é preciso transmitir mensagens reivindicativas para promover a identidade, favorecer e motivar a necessidade de militância política pelos direitos das e dos afroperuanos,

Mas também podemos ir avançando com as manifestações culturais, elas podem começar transmitir mensagens reivindicativas, podemos estabelecer alianças com organizações afros cuja especialidade seja o cultural, com o fim de dialogar e dizer como eles podem transmitir mensagens políticas para que as pessoas iniciem reconhecendo-se como afrodescendente através do que você transmite. (Participante C, tradução nossa).

Por último, segundo as e os participantes, o discurso técnico político tradicional gera também barreiras e não motiva alguns jovens, e muito mais gera barreiras para aqueles jovens afroperuanos e afroperuanas que moram na periferia e/ou não receberam uma educação de qualidade durante o ensino meio e fundamental, por exemplo,

Eu acho que às vezes o técnico gera barreiras, ainda mais quando pensamos que existem pessoas que não conseguiram aceder a um tipo de educação. Basicamente as pessoas que estão longe do país ou em zonas rurais possuem por vezes um aprendizado restrito, sendo assim, algumas linguagens elaboradas ou técnicas causarão certo tipo de desconforto, uma vez que são difíceis de entender (Participante D, tradução nossa).

Nesta linha, segundo Peruzzo (1995) A participação política requer a existência de vários canais abertos e desobstruídos. Porém, não basta à abertura de canais, é preciso incentivar e facilitar a participação, através de uma metodologia que privilegie a atuação de setores afastados, enquanto processo que crescem em qualidade participativa.

Em referência á afirmação de que a Ashanti Peru carece da percepção da importância da cultura como ferramenta política, as falas das e dos participantes estão apontadas as seguintes questões: a Ashanti Peru deve seguir com as sua linha e há lugares onde pode explorar o cultural como político, e por outro lado o tecnicismo político tem que se priorizar somente para luta por uma agenda afroperuana.

A respeito das falas das e dos participantes que apontam que a Ashanti Peru deve seguir com as sua mesma linha de participação e incidência política, mas, há alguns lugares onde se pode explorar especificamente com maior amplitude o cultural como ferramenta política “Eu acho que sim, esta bem seguir com a mesma linha, mas há lugares onde se pode incentivar o nível cultural para que o discurso se fortaleça.” (Participante E, tradução nossa)

No mesmo caminho, também apontam o tecnicismo político tem que se priorizar só ao falar de uma agenda afroperuana, e o cultural teria que atuar como uma ferramenta de sensibilização da população afroperuana para a militância política,

A temática do técnico precisa priorizar-se necessariamente em quando temos que lutar para incluir uma agenda e isso é totalmente útil, temática de preparação, mas para o tema de sensibilização, para chegar a mais gente é necessário uma ferramenta básica de sensibilização. (Participante J, tradução nossa).

Por outro lado, deve-se ter cuidado ao prover os processos culturais, porque existe no Peru uma linha delgada entre os estereótipos que as pessoas têm sobre o relacionado com o que conhecem como cultura afroperuana sendo uma ferramenta política, por exemplo,

Eu acho que há uma linha muito delgada, porque se bem é certo que se quer combater os estereótipos, não atravessar essa linha é desprezar algo que foi nossa resistência por tanto tempo, o que é em pró ao desenvolvimento que estamos fazendo aqui na atualidade. (Participante C, tradução nossa).

Outras falas das e dos participantes que estabelecem a motivação pela aplicação da questão cultural na Ashanti Peru é a resposta que o cultural não estabelece hierarquias, ao contrário de uma participação e negociação política que pode chegar por vezes a criar hierarquias, por exemplo,

Eu acho que o cultural tem a capacidade de não estabelecer hierarquias, porque muitas vezes alguns nos intimidamos quando vemos a alguma pessoa que dirige que sabe expressar-se por meio de discursos. (Participante C, tradução nossa).

Além de não estabelecer hierarquias, não significa que as práticas culturais não tenham algum tipo de ordem, segundo Sabariego

[...] toda cultura produce y encarna un orden, una o múltiples cosmovisiones, significados, ideologías y valores; al mismo tiempo, toda cultura es fruto de reglas, pactos, fruto de tensiones, conflictos y acuerdos entre partes. (Sabariego 2005, p. 440)

Por outro lado, manifestou-se nas falas das e dos participantes que a motivação para participar na Ashanti Peru depende da pessoa e das razões que tem para participar dentro da organização, se, por exemplo, o que está procurando é algo mais cultural ou algo mais político ou político e técnico, por exemplo,

Acho que também depende da pessoa e das razões pelas quais queira participar na Ashanti, porque existe uma influência, ao procurar algo mais cultural, mais técnico ou político, ou seja, se a pessoa é atraído para participar em um contexto técnico, como fazer parte de oficinas de democracia e todo isso, essa pessoa estará encaminhada pelas bases da organização, porém se o que quer é algo mais cultural, a organização não vai parecer mais atrativa, uma vez que o cultural não pertence ao viés da Ashanti, (Participante J, tradução nossa).

Todas as falas apontam que ante a falta da prática das manifestações culturais afroperuanas na Ashanti Peru e a sua influencia na motivação para participar da organização em grupos das e dos jovens afroperuanos respaldam por

um lado a importância que Ashanti Peru tenha deixado de lado a questão cultural, como uma forma de sair dos estereótipos de uma organização afroperuana, afirmando que, ao mesmo tempo incentiva à motivação para participar na Ashanti Peru principalmente ao dirigir a suas ações a um âmbito mais da política e da cidadania. No mesmo caminho, alguns apontam que o cultural não está relacionado estritamente com o político e são manifestações que não contribuiriam muito aos objetivos que se quer com a Ashanti Peru.

Por outro lado, outro grupo manifesta que o cultural sim é político, e há uma necessidade de politizar mais o cultural como uma ferramenta de atrair às pessoas que sintam que os discursos técnicos não os representam, ao mesmo tempo apontam que seria o caminho de trazer aos jovens afroperuanos e afroperuanas das periferias como uma forma alternativa de fazer política.

Nesse caminho, de atrair mais jovens afroperuanos familiarizados com a cultura afroperuana observa-se que existe uma ligação intrínseca entre a cultura e a identidade cultural da qual não tem jeito fugir. Segundo CUCHE

Há uma estreita relação entre a concepção que se faz de cultura e a concepção que se tem de identidade cultural. Aqueles que integram a cultura como uma “segunda natureza” que recebemos de herança e da qual não podemos escapar, concebem a identidade com um dado que definiria de uma vez por todas o indivíduo e que o marcaria de maneira quase indelével. [...] Em uma abordagem culturalista, a ênfase não é colocada sobre a herança biológica, não mais considerada como determinante, mas na herança cultural, está ligada à socialização do indivíduo no interior de seu grupo cultural. (CUCHE 1999, p. 179)

Em conclusão, as falas manifestam que a ideia é continuar o que as e os antepassados fizeram, agregando mensagens reivindicativas coordenadas com organizações culturais afroperuanas. Nesse caminho, uma mensagem técnica pode gerar barreiras na participação da Ashanti Peru, a intenção é continuar com a linha da Ashanti Peru, mas abrir um espaço, para que através da politização da cultura a mensagem possa chegar a mais pessoas.

5.3.3 Avanços, dificuldades e desafios da participação política na Ashanti Peru

- *Avanços da participação política na Ashanti Peru*

A percepção das e dos participantes do grupo focal sobre quais foram os avanços da participação na Ashanti Peru apareceram os seguintes questões: a organização do trabalho da Ashanti Peru favoreceu o compromisso; existe mais oportunidades de participação; e o fortalecimento da identidade afroperuana agora é maior.

A primeira questão que procuramos e queremos abordar no grupo focal com as e os jovens afroperuanos, neste eixo, é relacionada à afirmação que a organização da Ashanti Peru favorece o compromisso das e dos seus integrantes.

As falas do debate mostraram as razões e os motivos que levam a essa afirmação, segundo os avanços da Ashanti Peru o que relataram as e os jovens afroperuanos foram que: a vontade de participar nas reuniões e eventos da Ashanti Peru é um avanço, o ambiente na Ashanti Peru favorece o compromisso, a Ashanti Peru oferece as ferramentas para participar ativamente, a Ashanti Peru forma parte da vida dos seus integrantes.

Em referência ao avanço da procura de mais participações em reuniões e eventos da organização, as repostas das e dos participantes expressaram que a Ashanti Peru é um espaço de encontro necessário e estratégico de militância e desenvolvimento pessoal, sendo assim, ressaltam o compromisso de estar presentes nas reuniões e atividades da organização, além de todas as adversidades,

Em avanços eu penso que o só fato de sair da tua casa e ir um lugar onde vai tratar de temas que não são tratados cotidianamente, eu penso que é um progresso estratégico na minha forma de pensar, porque pelo menos dentro da minha casa, do meu espaço familiar, das minhas amizades, do meu bairro, eu não poderia falar estas coisas. (Participante A).

A respeito da afirmação que o ambiente na Ashanti Peru favorece o compromisso com a organização, é importante relevar que a Ashanti Peru fornece aos seus integrantes comodidade em um ambiente agradável o que facilita o

compromisso de promover as atividades da organização, “Penso que o ambiente e a comodidade que a Ashanti oferece é de grande importante, porque as pessoas se sentem cômodas, o que favorece ao apoio da organização.” (Participante J, tradução nossa)

Outra afirmação por parte das e dos participantes é que a Ashanti Peru fornece aos seus integrantes as ferramentas necessárias para poder participar comodamente e ativamente nas atividades da organização, dessa forma, facilitando à sua integração e a continuidade do seu trabalho, “Ashanti brinda as ferramentas para que cada um de nós esteja cômodo e possamos participar de maneira plena neste espaço”. (Participante J, tradução nossa)

Por último, a Ashanti Peru torna-se uma questão cotidiana e forma parte da vida das e dos seus integrantes. É interessante a magnitude de pertinência à organização assumida e manifestada nas falas das e dos seus participantes. Eles e elas tornam-se de certa forma um tipo de promotores da luta dos direitos das e dos afroperuanos nas relações sociais em todos os espaços, por exemplo,

Acho que chega um momento em todo este processo pessoal e coletivo torna-se parte da gente, em todos os espaços do cotidiano, desde o acordar e até respirar, na tuas relações mais pessoais, na tua família em todo isso, e quando menos o espera a gente torna-se um agente de cambio em todos os espaços a gente está. (Participante C, tradução nossa).

Todas as falas apontam nesta parte que, o avanço do jeito da organização da Ashanti Peru favorece o compromisso, pode-se ressaltar que, a vontade que as pessoas têm para participar nas reuniões e atividade da Ashanti Peru, saindo do seu espaço familiar e da comodidade de amigos e labores pessoais é um grande avanço, o qual é compensado pelo ambiente e a comodidade que a Ashanti Peru oferece aos seus integrantes e o fomento de ferramentas para que participem de maneira plena. Estas ações fazem que a Ashanti Peru forme parte da vida cotidiana dos seus integrantes fazendo com que se tornem agentes de cambio.

O segundo ponto o que abordamos no grupo focal está relacionado à afirmação que a Ashanti Peru fornece mais oportunidades de participação. As respostas do debate mostraram que os avanços do trabalho da organização levam a

essa afirmação, segundo estes avanços de participação a nível nacional e internacional na Ashanti Peru o que relataram as e os jovens afroperuanos foram: a oportunidade de visibilidade e organização no Peru, por parte das e dos jovens afroperuanos, e a oportunidade de ministrar palestras e conferências sobre as e os afroperuanos.

No que diz respeito às oportunidades de visibilidade na sociedade peruana que adquirem as e os jovens na luta por um país mais justo e inclusivo é de importância para as e os participantes da Ashanti Peru, uma vez que, fomentam o reconhecimento deles e delas em uma sociedade que é indiferente aos seus direitos, por exemplo,

Justamente é a abertura da participação da Ashanti nestes eventos tanto externos como internos que permitem a visibilidade que os jovens afroperuanos estão fazendo algo pelo Peru, ou seja, e isso permite que sejamos reconhecidos, não somente como jovens, mas também por fazer mais coisas para a sociedade. (Participante G).

Outra questão importante segundo as falas é a oportunidade que tem a Ashanti Peru de mostrar mediante palestras e conferencias as dificuldades e a realidade em matéria de direitos humanos das e dos afroperuanos, da mesma forma, é uma oportunidade de apresentação pessoal e profissional, perante a sociedade em geral como militante, por exemplo,

[...] pessoalmente fiquei entusiasmado ao ministrar palestras políticas, é devido à Ashanti quem tem-me aberto portas por assim dizer, e falo isso porque acredito que são oportunidades, em que se reconhece o motivo pelo qual se trabalha e com quem se está trabalhando, então, isso é algo que me tem aportado bastante. (Participante F, tradução nossa).

Todas as falas apontam nesta parte que os avanços na Ashanti Peru é ter mais oportunidades de participação, em que se ressaltam que são oportunidades de atuação em espaços e eventos nacionais e internacionais, onde as e os jovens afroperuanos sejam protagonistas, por meio, das palestras e das negociações das agendas de direitos humanos e das juventudes para a inclusão e o reconhecimento

da população afroperuana. Assim também, esse aporte da Ashanti Peru é importante para o desenvolvimento da juventude afroperuana participante neste espaço, como para a população afroperuana em geral, uma vez que, as e os jovens lutam pelas demandas da população afroperuana, e essa militância gera avanços nas suas comunidades. Pode-se resgatar que o contributo da Ashanti Peru vai passar pelo nível pessoal das e dos participantes, comunitário e também nacional.

O terceiro e último ponto dos avanços que procuramos e queremos abordar no grupo focal, com as e os jovens afroperuanos, é relacionada à afirmação do fortalecimento da identidade. As falas do debate mostraram o fortalecimento da identidade afroperuana na Ashanti Peru na sua trajetória como participantes, segundo este avanço na Ashanti Peru o que relataram as e os jovens afroperuanos foram: que há um auto reconhecimento maior próprio da identidade, que a Ashanti Peru ajudou que jovens afroperuanos encontraram e reconheceram a sua identidade, e colaborou com que algumas pessoas da sociedade peruana reconheçam a identidade das e dos afroperuanos.

As e os participantes também afirmam que há um auto reconhecimento maior próprio da identidade afroperuana por parte dos e das integrantes no transcurso da sua trajetória, destaca-se que a Ashanti Peru fortalece a pertinência pessoal a este espaço de luta pela identidade e os direitos das e dos afroperuanos, por exemplo,

Eu acho que ali há um ponto chave, que reforça a temática da identidade, ao menos no espaço pessoal tem sido de grande avanço nesse sentido, pois existe um maior autoreconhecimento, uma maior identidade, sinto com maior propriedade a luta da identidade, isto ajuda-me bastante, eu acho que isto motiva-me seguir, no meu ponto de vista é um grande avanço próprio. (Participante D, tradução nossa).

Por outro lado, destacam-se as ajudas que Ashanti Peru proporcionou aos jovens peruanos e peruanas na pesquisa da sua árvore genealógica, com o fim de que encontrem e conheçam a sua descendência africana, com o intuito de que reafirmem a sua identidade e a sua pertinência em um espaço de luta perante à questão racial, por exemplo,

Identifiquei-me agora, no avanço ao nível pessoal, uma vez que posso dizer que tem sido um avanço gigantesco no que diz respeito à temática afroperuana em geral. (Participante J, tradução nossa).

Por último, as falas das e dos participantes apontam que uns dos avanços da Ashanti Peru foi ajudar a que algumas pessoas da sociedade peruana em geral valorem e reconheçam a identidade pessoal das e dos integrantes da organização e os identifiquem os espaços sociais e políticos com a luta das e dos afroperuanos, “Tem reforçado não somente para autoconhecer-se, mas também nos espaços onde estamos, para que outras pessoas reconheçam que você é afroperuano.” (Participante G, tradução nossa)

Todas as falas apontam ao fortalecimento da identidade como uns dos avanços na Ashanti Peru, destaca-se um maior auto reconhecimento que vai acompanhando de diversos aspetos da história e da identidade afroperuana, o que motiva a continuar participando da Ashanti Peru.

Alguns autores discutem que na atualidade a sociedade em geral passa por uma crise de identidade, no caso da população das e dos jovens afroperuanos agrava-se o problema, ao ser relacionada a identidade afroperuana ao racismo e o preconceito, segundo Kellner,

[...] a identidade na modernidade tornou-se crescentemente problemática e o assunto da própria identidade tornou-se por si só um problema. De fato, somente em uma sociedade ansiosa com sua identidade, poderiam surgir os problemas de identidade pessoal, ou auto-identidade, ou crise de identidade e tornarem-se preocupações e assuntos de debate. (KELLNER 1992 p. 143),

Existe um grupo dentro da Ashanti Peru que descobriu a sua identidade o que se apontam como um grande avanço pessoal e de pertinência a um espaço que se estava procurando, esse fortalecimento da identidade afroperuana faz com que haja uma defesa em diferentes espaços da vida cotidiana e ao mesmo tempo contribuía a que a sociedade reconheça a identidade afroperuana.

- *Dificuldades da sua participação na Ashanti Peru*

A análise das dificuldades da participação na Ashanti Peru por parte das e dos integrantes do grupo focal foram as seguintes: a falta do tempo, a identidade institucional e a falta de comunicação.

O primeiro ponto que abordamos no grupo focal é relacionada à afirmação que uma das dificuldades da participação na Ashanti Peru foi a falta de tempo pessoal. As falas do debate mostraram as razões e os motivos dessa afirmação, segundo as dificuldades da sua participação na organização o que relataram as e os jovens afroperuanos foram que: A carga laboral, a sobrecarga das reuniões não permite liderar outras atividades, a falta de tempo para se dedicar à atividades pessoais.

O debate da carga laboral que as e os participantes estão atravessando gerou um amplo debate, e uma concordância nas falas ao afirmar que este fator não permite que tenham principalmente uma participação ativa na organização como gostariam, por exemplo,

Acho que o fato do tempo, na questão laboral que estou atravessando neste momento, no meu centro de trabalho, não me permite a possibilidade de ter uma participação mais ativa dentro da organização como eu gostaria. (Participante H, tradução nossa).

Pelo contrário, também a sobrecarga da rotina da participação nas reuniões internas, oficinas ou eventos da Ashanti Peru não permite tempo suficiente para que as e os participantes possam explorar novos espaços e liderar outras atividades da organização ou assumir novos compromissos de atividades planejadas, por exemplo “Sim, obviamente a continuidade de participação nos eventos, oficinas ou simplesmente reuniões internas tem sido de alguma descontínuas na geração de atividades que foram planejadas.” (Participante G, tradução nossa)

Outra das dificuldades da participação na Ashanti Peru que apareceu nas falas foi a falta de tempo para dedicar-se às atividades pessoais fora da militância social e política, este fator do tempo para a atividades pessoais influi também no tempo de participação dentro da organização, por exemplo,

Mas cada quem aparte da organização tem uma vida, um trabalho, estuda, têm dificuldades, mais do que todo vai pelo compromisso ou o tempo que podem oferecer ao grupo, o que dificulta na participação. (Participante J, tradução nossa).

Todas as falas apontam às dificuldades da participação, destaca-se a questão da falta de tempo pela carga laboral da juventude afroperuana quem além de estudar, trabalham, existindo por vezes pouco espaço de tempo para participar nas atividades da Ashanti Peru, por outro lado, evidencia-se a rotina das oficinas e reuniões ordinárias que fazem que algumas vezes se desgastem e não acompanhem aos acordos tomados, ou que não liderem outras atividades. Nota-se que principalmente o fator de tempo é uma das maiores dificuldades.

O fato de que as e os participantes da Ashanti Peru manifestem que o tempo é uma de seus principais limitantes para a continuidade da sua participação nas atividades é um ponto favorável desde a perspectiva que são eles mesmos quem identificam a motivação por participar, mas o tempo não é suficiente.

É importante para a organização neste sentido saber que ainda sem o tempo suficiente para participar, as e os integrantes mantem a sua motivação e compromisso com a organização. Ao mencionar que a rotina das atividades também é um fator que impossibilita a participação em todas estas atividades identifica-se uma falência desgastante que pode ser dirigida pela organização com colaboração das e dos seus integrantes.

A segunda parte que procuramos abordar no grupo focal com as e os jovens afroperuanos é relacionado à afirmação que uma das dificuldades é a identidade institucional. As falas do debate mostraram as razões e os motivos que levam a essa afirmação; o que relataram as e os jovens afroperuanos foram: a falta de seguimento aos acordos das reuniões e a ausência de maiores espaços de lazer e socialização entre membros.

A falta de seguimento das atividades institucionais e dos acordos planejados nas reuniões internas da organização, por parte das e dos participantes é uma dificuldade relacionada à identidade institucional, as quais estão sendo trabalhadas para poder achar uma solução, por exemplo,

Eu acho que tivemos uma complicação, mas acho que se está solucionando pouco a pouco. O tempo que as pessoas vinham às reuniões da Ashanti para planificar coisas, mas ali acaba o assunto, não existia uma solidariedade ou algo que nos unira, além da luta. (Participante C, tradução nossa).

Outra questão destacada é a demanda de maiores espaços de lazer e socialização instrucional entre membros, para que o participar na Ashanti Peru não se torne uma obrigação e dever às suas convicções e lutas, estes espaços teriam que fortalecer a condição de se sentir em família, a união no que respeita à prática da mostra de valores sentimentais e afetos, por exemplo,

Na minha concepção, os espaços em geral incluindo os de socialização tem melhorado, ainda falta este ano para seguir fortalecendo-nos para que o espaço não se torne uma obrigação às convicções, mas sim, que seja um espaço em que a gente sinta uma total harmonia e um ambiente familiar. (Participante C, tradução nossa).

Todas as falas apontam nesta parte às dificuldades destacando-se o pouco tempo para compartilhar com algumas pessoas da organização momentos e experiências pessoais, além das formalidades das reuniões. Estes espaços de sociabilidade entre jovens são também muito importantes para eles e elas, uma vez que é um momento para fortalecer a convivência e compartilhar mais emoções e afetos. Dessa forma, gera-se um maior envolvimento e empatia entre as e os integrantes da Ashanti Peru, o que também se evidenciaria em um maior interesse por participar das atividades e de ser mais constantes nas reuniões planejadas.

A terceira e última questão que procuramos abordar no grupo focal é relacionada à afirmação da falta de comunicação dentro da organização o que torna uma dificuldades que afeta a participação na Ashanti Peru. As falas do debate mostraram uma única razão que levam a essa afirmação, segundo esta dificuldade as e os jovens afroperuanos relatam ao respeito dos mecanismos de comunicação interna.

As falas das e dos participantes apontam que os mecanismos de comunicação interna estabelecida pela diretiva não era entendíveis para todas e

todos, já que, as e os membros não ficavam sabendo de algumas atividades ou questões importantes que estavam acontecendo dentro da organização, por exemplo,

[...] foi o tema dos mecanismos de comunicação interna, às vezes não era tão flexível ou entendível para todos, e não contribuía para que as pessoas participantes estejam enterradas sobre o que está acontecendo, porém, não é limitante como um todo, mas, em algumas situações existe um desconhecimento. (Participante D, tradução nossa).

Estas falas apontam e destacam que a falta de comunicação interna é outra das suas debilidades que parte da recorrência do difícil trabalho e das experiências de ser parte de uma organização social, que têm como integrantes muitos jovens afroperuanos a nível nacional, e que parte do princípio da comunicação fluida de todos os acontecimentos, respeito ao desenvolvimento da organização de forma viável e clara.

- *Desafios da participação na Ashanti Peru*

A análise que observo os desafios da participação na Ashanti Peru por parte das e dos integrantes do grupo focal deram como resultado as seguintes questões: Colocar a agenda afroperuana no Estado, a reivindicação da cultura como ferramenta política, e a transversalidade das agendas de direitos humanos. A continuação, descreveremos com maior detalhe.

A primeira questão que procuramos abordar no grupo focal com as e os jovens afroperuanos é relacionada à afirmação que um dos desafios da participação na Ashanti Peru é de colocar a agenda de direitos da população afroperuana no Estado. As falas do debate mostraram as razões e os motivos que levam a essa afirmação, segundo os desafios da participação na organização, o que relataram as e os jovens afroperuanos foram: participar em espaços indiferentes à problemática afroperuana e mudar a visão do movimento afroperuano respeito aos seus jovens.

Uns dos desafios segundo as falas das e dos participantes é participar em espaços em que existam pessoas indiferentes ou rejeitem a problemática afroperuana e, mediante ao diálogo e à militância demonstrar a relevância da temática no marco dos direitos humanos para a população afroperuana e para a sociedade em geral, por exemplo,

O desafio é precisamente o que eu falava, ir aos espaços em que nós sabemos que vamos encontrar pessoas complicadas, porque todos tivemos a oportunidade de ir em congressos e espaços, em que a temática afro está como um tema sem importância, e ter que coloca-o em agenda e valoriza-o, isso eu acho, que é um desafio maior. (Participante A, tradução nossa).

Outra questão importante dos desafios apontada pelos participantes é participar em espaços do movimento afroperuano para demonstrar a capacidade e o compromisso que possui a juventude afroperuana nas reivindicações do movimento afroperuano, ao mesmo tempo mudar a visão respeito à luta e a participação política das e dos jovens afroperuanos, por exemplo,

Pessoas do movimento afroperuano veem outra forma distinta de fazer as coisas, desde sua perspectiva e não desde a perspectiva dos jovens, acreditam que não podemos. Então, é um desafio grande, uma vez que a gente está posicionando-se ali, posicionado o tema e ao mesmo tempo visibilizando e mostrando o que é Ashanti Perú. (Participante D, tradução nossa).

As falas apontam que, o desafio de colocar a agenda afroperuana está em defender os direitos da população afroperuana em todos os espaços sociais, políticos e de tomada de decisões, perante pessoas que rejeitem ou sejam indiferentes às demandas da população afroperuana. É muito característico que esta situação em lugar de desmotivar aos jovens afroperuanos e afroperuanas da Ashanti Peru, os impulse para continuar posicionando esta temática, e visibilizar suas demandas de forma contundente e comprometida. O papel que têm as e os jovens afroperuanos nestes espaços é muito importante.

Por outro lado, está também o desafio de demonstrar às lideranças do movimento afroperuano sobre a importância da demanda das e dos jovens afroperuanos, além de posicionar-se dentro de um setor com representatividade, já que, historicamente a juventude em geral foi relegada e excluída destes espaços, aludindo à pouca madures e falta de compromisso, porém com a participação das e dos jovens se pode evidenciar que a juventude desta geração é muito mais motivada e ativa no que diz respeito aos problemas sociais, precisando de um espaço para sua participação política.

A segunda questão que abordamos no grupo focal é relacionada à afirmação que outro dos desafios da participação na Ashanti Peru é a reivindicação da cultura afroperuana como ferramenta política. As respostas do debate mostraram as razões e os motivos que levam a essa afirmação, segundo os desafios da sua participação na organização, o que relataram as e os jovens afroperuanos foram: Reconhecer e promover o cultural como uma ferramenta política, abrir o espaço na Ashanti Peru para quem pratica a cultura afroperuana, desenhar uma estratégia cultural afroperuana nas intervenções urbanas.

Como já foi afirmado, reconhecer e promover a cultura afroperuana como uma ferramenta política é uns dos grandes desafios das e dos participantes, em outras palavras, trata-se de tomar o cultural como uma ferramenta que vem de uma raiz política da população afroperuana em vários espaços e períodos da sua história, por exemplo,

Então, eu acho que deveríamos retomar o tema do cultural e dar-nos conta que é uma ferramenta que vem de uma raiz política e que nós não temos sabido utilizar corretamente, e essa é uma das missões que temos como Ashanti, ou seja, como organização e logo como parte do movimento afroperuano, eu acho que essa é uma das missões que temos a fazer dentro do movimento afroperuano. (Participante A, tradução nossa)

Ao mesmo tempo, outro dos desafios é a demanda para abrir um espaço na Ashanti Peru para quem praticam a cultura afroperuana, ao mesmo tempo mudar a sua percepção de barreira para sua participação na organização, através de atividades de sensibilização e conscientização, como por exemplo, “Eu acho, que

existem pessoas que parecem como se fossem barreiras, mas depende de nós irmos falar com eles, para desconstruir qualquer barreira.” (Participante G, tradução nossa)

Por último, como uns dos desafios refletidos pelos e pelas participantes é de elaborar uma estratégia cultural afroperuana com uma mensagem de reivindicação política, com a finalidade de ter uma maior quantidade de convocatória nas intervenções urbanas da organização, por exemplo,

Começar a intervir neste outros espaços e politiza-os para continuar com nosso objetivo que é visibilizar e reivindicar a identidade afroperuana, eu acho também que devemos replantar às nossas estratégias para ter uma maior quantidade de convocatória e intervenções públicas. (Participante C, tradução nossa).

Todas as falas apontam à reivindicação da cultura como ferramenta política, sendo assim, uns dos desafios por parte das e dos jovens afroperuanos é trabalhar e posicionar a questão cultural como ferramenta política e estratégica. A intenção da Ashanti Peru não formar uma barreira para que as pessoas pratiquem e fomentem a cultura afroperuana, uma vez que, reorganizar as práticas e atividades da organização para dar este enfoque às intervenções urbanas.

A terceira e última questão que abordarmos no grupo focal com as e os jovens afroperuanos está relacionada à afirmação dos desafios da participação e transversalidade das agendas de direitos humanos na organização. O debate mostrou as razões que desenvolveram dita afirmação, segundo os desafios da sua participação na organização, o que relataram as e os jovens afroperuanos foram: Continuar em uma transversalidade das agendas dos direitos humanos nos discursos e apostar por um discurso de emancipação política e humana.

É de grande importância para a organização o contínuo trabalho da transversalidade nas agendas dos direitos humanos, dos discursos sociais e políticos, da mesma forma, considera-se relevante as ajudadas por parte das organizações aliadas, uma vez que, as pessoas reconheçam a Ashanti Peru como uma organização forte, por exemplo.

Eu acho que outro desafio é continuar por essa transversalização de agendas no nossos discursos e que cada vez comecemos mais a potencializar cada vez isso, eu acho que se há avançado muito nesse aspecto mas nos queda também continuar, eu acho que esse caminho nunca acaba de seguir pela transversalização de agendas e que isso é algo que nos há ajudado a estabelecer alianças com outros movimentos e que nos há ajudado muito nos espaços de incidência de que as pessoas reconhecem a ashanti como uma organização forte. (Participante C, tradução nossa).

Em relação à necessidade de apostar na luta da Ashanti Peru um discurso de emancipação política e humana, as falas das e dos participantes consideram que ter um discurso mais integrador e transversal na luta pelos direitos humanos favorece à luta por um projeto nacional muito mais justo, não somente, para a população afroperuana senão para a sociedade em geral. A intenção da Ashanti Peru é não se focalizar só na luta da população afroperuana, mas também, em todas as lutas, uma vez que todas são importantes e prioritárias, por exemplo,

Tem-se liberado muitos discursos por parte de outros movimentos de que existem lutas prioritárias e que as outras lutas não são tão importantes, porém, deve-se apostar muito por um projeto nacional mais equitativo para todos e para todas. (Participante C, tradução nossa).

As falas apontaram que a transversalidade é um viés que deve permanecer nas agendas das lutas pelos direitos humanos, tanto nos discursos político como nas atividades da Ashanti Peru, além de permitir estabelecer alianças com outros setores em estado de vulnerabilidade social como a população indígena e a comunidade LGTBI, permitindo dessa maneira, que a mensagem e a agenda da Ashanti Peru seja assumida por outras organizações e movimentos sociais, no caminho de um projeto nacional inclusivo.

6 CONCLUSÕES

Como já foi assinalado, a principal proposta e objetivo deste estudo foi analisar e compreender a influencia da Ashanti Peru na Rede Peruana de Jovens Afrodescendentes na participação política das juventudes afroperuanas partindo de uma pesquisa realizada na cidade de Lima, no Peru. A partir deste objetivo e da discussão teórica, estabelecemos as seguintes considerações finais.

Podemos concluir que uma das lutas e desafios fortes dos jovens afroperuanos e afroperuanas é visibilizar novas experiências contra as manifestações do racismo e a discriminação na América Latina, sendo que particularmente no Peru a brancura continua camuflando-se como um fator de superioridade. A abolição da escravidão não conseguiu superar os problemas de racismo e desigualdade étnico-racial. Isso é uma das justificações, já que América Latina é hoje uma das sociedades com os maiores intervalos de desigualdade no mundo. Acreditamos, efetivamente sem sombra de dúvidas que a escravidão deixou aos negros e negras no Peru no último bloco da hierarquia social e econômica, sendo que, nenhum Estado se interessou por fazer políticas que possam inserir ao negro e negra na sociedade.

No Peru, a população e juventude afroperuana mora particularmente nos bairros mais pobres das zonas urbano-marginais do litoral do país e é considerado um grupo vulnerável e minoritário em comparação ao resto da população nacional, não se possui um Censo oficial sobre a quantidade populacional da população afroperuana. Além da falta da existência de estes dados nacionais, as práticas racistas na escravidão e no pós colonialismo fizeram que o Peru seja uns dos poucos países da América, onde se perdeu a língua africana, e a prática africana propriamente dita, afetando dessa maneira, na identidade da população peruana afrodescendente.

O debate do racismo no Peru não é mais do que um debate conjuntural sem reflexões nas políticas públicas concretas e efetivas que possam beneficiar à população afroperuana. Acredita-se que a participação política da população e juventude afroperuana incentiva o reconhecimento étnico racial e a visibilidade do seu aporte ao país, esse seria uns dos seus desafios ante uma estrutura política

complexa que as e os limita no seu desenvolvimento da participação nesses espaços. Na atualidade, o Peru é um dos poucos países da América Latina que continua com um crescimento econômico sustentável, porém, esse crescimento não se tornou em um desenvolvimento social e econômico para as populações afroperuanas. A baixa qualidade dos serviços de educação, saúde e trabalho afeta drasticamente as comunidades afroperuanas o que afeta a falta de identidade das e dos seus jovens.

O Peru encontra-se vivenciando uma democracia com uma diminuição de representação política por parte das e dos afrodescendentes nas decisões políticas do país, sem uma quantidade significativa deles e delas dentro dos espaços de participação política. A população peruana encontra-se em uma condição de uma apartheid social, o que se tornou uma opressão do corpo para uma opressão das mentes das pessoas ao respeito à população afroperuana. Os canais atuais da democracia no Peru não permite que as e os afrodescendentes adultos e jovens possam exercer a cidadania e o respeito dos seus direitos humanos. A tradição histórica de repressão, opressão, violência e discriminação que atravessaram as e os afroperuanos influenciaram na falta da participação política dos seus integrantes, somado a este fator o preconceito que se tem sobre a política. A população e juventude afroperuana precisa de um sistema plenamente participativo e de controle social com o Estado, como parte do seu processo de emancipação política e humana.

O surgimento dos novos movimentos sócias em América Latina afirmam que a desigualdade econômica não é a única forma de opressão, mas também que existe uma desigualdade social e cultural, por conseguinte, na década de 1980 estabeleceu-se no Peru o movimento afroperuano; dito movimento não é estabelecido principalmente por comunidades afroperuanas, é um grupo conformado por associações civis, ONGs, organizações culturais, locais entre outras. Esses movimentos têm avanços significativos nos direitos humanos da população afroperuana, mas ainda têm desafios maiores de mudanças estruturares que podem reverter a situação de exclusão das e dos afroperuanos. As e os jovens afroperuanos organizados são a renovação geracional da luta política dos direitos humanos do movimento afroperuano, entre eles a Ashanti Peru. Afirma-se, neste trabalho que é fundamental abrir um espaço para a preparação política com práticas

de inclusão social e ações afirmativas em jovens afroperuanos e afroperuanas que possam fazer frente à falta de representação política da população afroperuana.

No questionário realizou-se a construção dos perfis das e dos participantes da Ashanti Peru a nível nacional, dita construção possibilitou observar que as e os jovens participantes encontram-se em uma faixa etária de 16 a 29 anos, existindo uma maior número de participantes das idades de 23 a 29 anos, identificados amplamente como afroperuanos e afroperuanas, observou-se que existe uma pequena maioria de gênero masculino em comparação ao feminino. Na sua maioria moram em zona urbana e contam com estudos universitários. É preciso destacar que são majoritariamente as e os jovens com estudos universitários os conseguem chegar à Ashanti Peru.

O fato de serem jovens com um nível de escolaridade maior foi um fator relevante para que eles e elas se motivarem a procurar de um espaço que contenha discussões de identidade e questão racial, como o afirmam as falas. No campo acadêmico e universitário eles e elas entram em contato com alguns espaços onde ficam mobilizados, porém este espaço acadêmico não oferece respostas suficientes na questão da identidade e da participação política, devido a isso, procuram um espaço como a Ashanti Peru.

No questionário sobre a participação política da Ashanti Peru a nível nacional existe um setor dos jovens afroperuanos e afroperuanas que está participando ativamente nos espaços de negociação e de tomada de decisões, embora existe um considerável setor de jovens afroperuanos e afroperuanas que não participam desses espaços. Por outro lado, a maioria das e dos integrantes da Ashanti Peru não participam de um partido político, pelo contrário, participam politicamente por outras vias de conhecimento democrático, como congressos, conferências ou espaços de negociação com o Estado. Destaca-se que grande parte deles e delas participam em outros espaços sociais e transmitem o aprendido na Ashanti Peru, dessa forma, colocam em relevância as ações, causas e demandas da população afroperuana. É interessante observar que as e os jovens afroperuanos são agentes multiplicadores da luta dos direitos humanos.

Por último, sobre a percepção do racismo, a discriminação e a violência no país, as e os participantes apontam que o país de hoje é pouco democrático,

bastante conflitivo, muito racista, muito machista, muito homofônico e pouco equitativo, e que, para as e os afrodescendentes existe hoje no Peru um alto índice de intolerância em todos os âmbitos, conseqüentemente, a democracia e a justiça é um desafio alarmante para esta nova geração.

No grupo focal se evidenciou o importante papel das redes sociais para a difusão e a chegada das e dos jovens afroperuanos e afroperuanas na Ashanti Peru, dado que, comprovou-se que maioria dos jovens fez contato com a organização através das redes sociais, ressalta-se da mesma forma, o trabalho da visibilidade que realiza a Ashanti Peru com a finalidade de se posicionar-se no espaço virtual, além disso, observou-se que a academia no Peru não oferece garantias para poder reforçar a identidade das e dos jovens afroperuanos, uma vez que, faltam pesquisas e espaços de compromisso com a luta dos direitos humanos da população afroperuana.

Dentro das motivações iniciais para fazer parte da Ashanti Peru, o incentivo mais contundente foi o fato de pertencer a um espaço de aprendizagem, discussão social e participação política com identidade, este é um espaço único que oferece a Ashanti Peru com a juventude afroperuana, por conseqüência conclui-se que é importante gerar espaços de debate, em razão que, as e os jovens afroperuanos procuram espaços de participação de aprendizagem em que possam obter ferramentas para mudar a realidade social do Peru, ao respeito da invisibilidade, o racismo e a discriminação.

A inserção das e dos jovens afroperuanos na Ashanti Peru passou inicialmente por um processo de formalização muito flexível, já que, ao início do processo o ingresso era por meio de contatos diretos, porém, atualmente o processo de indução consta de um espaço de formação e preparação para as e os futuros integrantes, o que revela o grado de maturidade e seriedade da organização.

As motivações que possuem as e os participantes para ficar até hoje na organização apontam desde o fortalecimento como também promoção da identidade afroperuana e o dinamismo da organização pela luta racial e a transversalidade de agendas. Outras das motivações para ficar na Ashanti e que é relevante nas falas do grupo é que a organização tornou-se uma relação familiar, onde se tem um espaço aberto para fazer atividades, ações de educação comunitária e a incidência política

até hoje, vão inicialmente ao marco do fortalecimento da identidade e a luta pela questão racial. Manifestou-se um importante reconhecimento pela necessidade de intervir em espaços políticos e sociais, na participação e lutas por visibilizar a agenda afroperuana. É interessante encontrar essas motivações de maneira relevante nas e nos jovens afroperuanos nesta etapa do período social e político do país, mas também é uma esperança de continuar com o fortalecimento do movimento nacional afroperuano.

Sobre as falas da influencia do fenótipo para participar na Ashanti Peru ressaltam que o fenótipo não é requisito para participar da organização, porque a identidade afroperuana vai além da cor da pele das pessoas, simplesmente depende da motivação por querer ser parte da Ashanti Peru e somar a suas reivindicações. Porém, as e os participantes apontam que existe uma desinformação nesse sentido por parte da sociedade peruana que acreditam na necessidade de ter uma cor de pele escura para poder participar da organização. Por outro lado, as e os participantes apontam que ainda existem pessoas no Peru que questionam a existência de um espaço como a Ashanti Peru, de luta pelos direitos humanos das e dos afroperuanos.

Neste trabalho, confirma-se que a Ashanti Peru sim influencia e motiva à participação política das e dos seus membros, através da necessidade de lutar nos mecanismos políticos para mudar a realidade afroperuana, porque no Peru as e os afroperuanos não têm uma educação de participação política e cidadã de direitos das e dos afroperuanos e na Ashanti Peru eles e elas encontram esse espaço, da mesma forma, a Ashanti Peru oferece ferramentas técnicas, como políticas para posicionar a agenda política das e dos afroperuanos e de outros grupos em situação de vulnerabilidade. A Ashanti Peru dá oportunidade aos jovens afroperuanos e afroperuanas de gerar alianças com outras organizações e movimentos sociais e com isso, somar lutas contra a discriminação e pela inclusão social. Chama a atenção que nenhum das e dos participantes manifestou uma posição contrária a estas afirmações.

A Ashanti Peru conseguiu mobilizar à participação política das e dos seus membros, sendo que alguns de seus integrantes estão participando em partidos políticos e outros espaços democráticos, por outro lado, também influenciou

positivamente seus integrantes, uma vez que, sentem-se como fonte de inspiração para outros jovens e adolescentes afroperuanos que gostariam ser parte do presente e do futuro do movimento afroperuano. Algumas das experiências que influenciaram e motivaram aos jovens afroperuanos e afroperuanas a seguir participando da Ashanti Peru estão relacionadas a aprendizagem de fazer alianças com outros grupos sociais e vulneráveis como organizações indígenas, LGBTI, feministas e pessoas com deficiência. Esta experiência da Ashanti Peru de somar lutas e agrupar-se com outros grupos sociais é muito interessante, já que, permite fortalecer um movimento por demandas dos direitos humanos em geral, compartilhar experiências de discriminação, injustiça social, e fomentar uma grande rede de aliados e aliadas nos diferentes espaços sociais e políticos. As e os jovens da Ashanti Peru demandam a politização da cultura afroperuana como uma ferramenta adicional a sua luta e militância política.

A falta da prática da cultura afroperuana nas atividades da Ashanti Peru foi muito debatida e gerou diversas posições, entre elas alguns das e dos jovens não estiveram de acordo com a falta da prática da cultura afroperuana, mas outros respaldaram à instituição por não ter incorporado as práticas culturais, uma vez que, é um caminho para sair dos estereótipos do imaginário coletivo que observa às organizações afroperuanas sempre ligadas à dança e à música, e manifestaram o seu compromisso de explorar uma resistência plenamente de participação política.

É interessante ressaltar, como uma das conclusões desse debate, a necessidade de politizar a cultura afroperuana, já que é um mecanismo necessário de continuar a resistência herdada das e dos antepassados escravizados, sendo que é uma alternativa para que as e os jovens afroperuanos e afroperuanas menos escolarizados se incorporem à Ashanti Peru utilizando estas ferramentas que têm maior familiaridade como um mecanismo político nas periferias e nos bairros urbano-marginais do Peru. Portanto, as e os jovens afroperuanos acreditam que a questão da participação política promovida pela identidade é um valor agregado, e que motiva à participação e não reproduz as formas estereotipadas do afroperuano visto somente relacionado à questão cultural da dança e da música, posto que, as e os jovens que se somaram à Ashanti Peru já tinham na sua maioria um nível de escolaridade superior e já estavam motivados para participar politicamente, sendo assim, a Ashanti peru ajudou ao se desenvolvimento do tema.

Entre os avanços da Ashanti Peru estão a sua estrutura e organização ao respeito da suas ações, já que favorece o compromisso de participar nas atividades, outro dos seus avanços é ter mais oportunidades de participação em espaços nacionais e internacionais de jovens, através de, conferências e propondo políticas públicas, por último um dos avanços que é relevante foi fortalecimento da identidade afroperuana, já que, muitos deles e delas encontraram a sua identidade na Ashanti Peru apontando o seu auto-reconhecimento como afroperuanos e afroperuanas.

As dificuldades mais relevantes em quanto à participação na Ashanti Peru foram a falta de tempo das e dos participantes para cumprir com o compromisso demandado pela organização, o que é entendível, pois é uma problemática de muitas organizações que trabalham com jovens, já que o jovem estuda, trabalha, tem vida social e alguns participam de outros grupos. É uma dificuldade, que com a realização de novas estratégias e atividades nas reuniões, se pode solucionar.

Entre os desafios da Ashanti Peru na participação política para concretizar o seu objetivo foi ressaltado o posicionamento das demandas da juventude afroperuana em espaços de tomada de decisões, devido que, como foi mencionado, a agenda racial e intercultural no Peru está generalizada aludindo mais às populações indígenas do que à juventude afroperuana. É um desafio que as e os jovens afroperuanos visibilizem com maior força as suas participações, através da sua atuação e compromisso ativo na Ashanti Peru como uma organização reconhecida a nível nacional em referência à participação política.

A Ashanti Peru é um exemplo e experiência organizativa de defesa dos direitos humanos das e dos jovens afrodescendentes que se pode expandir na América Latina, para poder gerar uma renovação geracional do movimento afrodescendentes no continente e ter lideranças novas que possuam uma perspectiva e compromisso do fazer militante na política do movimento afrodescendente, na procura de novas conquistas e políticas da inclusão social.

REFERÊNCIAS

AGUIRRE, Carlos. Silencios y ecos: la historia y el legado de la abolición de la esclavitud en Haití y Perú. In: **Seminario internacional sobre la abolición de la esclavitud y sus procesos de manumisión en el Perú, américa y el caribe**. Lima: CEDET. 2004.

ALÍ, Omar H. (2014) **Un Legado de Trabajo y de Cultura Negra**. EEUU: Revista Harvard Review of Latin America. Disponível em: <<http://revista.drclas.harvard.edu/book/afro-per%C3%BA-0>> (acesso em 02 dez 2016)

AMARAL, Wagner R. A Política de educação de jovens e adultos desenvolvida pela APEART no Paraná: recontando sua historia e seus princípios, seus passos e (des)compasos. 2003. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, **Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”**, Marília. 2003. P. 80 – 97.

AMES COBIÁN, Rolando. **Simposio y coloquio sobre Sociedad civil, juventud y participación política**. Compilado por Marlene Castillo. Lima: APOYO. 1999.

BOBBIO, Nolberto. **A Era dos Direitos**. Rio de Janeiro: Campus. 1992.

BORON, Atilio. A. **Pós Neoliberalismo II: Que Estado para que democracia?** Rio de Janeiro: ed. Vozes. 1999.

CARVALHO, Maria Luiza. Movimentos Sociais: Gênese e principais enfoques conceptuais. **Revista Kairos Gerontologia**. São Paulo: v.4, n.2, p.13-38, dez. 2001.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra. 1999.

CEDEMUNEP. **Más allá del perdón histórico**. Informe sobre la situación de derechos humanos del pueblo afroperuano. Lima: CEDEMUNEP. 2011.

CEPAL **Las TIC para el crecimiento y la igualdad**: renovando las estrategias de la sociedad de la información, *in Tercera Conferencia Ministerial sobre la Sociedad de la Información de América Latina y el Caribe*. Lima: CEPAL. 2010.

CHAVEZ, Jorge. **¿Los jóvenes a la obra?** Juventud y participación política. Lima: Agenda. 1999.

CIMARRONES. **Mapa Geoétnico de las comunidades afroperuanas**. Lima, 2002: CIMARRONES. Disponível em: <http://www.cimarrones-peru.org/graficos/mapa_geoetnico.jpg>. Acesso em: 08 set. 2016.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex, in **A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine**, Feminist Theory, and Antiracist Politics. Chicago: University of Chicago Legal Forum. 1989.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. São Paulo: EDUSC. 1999.

DAGNINO, Evelina. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. **Revista Política e Sociedade**. Santa Catarina, n.5, p.139–164, out. 2004a.

DAGNINO, Evelina. ¿Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In Daniel Mato (coord.). **Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización**. Caracas: FACES, pp. 95-110. 2004b.

DAGNINO, Evelina *et al.* Cultura democrática e cidadania. **Opinião Pública**, Campinas, v.1, p. 20-71, nov. 1998.

DANTAS, Carolina Vianna. Racialização e mobilização negra nas primeiras décadas republicanas. **Revista Cadernos Penesb**, Rio de Janeiro/Niteroi n. 12, p.141-152. 2010.

DRINOT, Paulo. Una vana pretensión: negar el racismo en el Perú, in **Racismo, ¿solo un juego de palabras?** Debate a partir del conversatorio: “Racismo y desigualdad en la historia del Perú”, del Ministerio de Cultura. Lima: IEP. 2014.

ESPING–ANDERSEN, Gosta. As três economias políticas do Welfare State. **Lua Nova**. São Paulo, n.24, Sep. 1991.

FANON, F. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. Salvador: EDUFBA. 2008

GONÇALVES, Maria das Graças. Subjetividade e negritude. **Revista Cadernos Penesb**, Rio de Janeiro/Niteroi n. 12, p.369-383. 2010.

GUERREIRO, Rafael. Desigualdade racial e Mobilidade Social No Brasil: Um Balanço Das Teorias in Theodoro, Mário (Org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil 120 anos após a abolição**. Brasília, DF: IPEA. 2008.

HALL, Stuart. **Da diáspora identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG. 2003.

HASENBALG, Carlos. **Discriminações e desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal. 1979.

_____. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG. 2005.

JACCOUD, Luciana. Racismo e república: o debate sobre o branqueamento e a discriminação racial no Brasil in THEODORO, Mário (Org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil 120 anos após a abolição**. Brasília, DF: IPEA. 2008.

JAVE, Iris; UCHUYPOMA, Diego. **¿Quién dijo que sería fácil?** Liderazgo político de regidoras jóvenes en Lima. Lima: IDEHPUCP. 2013.

JELIN, Elizabeth; HERSHBERG, Eric. **Construindo a Democracia: Direitos Humanos, Cidadania, e Sociedade na América Latina**. São Paulo: EDUSP. 2006.

JO YARMA, Aland. **La participación de los jóvenes en las políticas locales**. Lima: KAS. 2007.

KEINET, Tania M. **Administração pública no Brasil: Crises e mudanças de paradigmas**. São Paulo: Annablume. 2000.

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia: estudos culturais, identidade e política entre o moderno e o pós-moderno**. São Paulo: Bauru-EDUSC. 2001.

KRÜGER, Tânia Regina. Participação da comunidade: 20 anos de diretriz constitucional. **Revista Emancipação**. Ponta Grossa, v.8, n.2, p.75-90. 2008

LIMA, Monica. História da África. **Revista Cadernos Penesb**, Rio de Janeiro/Niteroi n. 12, p.23-68. 2010.

MARX, Karl. **A questão judaica**. 2. ed. São Paulo: Moraes. 1991.

MOTTA, Fernando C. Prestes. **O que é burocracia**. Serie Ensaio, n.9. São Paulo: Atica. 1981.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade nacional versus identidade negra**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica. 2008.

_____. Teoria social e relações raciais no Brasil contemporâneo. **Revista Cadernos Penesb**, Rio de Janeiro/Niteroi n. 12, p.169-204. 2010.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. Identidade, cidadania e democracia: algumas reflexões sobre os discursos anti-racistas no Brasil. In: SPINK, Mary Jane Paris (Org.) **A cidadania em construção: uma reflexão transdisciplinar**. São Paulo: Cortez. 1994.

NASCIMENTO, João; DA ROCHA, Valdirene; CANTOIA, Danuta. A Política Nacional de Participação Social: apontamentos sobre a relação do Estado com a sociedade civil brasileira in **Revista SER Social**. Brasília, v. 17, n. 36, p.84-106, jan./jun. 2015.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Um Estado para a sociedade civil**. Temas éticos e políticos da gestão democrática. São Paulo: Cortez. 2004.

NOVAES, Sílvia Caiuby. **Jogo de espelhos**. São Paulo: EDUSP. 1993.

OLIVEIRA, Hilda Correa. O protagonismo dos usuários nos conselhos: Desafio aos assistentes sociais in O serviço social e os conselhos de direitos e de políticas. **Revista em Foco-CRESS/RJ**. Rio de Janeiro, n.4, p.33-42, ago. 2008.

OLIVEIRA, Andreia. Expressões e tendências da participação em saúde na Atenção Primária à Saúde in **Revista SER Social**. Brasília, v.17, n.36, p.104-123, jan-jun. 2015.

OLIVEIRA, Iolanda de; SACRAMENTO, Mônica Pereira do (2010). Raça, currículo e práxis pedagógica: relações raciais e educação: o diálogo teoria/prática na formação de profissionais do magistério. **Revista Cadernos Penesb**. Rio de Janeiro/Niteroi n. 12, p. 205-284. 2010.

ONU. Comité de las naciones unidas para la eliminación de la discriminación racial CERD. **Observaciones finales sobre los informes periódicos decimotavo a vigésimo primero de Perú.** Lima, 2014. Disponible em: <http://acnudh.org/wp-content/uploads/2014/08/CERD_C_PER_CO_18-21_18103_S.pdf>. Acceso em: 10 oct. 2016.

ORGANIZACIÓN DE LOS ESTADOS AMERICANOS. **Estándares de protección de afrodescendientes en el sistema interamericano.** EEUU: OAS-Documentos Oficiales. 2011.

PATEMAM, Carole. **Participação e Teoria democrática.** Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1992.

PERU. CVR Informe Final. **Comisión de la verdad y reconciliación.** Lima. 2003.

_____. Defensoría del pueblo. **Los afrodescendientes en el Perú.** Una aproximación a su realidad y al ejercicio de sus derechos. Lima: Informe de Adjuntía N° 003-2011-DP/ADHPD. 2013.

_____. Instituto Nacional de Estadística e Informática. **Encuesta nacional continua ENCO.** 2006.

_____. Instituto Nacional de Defensa Civil INCECI. **Lecciones aprendidas del sur – sismo de pisco.** Lima: Soluciones prácticas–ITDG, DFID. 2009.

_____. Ministerio de Cultura. **Estudio especializado para la población afroperuana EEPA.** Lima: Grade. 2015a.

_____. Secretaria Nacional de la Juventud. **Guía para la implementación de espacios de participación juvenil en los ámbitos regionales y locales.** Lima: SENAJU. 2010

_____. Secretaria Nacional de la Juventud. **Juventud rural, indígena y afrodescendiente: estado situacional.** Lima: SENAJU. 2011.

_____. Secretaria Nacional de la Juventud. **Informe nacional de las juventudes en el Perú.** Lima: SENAJU. 2015b.

PERUZZO, C.M.K. **Comunicação e Culturas Populares.** São Paulo: UFES/Intercom. 1995.

PRO SANTANA, Martha. **Derechos humanos, desafíos y perspectivas de las y los afroperuanos**. New York: Estudio Monográfico. Hunter College of The City University of New York. 2006.

RAMIREZ, Jorge Antonio. **Racismo, derechos humanos, inclusión social**. Afrodescendientes en el Perú. Lima: IRP. 2006.

REYNOSO, Cecilia; ORÉ, Gustavo; CARRILLO, Mónica. **Políticas públicas y afrodescendientes en el Perú**. Lima: LUNDU. 2010.

ROCHABRÚN, Guillermo. Una vana pretensión: ser racista en el Perú, in **Racismo, ¿solo un juego de palabras?** Debate a partir del conversatorio: "Racismo y desigualdad en la historia del Perú", del Ministerio de Cultura. Serie Diversidad Cultural 1. Lima: IEP. 2014.

SABARIEGO, Manuel Jesús. La globalización de las relaciones entre cultura y política: una nueva ecología social de la identificación. In: MUÑOZ, Francisco A. et al (Org.) **Investigación de la paz y los derechos humanos desde Andalucía**. GRANADA: Universidad de Granada, p. 437, 456. 2005.

SÁNCHEZ, Julia Maribel. Aporte cultural de los afrodescendientes a las artes plásticas: una integración de las razas en el Perú de Arguedas y Ricardo Palma in **Historia del pueblo afroperuano y sus aportes a la cultura en el Perú**. Lima: Compilación del Sexto concurso de Patrimonio Cultural en el Aula. 2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Los Nuevos Movimientos Sociales in **Observatorio social de América Latina OSAL**. Buenos Aires: CLACSO. 2001.

SANZ MORAL, Jesús. Los jóvenes en la política y la política en los jóvenes. **Revista Agora Política**. Quito, v. 4, n. 7, p.9-29. 2013.

SCHERER - WARREN, Ilse. **Movimentos Sociais: um ensaio de interpretação sociológica**. Florianópolis: UFSC.1984.

TELLES, Vera. **Direitos Sociais**. Afinal do que se trata? Belo Horizonte: UFMG. 2006.

TRANSPARENCIA. **Informe de candidatos y candidatas en las Elecciones Regionales y Municipales 2014**. Lima: Transparencia Perú. 2014.

VALDIVIA, Néstor. **Las Organizaciones de la Población Afrodescendiente en el Perú**. Discursos de Identidad y Demandas de Reconocimiento. Lima: GRADE. 2013.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. Rumos da ordem pública no Brasil. A construção do público. **Revista São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, v.10, n.4, p.96-106. 1996.

APÊNDICES

APÉNDICE A

ROTEIRO DO GRUPO FOCAL

- 1. ¿Cómo fue su proceso de inserción a Ashanti Perú?**
 - ¿Cómo llegaron a Ashanti Perú?
 - ¿Qué les motivó a integrar y ser parte de Ashanti Perú?
- 2. ¿En qué medida creen que la participación en Ashanti Perú influye y motiva la participación política de la juventud afroperuana?**
 - ¿A partir de su participación en Ashanti Perú, ustedes comenzaron a participar políticamente como jóvenes afroperuanos? Por qué? ¿Cómo?
 - ¿Cuánto la participación en Ashanti Perú te motivó a participar políticamente como joven afroperuano/a?
- 3. ¿Cuáles fueron los avances, dificultades y desafíos de su participación en Ashanti Perú?**
 - ¿Existen dificultades para su participación activa en Ashanti Perú? ¿Cuáles?
 - ¿Cuáles han sido las principales contribuciones de Ashanti Perú a los jóvenes afroperuanos?

Encuestador	ENCUESTA DIRIGIDA A JÓVENES DE ASHANTI PERU ACERCA DE SUS PERCEPCIONES SOBRE LA SITUACIÓN Y PARTICIPACIÓN POLÍTICA DE LA JUVENTUD AFROPERUANA						Nº de encuesta:	
	Región		Provincia		Lugar donde se realiza la encuesta:			
	Distrito de Residencia		Zona	Rural		Urbana		
	Nombre del encuestador:						Fecha:	

SECCIÓN I. DATOS GENERALES									
1.1. Sexo:	Masculino		Femenino			1.2. Edad:			
1.3. ¿Cómo te percibes a nivel étnico-racial?									
Afroperuano/a		Negro/a		Mulato/a		Ninguno			
Zambo/a		Moreno/a		Sacalagua		Otro: _____			
1.5. ¿Cuál es su máximo nivel educativo alcanzado?: (marque solo una opción)									
Ninguno				Superior técnica incompleta					
Inicial o primaria incompleta				Superior técnica completa					
Primaria completa				Superior universitaria incompleta					
Secundaria incompleta				Superior universitaria completa					
Secundaria completa				Posgrado					
1.6. ¿Con quién o quienes vive actualmente? (puede marcar más de una alternativa)									
Padre		Hijo/a		Otros familiares					
Madre		Pareja		Solo					
Hermanos/as		Amigos/as		Otros (especificar):					
1.7. ¿Cuál es su estado civil actual?: (marque una sola opción)									
Soltero/a		Casado/a		Conviviente		Divorciado/a		Separado/a	Viudo/a
1.8. ¿Tiene hijos? Sí No 1.8.1 (Si es sí) ¿Cuántos?									
1.9. ¿Actualmente usted se encuentra...?									
Solo trabajando				Solo se dedica a las labores del hogar					←Pase 1.10
Solo estudiando				No trabaja ni estudia					←Pase 1.10
Pase 1.9.2 →									
Trabajando y estudiando a la vez									
1.9.1 ¿Cuál es su condición laboral?									
Independiente / trabaja por cuenta propia				Empleado/a del sector privado					←Pase 1.9.1.2
Empleado/a del sector público				Otro: _____					
1.9.1.1 En caso de ser independiente o trabajar por cuenta propia, ¿Cuál es el tipo de trabajo que realiza?									
Profesional (doctor/a, abogado/a, etc.)				Agricultor/a, campesino/a					
Dueño/a de negocio				Venta ambulatoria					
1.9.1.2 En caso de trabajar en el sector público o privado, ¿Cuál es el tipo de trabajo que realiza?									
Profesional				Obrero/a					
Alto ejecutivo/a (Gerente, Director/a)				Otro (especificar):					
Ejecutivo/a de mando medio									
1.9.2 ¿Qué estudia? (carrera y tipo de institución)									
1.10. ¿En qué tipo de institución educativa estudió? Pública Privada									
1.11. En su educación escolar ¿Cuánta información recibió sobre la historia de la población afroperuana?									
Bastante		Poco		Nada		No sabe			
1.12. En cuanto al total [de su ingreso] [si vive con su familia preguntar: del ingreso familiar], ¿en cuál de estas situaciones se encuentra?									
Le/s alcanza bien, puede/n ahorrar				Le/s alcanza justo, no tiene/n grandes dificultades					
No le/s alcanza, tiene/n dificultades				No le/s alcanza, tiene/n grandes dificultades					

SECCIÓN II. POLÍTICA, DERECHOS Y PARTICIPACIÓN

2.1 ¿Hace cuantos años viene participando en Ashanti Perú?							
0 – 1 año	<input type="checkbox"/>	3 – 4 años	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>			
1 – 2 años	<input type="checkbox"/>	4 – 5 años	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>			
2 – 3 años	<input type="checkbox"/>	5 - a más	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>			
2.2 ¿Considera que las y los jóvenes afroperuanos tienen dificultades para participar políticamente?							
Mucho	<input type="checkbox"/>	Poco	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>			
Bastante	<input type="checkbox"/>	Nada	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>			
Regular	<input type="checkbox"/>	No sabe	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>			
2.3 ¿Cuánto la participación en espacios como Ashanti Perú motiva a la participación política de la Juventud Afroperuana?							
Mucho	<input type="checkbox"/>	Poco	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>			
Bastante	<input type="checkbox"/>	Nada	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>			
Regular	<input type="checkbox"/>	No sabe	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>			
2.4. ¿Participó alguna vez en algún espacio de tomada de decisiones del Estado representando a la juventud afroperuana?:		Sí	<input type="checkbox"/>	No	<input type="checkbox"/>	← Pase 2.5	
2.4.1 ¿Cuál?							
2.4.2 ¿Cuántas veces?							
2.5. ¿Participa actualmente en algún partido político?:		Sí	<input type="checkbox"/>	No	<input type="checkbox"/>	← Pase 2.6	
2.5.1 ¿Cuál?							
2.6. Además de Ashanti Perú ¿Participa actualmente en alguna otra institución u organización en general y coloca la situación de la población afroperuana?:		Sí	<input type="checkbox"/>	No	<input type="checkbox"/>	← Pase 2.7	
2.6.1 En cuánto a su participación en esa institución u organización							
Ya participaba antes de entrar a Ashanti Perú		<input type="checkbox"/>	Comenzó a participar después de entrar a Ashanti Perú		<input type="checkbox"/>	← Pase 2.6.3	
2.6.2 ¿A partir de Ashanti Perú, amplió su participación colocando la situación de la población afroperuana?							
Sí		<input type="checkbox"/>	No		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
2.6.3 ¿Qué tipo de agrupación u organización es?							
Asociación de vecinos o grupo barrial		<input type="checkbox"/>	Agrupación cultural o deportiva		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
Grupo estudiantil		<input type="checkbox"/>	ONG o Cooperación Internacional		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
Grupo religioso		<input type="checkbox"/>	Empresa		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
Institución del Estado		<input type="checkbox"/>	Otro. ¿Cuál?		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
2.7. ¿Conoce alguna institución del Estado de defensa de derechos de afroperuanos/as?			Sí	<input type="checkbox"/>	No	<input type="checkbox"/>	← Pase 2.8
2.7.1 ¿Cuál es el nombre de esa institución?							
2.8. En las últimas elecciones presidenciales, el/la candidato/a por quien votó ¿tenía propuestas respecto a los derechos de las y los Afroperuanos?		Sí	<input type="checkbox"/>	No	<input type="checkbox"/>	No sabe	<input type="checkbox"/>

SECCION III. PERCEPCION PAIS

3.1. Actualmente, ¿qué tantas oportunidades de desarrollo siente que le brinda el país?							
Muchas	<input type="checkbox"/>	Las normales	<input type="checkbox"/>	Pocas	<input type="checkbox"/>	Ninguna	<input type="checkbox"/>
3.2. Usted diría que el Perú hoy en día es un país muy, bastante, poco o nada... (leer para cada afirmación)							
	Muy	Bastante	Poco	Nada	No sabe		
Democrático	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
Conflictivo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
Racista	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
Machista	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
Homofóbico	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
Equitativo o justo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
3.3. Comparando el Perú de hoy con lo que era hace años (o por lo que oyó que era) ¿cree que los/las peruanos/as ahora somos más, iguales o menos...? (leer cada afirmación)							

	Más	Igual	Menos	No sabe	
Respetuosos/as hacia los diferentes					
Discriminadores					
Honrados/as					
Machistas					
Racistas					
Homofóbicos					
Violentos/as					
3.5. Usted cree que para tener éxito en la vida en el Perú influye que uno... (Leer para cada afirmación) ¿O no influye?					
	Sí influye	No influye	No sabe		
Sea hombre o mujer					
Viva en el campo o en la ciudad					
Sea blanco, indígena o afroperuano					
3.6. ¿Cuál cree usted que es el grupo de personas que sufre MAS discriminación en nuestro país? (preguntar también SEGUNDO lugar y los que MENOS discriminación sufren)					
	El que sufre MAS discriminación	En SEGUNDO lugar	El MENOS discriminado		
Las y los afroperuanos					
Los indígenas (andinos y amazónicos)					
Las mujeres					
Las y los jóvenes					
Los migrantes					
Las personas con discapacidad					
No sabe					
3.7. ¿Cree usted que las personas afroperuanas son más, iguales o menos reconocidas que otros grupos por ser buenos...?					
	Más reconocidas	Igual de reconocidas	Menos reconocidas	No sabe	
Deportistas					
Cocineros/as					
Doctores/as					
Políticos/as					
Bailarines/as					
Maestros/as					
3.8. ¿Diría usted que en la práctica (leer para cada afirmación), logra hacer valer sus derechos siempre, algunas veces o nunca?					
	Siempre	Algunas veces	Nunca	No sabe	
Una mujer					
Un hombre					
Una persona con alto nivel económico					
Una persona con bajo nivel económico					
Una persona indígena					
Una persona con discapacidad					
Una persona blanca					
Una persona afroperuana					
Una persona TLGB (trans, lesbianas, gays y bisexuales)					
3.9. ¿Qué tanto cree que se ha avanzado en el país en promover la igualdad de oportunidades para...? (leer cada afirmación)					
	Más de lo necesario	Lo necesario	Menos de lo necesario	No sabe	
Las mujeres					
Los pueblos indígenas					
Las personas con bajo nivel económico					
Las personas con discapacidad física					
La población afroperuana					

Personas TLGB (trans, lesbianas, gays y bisexuales)				
---	--	--	--	--

SECCIÓN IV. DISCRIMINACIÓN Y VIOLENCIA

4.1. En su vida diaria, ¿Qué tan a menudo le ocurre algunas de las siguientes situaciones?

	Siempre	Algunas veces	Nunca	No sabe
Usted es tratado/a con menos respeto que otras personas				
Usted recibe un servicio inferior que otras personas en tiendas o restaurantes				
Usted ha recibido apodos, chistes o comentarios racistas				
La gente se comporta como si pensara que usted no es inteligente				
La gente se comporta como si tuviera miedo de usted				
La gente se comporta como si usted fuera deshonesto/a				
La gente se comporta como si ellos fueran mejor que usted				
Usted es insultado/a o le ponen apodos despectivos				
Usted es amenazado/a o acosado/a				

4.2. (En caso de haber pasado algunas de las situaciones anteriores preguntar:) ¿Cuáles cree que han sido las principales razones por las cuales le ocurrió algo así? ¿Cree usted que fue debido a...? (marcar todas las razones que mencione)

Razones	Mencionado	No mencionado
Su edad		
Su sexo		
Su color de piel		
Su condición económica		
Su lugar de origen		
Su religión		
Una discapacidad		
Algún otro aspecto de su apariencia física (peso, estatura, etc.)		
Su orientación sexual y/o identidad de género		
Otra, especificar: _____		
No aplica		

4.3. ¿Alguna vez le ha pasado alguna de estas situaciones por ser afroperuano/a?

	Sí	No
No ha sido empleado/a o contratado/a		
Ha sido despedido/a de su trabajo		
Le prohibieron la entrada/permanencia en un centro comercial o lugar de entretenimiento		
Ha sido mal atendido/a en servicios de salud por profesionales de la salud		
Ha sido discriminado/a por profesores/as en escuela, instituto o universidad		
Ha sido discriminado/a por amigos/as		
Ha sido discriminado/a por vecinos/as		
Ha sido excluido/a o marginado/a del ambiente familiar		
Ha sido discriminado/a por policías		
Ha sido discriminado/a por personal de serenazgo		
Ha sido discriminado/a en una institución pública		

4.4. ¿Alguna vez ha sufrido alguna de los siguientes tipos de agresión?

	Sí	No
Agresión física (golpes, patadas, empujones)		
Agresión verbal (burlas, insultos y ofensas)		
Amenaza de muerte		
Asalto a mano armada o con objeto punzo cortante		
Violencia sexual (tocamientos)		
Chantaje/extorsión		

4.5. ¿Acudió a alguna institución para buscar ayuda o denunciar lo

Sí

No

← Pase

sucedido?						4.5.2	
4.5.1 ¿A qué institución para buscar ayuda o denunciar lo sucedido? (marcar la primera mención)							
Comisaria	<input type="checkbox"/>	Organización de Derechos Humanos	<input type="checkbox"/>				
Fiscalía	<input type="checkbox"/>	Defensoría del Pueblo	<input type="checkbox"/>				
Juzgado	<input type="checkbox"/>	ONG	<input type="checkbox"/>				
Municipalidad	<input type="checkbox"/>	Otro, ¿Cuál?	<input type="checkbox"/>				
Ministerio de Cultura	<input type="checkbox"/>	_____					
4.5.1.1 ¿Atendieron tu denuncia?		Sí		No			
4.5.1.2 ¿Procedió tu denuncia?		Sí	<input type="checkbox"/>	No	<input type="checkbox"/>	Está en proceso	<input type="checkbox"/>
4.5.2 ¿Por qué no buscó ayuda o denunció lo sucedido?							
4.7 ¿Cuáles crees que son los 3 principales problemas que sufre la juventud afroperuana? (marcar solo tres alternativas)							
El prejuicio y la discriminación	<input type="checkbox"/>	Problemas en salud sexual y reproductiva	<input type="checkbox"/>				
Poca representatividad política	<input type="checkbox"/>	La violencia	<input type="checkbox"/>				
El poco acceso a la educación	<input type="checkbox"/>	Las pocas oportunidades de empleo	<input type="checkbox"/>				
Débil identidad	<input type="checkbox"/>	Otro ¿Cuál?	<input type="checkbox"/>				

4.8 ¿Qué institución pública muestra mayor respaldo a la población afroperuana?							
Defensoría del Pueblo	<input type="checkbox"/>	Ministerio de Cultura	<input type="checkbox"/>				
Ministerio de Justicia	<input type="checkbox"/>	Municipalidades	<input type="checkbox"/>				
Secretaría Nacional de la Juventud – SENAJU	<input type="checkbox"/>	Ninguna	<input type="checkbox"/>				
Ministerio de la Mujer y Pob. Vulnerables– MIMP	<input type="checkbox"/>	Otra ¿cuál?	<input type="checkbox"/>				
Ministerio de Salud – MINSA	<input type="checkbox"/>	_____					

APTermo de Consentimento Livre e Esclarecido

Titulo da pesquisa:

“Participação Política de Jovens Afroperuanos
na Ashanti Perú A Red Peruana de Jovens Afrodescendentes”

Prezado Jovem da Ashanti Perú

Gostaríamos de convidá-la a participar da pesquisa “Participação Política de Jovens Afroperuanos na Ashanti Perú A Red Peruana de Jovens Afrodescendentes”

O objetivo da pesquisa é “Analisar a influencia da Ashanti Peru na participação política dos jovens afroperuanos” A sua participação é muito importante e ela se daria na forma de grupo focal.

Gostaríamos de esclarecer que sua participação é totalmente voluntária, podendo você: recusar-se a participar, ou mesmo desistir a qualquer momento sem que isto acarrete qualquer ônus ou prejuízo à sua pessoa. Informamos ainda que as informações serão utilizadas somente para os fins desta pesquisa e serão tratadas com o mais absoluto sigilo e confidencialidade, de modo a preservar a sua identidade. Se possível, a entrevista será gravada e, após transcrita, gravação será apagada. Após o término da pesquisa, a transcrição também será apagada.

Com a realização desta pesquisa esperamos contribuir com a discussão sobre as dificuldades, avanços e desafios da participação política dos jovens afroperuanos e a situação dos direitos humanos.

Informamos que você não pagará nem será remunerado por sua participação.

Garantimos, no entanto, que todas as despesas decorrentes da pesquisa serão ressarcidas, quando devidas e decorrentes especificamente de sua participação na pesquisa.

Caso você tenha dúvidas ou necessite de maiores esclarecimentos pode nos contatar

Jorge Rafael Ramirez, Calle Sevilla 305 Dep. 301 La Perla, Callao, telefone 993134055 e e-mail joramirez4@gmail.com. Este termo deverá ser preenchido em duas vias de igual teor, sendo uma delas, devidamente preenchida e assinada entregue a você.

Lima, 06 de janeiro de 2016

Jorge Rafael Ramirez

CPF: 013550309-43

_____ (nome por extenso do sujeito de pesquisa), tendo sido devidamente esclarecido sobre os procedimentos da pesquisa, concordo em participar voluntariamente da pesquisa descrita acima.

Assinatura (ou impressão dactiloscópica):

Data: _____